

Brincar com coisas sérias

Sobre as alterações do Sistema Eleitoral



■ Luís Sá Pág. 20

A escalada da finança na política

Quem tiver dúvidas, tire-as; quem tinha ilusões, desiluda-se... ou arranje, rápido, ilusões novas.

■ Sérgio Ribeiro Pág. 21

Amarante obriga a reflectir sobre a substituição

■ Maria Pereira Pág. 22

O PCP as discriminações e os critérios jornalísticos

A informação-espectáculo cria as leis e estabelece as normas; para os que não querem submeter-se, ela tenta impor a solução: ficam de fora.

■ Fernando Correia Pág. 23

Eleições em El Salvador Um país transformado em hipermercado

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 24 e 25

Págs. 15 a 18

AUTÁRQUICAS

Confiança

Margem Esquerda do Goadiana CDU trabalha e luta pelo desenvolvimento

Os nossos candidatos

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Abril de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1222 • Director: Carlos Brito

25 Abril

Comemorações em festa por todo o País

Págs. 5, 6 e 7



Muitos milhares de pessoas em todo o País comemoraram o 25 de Abril. A juventude esteve nas primeiras linhas, na festa e na luta

e agora o 1.º de Maio

Moeda Única

Paul Boccara ao «Avante!»
• Entrevista por Margarida Folque

Fortes restrições contra os trabalhadores

Págs. 14 e 19

EDITORIAL

A palavra contra o verbalismo

A

s comemorações dos vinte e três anos do 25 de Abril constituíram mais uma oportunidade para que grande parte do país demonstrasse como está profundamente ligado à data inaugural da revolução portuguesa e como continua a apoiar as suas referências e valores essenciais.

Estes sentimentos estiveram patentes nas acções populares, como as grandes manifestações de Lisboa e do Porto, nos numerosos actos comemorativos promovidos pelas autarquias, com grande destaque para a inauguração do monumento de homenagem à revolução, em Lisboa, e nas próprias cerimónias oficiais, em que se distinguiu a sessão solene da Assembleia da República.

O discurso que predominou nas comemorações não foi apenas de glorificação da data maior da nossa história recente e de afirmação de confiança nas esperanças por ela desencadeada, foi também de preocupação com a situação presente do país, nomeadamente, com a manutenção e em alguns casos o agravamento das desigualdades e injustiças sociais resultantes do prosseguimento da política de direita.

Com algum simbolismo, a palavra preocupada e acusadora que predominou nos actos públicos do dia 25 de Abril desmontou e refutou o verbalismo triunfalista que António Guterres levou à Assembleia da República no dia 24.

Na verdade, o primeiro-ministro reapareceu depois de umas quantas semanas de silêncio, num período especialmente difícil para o Governo, a agitar outra vez o oásis, servindo-se de alguns indicadores económicos favoráveis e de uns poucos recortes de certa imprensa estrangeira (tal e qual como fazia Cavaco Silva) para querer convencer os portugueses de que por obra governamental começámos a viver no melhor dos mundos possíveis. Só que, além dos governantes, ninguém dá por isso. E o que se ouviu a propósito do 25 de Abril foi exactamente o contrário.

Na Assembleia da República, o deputado comunista João Amaral, alertou com frontalidade: «Não faz parte dos desígnios nacionais ter um exército de dois milhões de trabalhadores em regime de trabalho precário, ou manter no desemprego perto de meio milhão de portugueses.» Salientou, por outro lado, que não se pode «aceitar de braços cruzados a quebra de um compromisso como a fixação de um horário máximo das 40 horas». Explicou que se impede o referendo sobre a moeda única porque o debate iria provar que a moeda única é uma opção contra o desenvolvimento, os interesses e a independência do País.

Num ambiente em que a crítica ao Governo esteve presente na intervenção de todas as bancadas, foram também significativas algumas passagens do discurso do Presidente da República, Jorge Sampaio, quando, por exemplo, afirmou que:

«É preciso dar à política - às ideias, às propostas, ao debate - o lugar que nenhuma técnica de imagem ou de marketing pode ocupar.» (Não foi com certeza o Edson Athaide que ficou com as orelhas a arder.)

Fora da Assembleia revestem também especial importância as afirmações preocupadas de alguns militares de Abril.

O general Garcia dos Santos, num depoimento ao Semanário: «Não estamos a viver uma situação que permita considerar que há justiça social, que há bem-estar e que o País está a seguir o caminho calmo para o desenvolvimento, tudo metas ou objectivos da revolução do 25 de Abril.» O general Vasco

Gonçalves, num depoimento à RTP1, lamentando o desemprego e outros desmandos da política de direita. O tenente-coronel Vítor Alves, ao discursar no encerramento da manifestação de Lisboa, aludindo a que «algumas perspectivas, ainda que sombrias, do presente, não podem impedir-nos de ter confiança». O tenente-coronel Ribeiro da Silva, ao discursar nas comemorações do Porto denunciando «o sistema neoliberal de capitalismo selvagem, que faz do lucro o seu principal deus».

Por outro lado, Carlos Carvalhas, ao intervir em Alcácer do Sal, respondeu ao triunfalismo económico de Guterres, observando:

«Não é com contabilidades criativas, nem com engenharias estatísticas para se fabricarem indicadores económicos e sociais favoráveis que o Governo altera a realidade.»

O secretário-geral do PCP explicou, como mais desenvolvidamente documentamos noutra edição, que o modesto crescimento de que o Governo tanto se vangloria se

ficou a dever a dois ou três grandes projectos de obras públicas e do sector automóvel (a Expo, as pontes Vasco da Gama e 25 de Abril e a Auto Europa), acentuando que isto, só por si, «nos dá a medida da fragilidade deste crescimento que mesmo assim tem sido inferior ao da vizinha Espanha». E menos de metade do da Irlanda, pode-se acrescentar.

Acrescente-se que o Governo e o PS não enfrentam só contestações exteriores, têm ouvido, ao que se diz, as acusações mais áspers da parte das próprias bases, no quadro dos debates «o melhor para o país», por continuarem a política de direita. Não admira que Guterres tenha reconhecido uns «erros políticos», sem esclarecer de que natureza.

Além do verbalismo governamental em torno do regresso do oásis e da resposta contundente que recebeu nos discursos do 25 de Abril, a actualidade política alerta para dois outros aspectos: um que tem que ver com o PSD e outro que envolve o PP.

O PSD voltou à campanha sobre a «autoridade do Estado». O pretexto foi a manifestação da PSP da semana passada. Pacheco Pereira apareceu como campeão dos «ordeiros» no discurso do 25 de Abril. Disse ele que «não há meia ordem: ou há ordem ou não há». O «ultra» Casal Ribeiro da assembleia nacional fascista disse mais ou menos a mesma coisa no período marcelista. É claro que os tempos são outros e é tudo diferente.

Mas, atenção, estas campanhas a favor da autoridade Estado traduzem geralmente uma propensão autoritária e redundam em ataques às liberdades e direitos dos cidadãos.

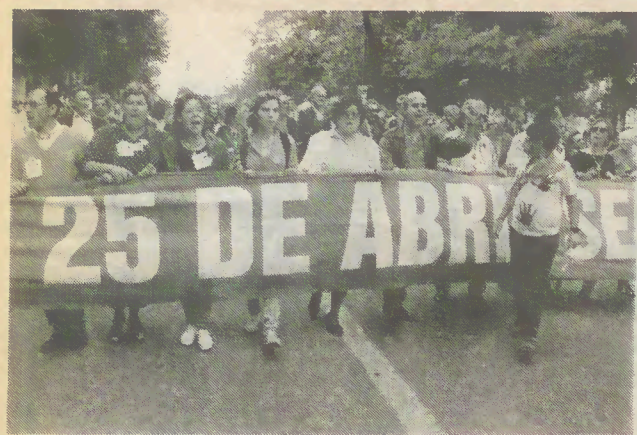
Quanto ao PP, que pelos vistos está a braços com outra crise interna, tudo indica que já fez uma nova negociata com o Governo de Guterres.

Trata-se de duas mistificações: o PP viabilizaria o referendo sobre a regionalização na data desejada pelo PS e este aceitará um referendo sobre matéria europeia em geral, antes da ratificação das alterações ao Tratado de Maastricht.

Não seria de maneira nenhuma um referendo sobre a moeda única. Pelo contrário, seria uma manobra tendente a esvaziar a luta com este objectivo.

O PP confirma-se mais uma vez, parafraseando Sofia Melo Breyner, como um partido que se compra e que se vende e os seus gestos dão sempre dividendos. Resta saber quais, desta vez.

Tais são alguns aspectos novos do quadro político do país que não deixarão de estar presentes quando amanhã os trabalhadores descerem à rua para comemorar o 1º de Maio, apoiar as suas grandes reivindicações do momento e preparar a continuação da luta para o futuro.



Manifestação comemorativa do 25 de Abril, em Lisboa

RESUMO

23
Quarta-feira

Regista-se uma adesão de 90 por cento na greve dos ferroviários da região sul ■ A juíza Fátima Galante, acusada de corrupção, apresenta os factos em que baseia a sua defesa ■ O semanário francês «Canard Enchaîné» acusa o governo de preparar uma lei de amnistia com o objectivo de poupar os seus amigos envolvidos em escândalos políticos ■ Um grupo de ex-reféns do MRTA vem a público denunciar que o exército peruano executou os revolucionários depois destes se renderem ■ Os presidentes da Rússia e da China condenam indirectamente o papel dominante dos EUA na cena mundial, através de uma declaração comum.

24
Quinta-feira

Os pilotos da TAP fazem greve ■ O ministro da Administração Interna garante que os vencimentos dos agentes da PSP vão ser revistos em 1998 ■ Na Bélgica, Jorge Sampaio reitera o empenho de Portugal em participar activamente no processo de reestruturação da NATO ■ Cerca de 17 mil pessoas manifestam-se em Berlim contra a reforma do Ministério do Emprego ■ É anunciado que 42 civis argelinos foram chacinados na noite de terça-feira com machados e sabres numa aldeia perto de Argel alegadamente por islamitas armados.

25
Sexta-feira

Comemora-se em todo o país o 23º aniversário do 25 de Abril ■ A população de Oleiros, Cervães e Cabanelas manifestam-se pela demissão do governador civil de Braga ■ Ocorrem duas explosões numa auto-estrada inglesa e vários alertas em estações e zonas comerciais ■ Alguns reféns libertados da residência do embaixador japonês em Lima lançam novas acusações contra as tropas peruanas, afirmando que estes assassinarão friamente rebeldes do MRTA capturados vivos ■ O Papa João Paulo II pede ao governo checo para normalizar as relações entre a Igreja e o Estado.

26
Sábado

Carlos Carvalhas participa na apresentação da candidatura da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Alcácer do Sal ■ A polícia judiciária prende os três presumíveis autores materiais do crime de Amarante, bem como o alegado mandante ■ Os aeroportos portugueses retomam o ritmo normal, mas as negociações entre os pilotos e a administração da TAP prosseguem ■ O quartel-general da Aliança das Forças Rebeldes do Zaire mundam o seu quartel-general de Goma para Lumbumbashi.

27
Domingo

Realizam-se eleições para os cem elementos do novo Conselho das Comunidades ■ Os italianos vão às urnas nas eleições municipais intercalares em Milão, Turim e Trieste ■ Os camponeses nicaragueneses suspendem as manifestações contra os despejos judiciais ■ O governo peruano exige aos ex-reféns do MRTA que guardem silêncio sobre o que se passou durante o assalto à residência do embaixador japonês ■ A violência marca as eleições legislativas no Iémen.

28
Segunda-feira

O Presidente da República inicia uma visita oficial a Moçambique ■ Mais de um milhão de agricultores manifestam-se em Beja para pedir a demissão do ministro Gomes da Silva, que acusam de nada fazer para resolver o problema da seca ■ O Ministério da Cultura assina protocolo com a SIC para apoio financeiro à produção televisiva e cinematográfica nacionais ■ John Major quebra pela primeira vez a tradição, incluindo na sua campanha eleitoral uma visita à Irlanda do Norte ■ Ataque bombista na estação ferroviária de Piattigorsk, no Sul da Rússia, mata uma pessoa e fere onze ■ Missão humanitária encontra na estrada ao sul de Kisan-gani entre cinco e dez mil refugiados ruandeses desaparecidos.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADF's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roxa — Limbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 265/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

E-mail: avante.pcp@mail.telepac.ptWeb: <http://www.pcp.pt>

Estranhos casos

Hoje resolvemos voltar a nossa atenção para três casos soltos que podíamos titular à moda de um velho autor de livros policiais.

O primeiro podia chamar-se «O estranho caso do Ministro lento» e destina-se a sublinhar que, mais de quinze dias depois da sua apresentação, o Ministro das Finanças (ou qualquer outra entidade ou departamento governamental) ainda não respondeu ao requerimento do Grupo Parlamentar do PCP reclamando uma informação sobre o montante gasto pelo Governo com a escandalosa campanha de publicidade comercial de elogio às privatizações.

Temos assim que o Ministro das Finanças é particularmente lesto a redigir artigos de opinião, a publicar anúncios de resposta política, a emitir excitados comunicados de imprensa e a anunciar inquéritos e sindicâncias de que nunca dará contas, mas ainda não arranjou dois minutos para esclarecer o país sobre os custos de uma operação propagandística que representa uma intolerável subversão das regras e condições do debate e da luta políticas.

O segundo podia chamar-se «O estranho caso do pluralismo "à la carte"» e é suscitado pela lista de intervenientes e participantes no Seminário sobre a «Europa Social» que a Fundação Calouste Gulbenkian vai promover dentro de dias. De facto, somando Presidentes das sessões, conferencistas, moderadores e relatores, ascende a 51 o número de personalidades convidadas a falar neste Seminário Mas, entre estes 51 convidados, não é possível encontrar nem um universitário, ou dirigente político, ou deputado nacional ou do Parlamento Europeu, ou sindicalista que seja identificável com a área comunista, seja de Portugal seja dos outros catorze países da UE.

É certo que não é a primeira vez que, na organização das suas iniciativas, a Fundação Gulbenkian se mostra praticante do chamado «pluralismo à la carte». Mas isso só pode ser visto não como uma atenuante mas como uma agravante.

O terceiro podia chamar-se «O estranho caso da amnésia conveniente» e diz respeito

to ao facto de, em entrevista à TSF, o dr. Mário Soares ter resolvido juntar-se ao grupo de bonzos que sentenciam que a Ordem da Liberdade é imprópria para comunistas, repetindo também ele, a este respeito, a infame calúnia de que os comunistas só teriam lutado pela liberdade para si e não para os outros. Como o dr. Mário Soares, embora em plenas faculdades, parece atingido por convenientes amnésias parciais, talvez seja oportuno lembrar que foi a corrente oposicionista que ele integrou e depois veio a dirigir que, em diversos momentos históricos sob a ditadura fascista, mais apostou na obtenção de uma legalidade preferencial (que beneficiasse os socialistas e excluísse os comunistas).

E se, dito isto sobre quem de facto chegou a querer a liberdade só para si, ainda lhe continuar a faltar a memória, nós esclarecemos que a última vez que isso aconteceu foi por volta da farsa eleitoral de 1969 e das ilusões «ASPistas» com o marcelismo.

■ Vítor Dias

Um amanhã que já cá canta

Muitos milhares de pessoas, em todo o País, comemoraram Abril. Como é natural, estas comemorações populares foram praticamente ignoradas ou minorizadas pela comunicação social dominante. De facto, Abril – com os seus valores e os seus ideais, mostrando-nos que o sonho é possível e que a luta vale a pena – incomodou e incomoda os donos dessa comunicação social que são, também, os donos do País. Para eles, Abril foi, a dado momento, um pesadelo, um mau exemplo que é necessário apagar da nossa memória colectiva.

Assim, não é de estranhar que, por exemplo, o jornal de Belmiro de Azevedo não tenha tido, nas edições de 25 e 26, um cantinho sequer da sua 1ª página para falar do 25 de Abril. Os problemas do GP de Portugal de Fórmula 1; a "sintonia entre PS e PP" não sei em que matéria; o "Monteiro a inviabilizar a AD", o Mobutu a acusar Luanda de invasão; o Marcelo a lançar o seu enésimo ultimato... essas, sim, foram novidades dignas da 1ª página. Nas interiores, o director repetiu a estória do "ritual" que são as comemorações (se elas acabassem proclamaria, triunfante, na 1ª página que: Abril morreu, já ninguém o comemora) e o repórter de serviço à Avenida foi exemplo no seu papel de voz do dono. Além disso, tivemos, no domingo, o inenunciável Barreto, coitado, cada vez mais ridículo no esforço desesperado de fingir que tem opiniões próprias e que não é um entre muitos papagaios do pensamento único difundido à ordem e às custas da nova ordem comunicacional.

"As coisas, finalmente, não correram assim tão mal", suspira a triste figura que acrescenta, lembrando pesadelos: "o pior, na

altura, foi a descolonização" e "a revolução", carregada de "mitos obsoletos" e a pensar que "tinha chegado a vez dos amanhãs que cantam". Felizmente chegaram amanhãs que choram e, diz ele, isto hoje está uma desgraça, "Vivemos mal. Muito mal." Claro que isto é uma maneira de falar, porque Barreto não "vive mal, muito mal", pelo contrário, estou em crer que vive bem, muito bem.

Insinua Barreto que as causas deste mal-viver da maioria radicam no Parlamento que é mau, muito mau. A política de direita praticada desde 1976 nada tem a ver com isso, e Barreto, ex-deputado e ex-ministro, também não: ele limitou-se (e limita-se) a dar o seu contributo para a edificação de um sistema nada obsoleto, decretado pelo Governo dos EUA e aplicado com a ajuda da CIA. (Bem aplicado, aliás, como recentemente foi sublinhado numa lúgubre cerimónia promovida pela SIC e na qual Carlucci entregou O Prémio a Soares.)

Por tudo isto, são normais as raivas destapadas contra as comemorações de Abril, nas quais muitos milhares de cidadãos confirmaram que Abril está vivo e que o sonho continua.

A Revolução de Abril mostrou-nos um bocadinho do futuro possível e, por muito que custe – e custa! – a todos os barretos e aos seus donos, para nós, o 25 de Abril é um amanhã que já cá canta.

■ José Casanova



Foto: Jorge Caria

25 de Abril – Uma aposta no futuro

24 MAIO

Comício Internacional de Lisboa

No dia 24 de Maio, temos encontro marcado no Campo Pequeno. Para uma grande jornada internacional de luta pelo **Emprego com Direitos**, inserida na campanha conduzida pelo PCP pelo «Não à Moeda Única; Sim ao Referendo!». E para dar mais força aos valores da cooperação e da solidariedade internacionalista dos trabalhadores, dos povos, dos comunistas, das forças progressistas. Estamos certos que a Praça de Touros do Campo Pequeno, recinto emblemático de grandes momentos de luta popular, será efectivamente «pequeno» para acolher a expressão de tantas lutas contra as consequências da marcha forçada para a moeda única e da crescente exigência de uma outra Europa, construída pelos povos e para os povos, uma Europa de progresso social, paz e cooperação.

Sim, que sejam os povos a decidir do seu próprio futuro, que os povos decidam o futuro da Europa, será um dos lemas centrais do Comício Internacional de Lisboa. Ali o teremos inscrito nas línguas dos países da União Europeia, como expressão de uma campanha inserindo acções e reivindicações imediatas diversificadas, mas norteada pelo mesmo objectivo fundamental de combate ao actual processo de construção europeia, feito nas costas dos povos e contra os seus interesses vitais. Um processo comandado pelo grande capital, de sistemático desmantelamento de conquistas e direitos alcançados pela luta de gerações em que o desemprego massivo, a precarização das relações laborais, o alastramento da pobreza e da marginalização social, correm a par com uma gigantesca centralização e concertação do capital e da riqueza e o avanço de perigosas tendências militaristas e de regressão democrática.

A importância e oportunidade política do Comício Internacional de 24 de Maio deve ser particularmente realçada. Desde logo porque se realiza no contexto de grandes lutas operárias e populares, pelo direito ao emprego e a um emprego com direitos, um problema crucial de civilização que a actual fase do capitalismo coloca à humanidade. Tal é o caso da luta determinada dos 3 mil trabalhadores da filial da Renault de Vilvorde e o amplo movimento de solidariedade que suscitou, sem esquecer que em Portugal, na Grécia, na Alemanha, na França, na Itália e em muitos outros países se tem desenvolvido, impondo em muitos casos importantes vitórias parciais. Depois porque a nível da União Europeia e da NATO – nomeadamente com a cimeira da U.E. de Amesterdão em 15/16 de Junho sobre a revisão dos Tratados e a Cimeira da NATO de Madrid de 5/6 de Julho – se preparam graves decisões que afectarão duradouramente o futuro dos povos da Europa. Por fim, porque entre as classes e potências dominantes se manifestam dificuldades e contradições que a luta popular agudiza e que é urgente aprofundar para deter corrida para o abismo e abrir caminho a alternativas de progresso social. A convocação de eleições antecipadas em França, constituindo uma manobra sem escrúpulos determinada pelo calendário de medidas de superausteridade exigidas pelos critérios de Maastricht, põe simultaneamente em evidência a crescente redução da base de apoio do governo de direita francês e da sua política antipopular.

Alternativa à Europa do grande capital só pode resultar da luta quotidiana e determinada contra o monstro que pretendem impor-nos. Luta das massas populares em que cabe à classe operária, como a própria realidade está a confirmar, o papel de primeiro plano. Luta em cada país necessariamente, arrancando da concreta situação aí existente nos planos económico, social, político e nacional. Mas simultaneamente luta comum ou convergente dos trabalhadores e dos povos no plano europeu (e mundial), com o fortalecimento da cooperação e solidariedade dos comunistas e outras forças de esquerda e progressistas. É nesta perspectiva que se insere o Comício Internacional de Lisboa do próximo dia 24 de Maio. O facto de estar prevista a participação de 14 partidos de 11 países, a maioria dos quais ao mais alto nível, é em si mesmo um acontecimento político relevante. E um forte motivo de renovada confiança na força da luta popular e no valor da solidariedade internacionalista.

■ Albano Nunes

SEMANA



Alentejo legenda e esperança

"ALENTEJO legenda e esperança" é o novo livro de António Dias Lourenço, editado pela "Caminho" com o patrocínio da Câmara Municipal de Évora, e cujo lançamento decorreu, sábado passado, em Évora, no salão nobre da Câmara repleto de uma assistência heterogénea, de assalariados agrícolas a capitães de Abril, quadros técnicos, amigos do autor. Uma iniciativa que se saldou também num grande encontro de confraternização.

Na apresentação do livro, falou Car-

dosso Pires, que enalteceu a obra e o seu autor. Um trabalho de documentação e de investigação em que ressalta o amor ao Alentejo e ao povo alentejano, a suscitar memórias a quem viveu acontecimentos e factos referidos por Dias Lourenço.

Um ressuscitar de memórias que é um dos seus méritos fundamentais, pois, como afirmou Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora, "um povo que não tem memória corre o risco de perder a identidade".

O livro espelha, em grande medida, "um trajecto marcado pela determinação e a energia de um povo, ao longo do qual se foi corporizando e adquirindo contornos precisos uma velha legenda escrita a fogo e sangue no mais fundo da alma camponesa - a terra a quem a trabalha!".

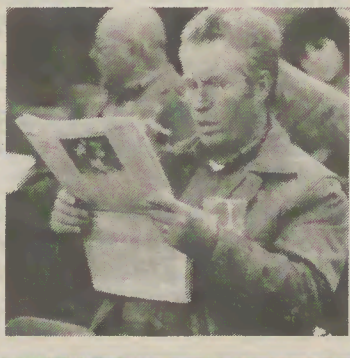
Percurso que vem do "começo de uma caminhada histórica", com os escravos da gleba, até às lutas do operariado alentejano, que iriam culminar nas ocupações de terras de 74/75, na afirmação da reforma agrária.

Jornalistas lusófonos debatem futuro em Lisboa

Encerrou na quinta-feira da passada semana, em Lisboa, o III Congresso de Internacional de Jornalismo de Língua Portuguesa, que durante quatro dias debateu o quadro actual e tentou antever o futuro da informação do próximo século.

Durante os trabalhos, em que participaram jornalistas, empresários, docentes e investigadores dos sete países lusófonos, estiveram em foco, entre outros temas, o jornalismo-espectáculo, a crescente utilização das novas tecnologias e as alterações dos hábitos de leitura, procurando-se responder à pergunta: será que a electrónica vai matar o jornal de papel? Para uns trata-se de um cenário previsível a partir do momento em que seja comercializado um ecrã do tamanho de uma folha A4. Para outros este perigo não se coloca preferindo dar como certa a coexistência de todos os meios de comunicação, à semelhança do que aconteceu com a introdução da rádio e mais tarde da televisão.

Longe do jornalismo electrónico e do espectáculo da informação estiveram os jornalistas dos cinco países africanos que preferiram falar da sua realidade actual, marcada pela falta dos meios técnicos mais elementares e por graves carências aos mais diversos níveis. Um apelo para quem quis ouvir...



Julgamento de «skinheads»

O Ministério Público requereu segunda-feira pesadas penas para 11 dos 17 arguidos no crime de assassinio de Alcindo Monteiro, a 10 de Junho de 1995, no Bairro Alto, mas pediu a absolvição do crime de genocídio, justificando, entre outras coisas, que os réus nem sequer são acusados de «associação criminosa». O MP pediu, por outro lado, a absolvição de dois arguidos (João Homem e Jorge Santos) e penas por crimes de ofensas corporais para outros quatro (Nuno Cláudio, Jorge Martins, Nelson Pereira e Mário Machado).



Prémio Camões para Pepetela

O Prémio Camões 97 foi atribuído a Pepetela - a alcunha que os guerrilheiros do MPLA deram ao escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, nos tempos da luta armada contra o colonialismo português.

A dimensão literária deste prémio está implícita num galardão que visa homenagear "um escritor que, pela sua obra, tenha contribuído para o engrandecimento e projecção da literatura de língua portuguesa".

A dimensão política foi salientada por Óscar Lopes, em declarações à Antena 1: "Ao votarmos por Pepetela, foi uma maneira de votarmos por Angola, que é o terceiro grande espaço de língua portuguesa."

Nascido em Angola em 29 de Outubro de 1941, Pepetela veio estudar para Lisboa em 1958, ligando-se então à Casa de Estudantes do Império. Participa na guerrilha a partir de finais da década de 60, altura em que escreve o seu primeiro romance, "As aventuras de N'Gunga", obra destinada a crianças.

"Yaka", "Mayombe", "A Geração da Utopia", "O Cão e os Caluandas", "Luegi", "O Desejo da Kianda", "A Parábola do Cágado Velho" são livros que reflectem sempre a realidade angolana.

Pepetela reside há dois anos em Lisboa, com uma bolsa de criação literária atribuída pela Cooperação Portuguesa.

Ao Prémio Camões já ficaram ligados os nomes dos portugueses Miguel Torga, Vergílio Ferreira, José Saramago, Eduardo Lourenço, dos brasileiros João Cabral de Melo Neto, Rachel de Queiroz e Jorge Amado e do moçambicano José Craveirinha.



Que «seguranças»?

Três jovens *seguranças* terão sido os autores materiais do massacre de Amarante. Um facto que levanta um problema que não será novo, e que foi agora salientado pelo próprio director-geral da Polícia Judiciária, que considera que este caso "levanta sérias preocupações no

que respeita ao tipo de segurança privada feita em Portugal, normalmente ligada a pessoas que cultivam a violência".

A verdade é que, de par das empresas de segurança legalizadas, há um mercado paralelo de *seguranças*, funcionando em organizações não legalizadas, em

geral envolvendo jovens praticantes de desportos mais ou menos violentos, que muitas vezes são recrutados após o cumprimento do serviço militar.

Para além disto, sabe-se que muitos destes serviços de "seguranças privadas" são feitos pelos próprios agentes da autoridade.



FRASES

“Os ensinamentos da História conduziram a que os socialistas alterassem substancialmente a sua concepção de organização económica da sociedade.”

(Jorge Coelho, ministro-adjunto do primeiro-ministro, Semanário, 24.04.97)

“Os trabalhadores portugueses conseguirão situar-se a nível [salarial] dos espanhóis dentro de 30 ou 40 anos.”

(Fernando Barciela, Diário de Notícias, 28.04.97)

“A questão do aval [à UGT] é um "fait-divers".”

(António Costa, secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Expresso, 25.04.97)

“[A democracia] é o regime da tolerância mas não da permissividade ou do demissionismo.”

(Presidente Jorge Sampaio na sessão solene da AR, 25.04.97)

“Não faz parte dos desígnios nacionais ter meio milhão de desempregados.”

(João Amaral, idem)

“GNR escondeu cinco milhões [de contos] ao Orçamento do Estado.”

(Título do Público, 28.04.97)

“Estamos no caminho que nos propusemos percorrer.”

(Balanço da Nova Maioria sobre ano e meio de Governo nos sectores da educação, formação e ciência, Público, 26.04.97)

“Maioria rejeita Euro.”

(Título do Expresso, 25.04.97)

“Sou um fervoroso adepto do Euro não por razões técnicas mas porque dará um grande impulso à Europa política.”

(Mário Soares, idem)

“Se a igualdade na pobreza não é melhor do que a pobreza na desigualdade, isso significa que o verdadeiro problema da justiça social não reside na desigualdade - mas sim na pobreza.”

(João Carlos Espada, Público, 28.04.97)

“Continuo a definir-me como liberal.”

(idem)

“Creio que o mínimo era dar-me conhecimento do texto que vai ser assinado.”

(Carta de Girão Pereira a Sílvio Cervan sobre as coligações PP/PSD para as autárquicas, Correio da Manhã, 26.04.97)

“A direcção do PP não tem a menor autoridade política.”

(José Ribeiro e Castro, Público, 26.04.97)

O desfile popular que inundou de gente a Avenida da Liberdade, em Lisboa, voltou a ser o ponto alto das comemorações do 25 de Abril. Evocativa desse marco fundador do regime democrático, 23 anos depois do corajoso levantamento militar que devolveu a liberdade e a democracia aos portugueses, a jornada deste ano foi marcada pela oposição às negociatas que visam desvirtuar a Constituição, pela luta contra a flexibilidade e a polivalência, pela igualdade de direitos, pela necessidade de uma viragem à esquerda na política nacional. Em palavras de ordem insistentemente gritadas ou inscritas nas faixas por si empunhadas, esta foi uma forma de dizer Abril pelos muitos milhares de cidadãos que desfilaram no coração da capital, deste modo reiterando a esperança e a sua fidelidade aos valores de justiça social, solidariedade e progresso.

E se a jornada foi de luta, pontuada por uma grande afirmação de confiança, ela foi simultaneamente um enorme espaço de confraternização e alegria. No desfile, no qual se incorporou Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP, e que contou com a presença de vários militares de Abril e de outros dirigentes partidários, essa atmosfera de animação esteve claramente patente, tornando-se extensiva - ou reciprocamente contagiante - aos muitos outros milhares de pessoas que dos passeios assistiram à sua passagem.

Antes mesmo do arranque da cabeça da manifestação, que acabou por ocorrer um pouco para além da hora prevista, era, aliás, já impressionante o número de pessoas, em família ou grupos de amigos, que ocupavam a toda a largura das suas faixas e passeios a Avenida da Liberdade, do Marquês à entrada dos Restauradores, num vaivém de cor e movimento.

Presença juvenil

Mas o que parece ter contribuído inegavelmente para esse ambiente de festa que este ano, mais do que em anteriores, marcou as comemorações - essa é pelo menos a convicção do repórter, partilhada por outras opiniões que ouviu em sentido

idêntico - foi a elevada presença juvenil, quer em compactas formações de jovens, quer de forma dispersa pelo corpo da manifestação. Não faltou sequer um grupo de motards, membros do "Moto Clube do Tojal", Loures, que entendeu associar-se às comemorações, não apenas com a sua presença mas fazendo incorporar no desfile as suas potentes máquinas.

Foi pois esta grande manifestação que, mais de duas horas e meia depois do seu início - e esta é outra curiosidade a merecer destaque -, já o comício propriamente dito era dado por terminado nos Restauradores, tinha ainda a sua cauda sensivelmente a meio da avenida.

"Virar à esquerda é preciso", "Uma Constituição para todos", "Sim à função social do Estado", "Não à flexibilidade e polivalência", "Trabalho com direitos



O povo reiterou na rua a sua fidelidade aos valores de Abril

Comemoração dos 23 anos da Revolução

Povo em massa na festa da Liberdade



O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, integrou a cabeça do desfile que rumou do Marquês até aos Restauradores

para todos", "Por uma política de esquerda", "25 de Abril é para cumprir", "Por reformas dignas e justas", eis algumas das palavras de ordem inscritas nas faixas empunhadas pelos manifestantes, enquadrados em organizações sindicais e populares, associações cívicas e autarquias.

Por um futuro melhor

No palco montado à entrada dos Restauradores, Paulo Caetano, falando em nome dos jovens, abriu o período de intervenções, lembrando aqueles que, há 23 anos, pertencendo a "uma geração irrequieta e sonhadora", fizeram a Revolução de Abril.

Foram jovens, sublinhou, que "lutaram contra o fascismo nas fábricas e nas universidades, sofreram com a guerra colonial e com perseguições políticas" e, "por vezes inconsequentes" mas "sempre solidários, arriscaram a sua utopia na Revolução em busca de um futuro melhor".

A precariedade no emprego e a delapidação do património natural e ambiental foram também objecto de análise por parte de Paulo Caetano, que, reportando-se a outras questões de actualidade, no eixo das preocupações dos jovens, abordou depois a problemática do ensino para concluir que os estudantes, "fartos de ser enganados com promessas sobre as propinas e o apoio social escolar, não baixarão os braços e lutarão em unidade pelos seus direitos".

Dinâmica de transformação

Do novo Portugal saído da Revolução e dos desafios que se colocam à sociedade portuguesa falou depois Vítor Alves, da "Associação 25 de Abril" e da Comissão promotora das comemorações. Por si salientado foi o facto de a independência das colónias ter sido "um dos actos que mais ilustra e honra a Revolução do 25 de Abril", mais exactamente uma "vitória irreversível das forças democráticas e progressistas que, a par do nascimento de países de expressão oficial portuguesa, abriu condições excepcionais para a projecção de Portugal no Mundo".

Reportando-se ao papel do MFA, sem deixar de assinalar o contributo de muitas forças e personalidades democráticas, Vítor Alves considerou oportuno lembrar que ao movimento dos jovens capitães fica a dever-se

efectivamente a "iniciativa histórica que liquidou o sistema colonial-fascista e abriu o caminho e criou condições para a restauração da liberdade e da implantação da democracia".

Entendendo que a liberdade é a "razão de ser das comemorações" e será sempre a "arma fundamental para lutar contra a injustiça social, contra os opressores", Vítor Alves referiu-se depois àquele que do seu ponto de vista constitui o significado fundamental do 25 de Abril, o qual, observou, "não se esgota como símbolo de libertação", antes se afirma como o "momento do arranque de uma dinâmica de transformação da sociedade".

Daí a importância atribuída por Vítor Alves à educação, elegendo-a como uma "verdadeira questão de Estado", por ser "transversal a toda a sociedade portuguesa e decisiva para o nosso futuro colectivo".

"É na excelência do modelo organizativo de ensino e no diálogo construtivo com os seus agentes de base - conclui aquele militar de Abril - que está a chave do êxito para a formação de gerações mais informadas e competitivas e melhor preparadas para o exercício de uma cidadania responsável".

No decorrer do comício, foi ainda lido por Fernanda Lapa e Orlando da Costa um documento subscrito pela comissão promotora da manifestação no qual, depois de feita uma reflexão sobre a evolução da sociedade portuguesa nas últimas duas décadas, é lançado um apelo ao recrudescimento da intervenção dos cidadãos, "à participação activa das organizações juvenis, sindicais e cívicas na defesa e viabilização da democracia".



Milhares e milhares de pessoas encheram a Avenida da Liberdade numa jornada que foi de festa mas também de luta em defesa dos direitos sociais, da democracia e da liberdade



Centenas de pessoas assistiram à inauguração do monumento que fica a perpetuar o 25 de Abril

Na capital, em homenagem ao 25 de Abril

“Um monumento da luta e da esperança”

Lisboa, palco há 23 anos das decisivas horas que ditaram a sorte da ditadura fascista, tem finalmente um monumento dedicado a essa gesta corajosa dos capitães de Abril que abriu caminho à paz, à liberdade e à democracia. Situado no Parque Eduardo VII, no seu ponto mais favorável, altaneiro sobre o modelado da cidade, o conjunto escultórico de José Cutileiro foi inaugurado no dia 25 de Abril. Tantas vezes prometido e tantas outras adiado, por motivos diversos, foi a materialização de um projecto da Câmara Municipal de Lisboa que, indelevelmente, pelas mãos do artista, ficará a marcar a perenidade dos valores da Revolução de Abril.

Valores que se constituíram em referência fundamental do regime democrático, como sejam os direitos sociais e políticos ou a justiça social e a solidariedade, hoje parte integrante de um património assumido e defendido pelo povo português.

No acto inaugural, com a presença de muitas centenas de democratas, de diferentes sensibilidades políticas, foi claramente esse o sentimento presente. E foi também a fidelidade a esses valores que deu o tom às breves intervenções que culminaram a cerimónia, depois de os presentes terem seguido atentamente a interpretação de uma peça de Jolly Braga Santos pela Orquestra Metropolitana de Lisboa, dirigida pelo maestro Miguel Graça Moura, que tocou também o Hino Nacional,

guese que passaram desde essa data a “poderem usá-la em defesa dos seus direitos”.

João Amaral, na qualidade de presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, eleito pelo PCP na Coligação “Com Lisboa”, começou por destacar o facto de este “monumento da luta e da esperança”, assim o apelidou, ficar “a perpetuar a presença da revolução” num “local tão nobre da cidade”, homenageando e felicitando de seguida o seu autor por ter dado forma e moldado uma obra como foi a Revolução: “afirmativa e sólida, mas também pura e cristalina”.

E se o monumento “deve ser consagrado aos capitães de Abril”, no entender de João Amaral, não pode deixar de o ser igualmente, como fez notar, uma “homenagem ao povo de Lisboa” que ainda a Revolução não estava decidida e já acolhera a adesão massiva do povo nas ruas.

Dos golpes que a Revolução sofreu e dos domínios em que se regrediu falou ainda João Amaral, exemplificando essa realidade com os mais de 500 mil desempregados ou com os cerca de dois milhões de trabalhadores confrontados na sua relação laboral com um vínculo precário. Também por isso, enfatizou, “evocar o que de Abril não foi cumprido” dá mais força para “lutar pelos ideais de Justiça, igualdade e liberdade”.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, por seu turno, expressou a satisfação por ver concretizado um “monumento que faltava à cidade” e ao seu “património quotidiano”, o qual, realçou, tem o valor simbólico da “liberdade a abraçar Lisboa de um dos seus locais mais belos”.

“O primado da liberdade e da democracia representativa é o marco mais importante do 25 de Abril”, afirmou João Soares, que, depois de homenagear os militares de Abril, destacando a figura de Salgueiro Maia, evocou também “os homens e mulheres de diferentes proveniências ideológicas que - exemplos de dedicação e coragem à causa das liberdades - mantiveram acesa a chama da resistência à ditadura”.

J.C.

Comemorações do 25 de Abril Em Viseu, o povo vive clima de festa e luta

Em todos os cantos do mundo onde residem portugueses, o 25 de Abril foi motivo de festa. De Viseu a Barcelos, dos Açores ao Canadá, este marco da nossa história foi comemorado com alegria, entusiasmo e esperança. É que, como disse Manuel Rodrigues, em Viseu, se «os sinais da crise são grandes», muito «maiores e mais determinantes» são, porém, «os sinais da esperança». Contudo, devido ao fecho antecipado da edição do nosso jornal, muitas realizações ficam neste número por noticiar.

Por iniciativa da Comissão Organizadora das comemorações do 25 de Abril em Viseu, que integrou um vasto conjunto de Sindicatos, de Associações de Estudantes, Associação de Agricultores e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, realizou-se, no Rossio, mais uma iniciativa alusiva à data.

As comemorações, que decorreram durante todo o dia e onde participaram cerca de mil pessoas, foram animadas por um grupo de Zés-Pereiras da Associação Solidariedade Social de Teivas, pelos Rancho Folclórico de Passos de Silgueiros, Rancho Folclórico do Caçador, Grupo de Cantares Milho Rei, Grupo de Música Ligeira «Tarrafal», Ad Libitum e Grupo Musical «Tocata de S. Pedro do Sul».

Durante a tarde, Manuel Rodrigues, membro do Comité Central do PCP, que coordenou a actividade da Comissão Organizadora das comemorações, fez uma intervenção onde começou por assinalar o «clima simultaneamente de festa e de luta, de crise e de esperança», que ali em Viseu, como no resto do país, caracterizavam aquelas comemorações.

Responsabilizando a crise que se vive há longos anos, fruto das políticas neoliberais dos sucessivos governos de direita, Manuel Rodrigues, acusou o actual Governo PS de não ter cumprido as promessas com que durante a campanha eleitoral «brindou» os portugueses, chegando-se agora ao ponto de muitos patrões, «arrogantes e com o apoio do próprio Governo», se colocarem acima das Leis da República.

Entre os numerosos problemas que grassam no país e no distrito de Viseu, este dirigente referiu designadamente a agricultura «em situação de catástrofe», com os produtos estrangeiros a inundar os nossos mercados; a indústria, que enfrenta dificuldades crescentes; as falências que se multiplicam; o desemprego que aumenta, assim como aumentam as formas e o número de trabalhadores em regime de trabalho precário (35 em cada 50 trabalhadores estão nessa situação); os salários dos trabalhadores do distrito - os segundos mais baixos do país; a preocupante desertificação de muitas das aldeias; a corrupção que alastra.

Contudo, o clima é também de esperança, afirmou Manuel Rodrigues. Prosseguem por todo o lado e em todos os sectores as lutas dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e das conquistas alcançadas com o 25 de Abril. Porque se «os sinais da crise são grandes», muito «maiores e mais determinantes são, porém, os sinais da esperança que a luta deste povo vai mondando», continuando o povo e os democratas de Viseu a lutar para que o 25 de Abril «se cumpra no que ainda tem para cumprir».

Isidro Fino homenageado no Couço

Integrado nas comemorações do Dia da Liberdade programadas pela Junta de Freguesia do Couço, foi homenageado Isidro Fino, lutador antifascista e militante comunista, com a atribuição do seu nome a uma rua de Foros de Lagoiços. Na homenagem, estiveram presentes a família, o presidente da Assembleia Municipal e o presidente da Câmara Municipal, que usou da palavra.

Jerónimo de Sousa no Canadá...

Também no quadro das comemorações de Abril, e a convite da Associação Democrática dos Portugueses do Canadá, Jerónimo de Sousa deslocou-se a Toronto, onde, numa sessão comemorativa do evento, falou para duas centenas de democratas que quiseram associar-se à iniciativa.

Na sessão, que contou ainda com a presença do vereador da Câmara de Toronto eleito pela comunidade portuguesa e o cônsul português em Toronto, Jerónimo de Sousa afirmou que Abril constituiu o acto mais moderno e avançado da nossa a história contemporânea.

Sublinhando o importante papel dos jovens capitães, saudou contudo todos aqueles que pela sua luta nas fábricas, nos campos, nas escolas, nas prisões ou

no exílio, «arrostando a repressão e a tirania do fascismo, deram dimensão e razão de ser ao acto libertador».

Falando ainda sobre as questões políticas da actualidade, este dirigente disse não haver que exigir outro 25 de Abril. «Há que cumprir este, os seus ideais e valores e o seu projecto audacioso, de uma sociedade de progresso e justiça social.»

Na sua deslocação, Jerónimo de Sousa participou ainda em duas outras sessões, que envolveram mais de duas centenas de pessoas, e visitou a Câmara de Toronto.

... e Agostinho Lopes em Barcelos

Também em Barcelos, mais de uma centena de militantes e simpatizantes da CDU comemoraram o 25 de Abril, com um jantar-convívio com a participação, entre outros, do dr. Carlos Silva e Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, que usaram da palavra.

Referindo-se à batalha eleitoral que se aproxima, Carlos Silva, depois de afirmar a necessidade de um novo rumo no Poder Local, disse saber que «o patamar possível, e para já desejável, será não só aumentar e reforçar os eleitos na Assembleia Municipal, como conquistar um lugar na vereação». O que permitiria «retirar a maioria absoluta a um PSD anquilosado e clientelar» e sobretudo «ter uma voz crítica» e «evitar que» - independentemente das boas intenções e proclamações retóricas - «um poder local controlado pela máquina do PS venha a reproduzir e fazer a mesma triste figura que o governo central está a fazer a nível nacional».

Agostinho Lopes salientou na sua alocução ser tempo de renovar «a luta e o combate», de acordar «com o som, a luz, o fogo e a esperança de Abril, muitas outras manhãs deste País que continua a esperar por nós». «É tempo de vergonha colectiva pelo que estão a fazer da nossa pátria. Que nós somos hoje, como fomos antes e depois de Abril, patriotas, não patrioteiros ou patriotaços.»

Vergonha do desemprego que cresce, da corrupção que alastra, do mar sem pescadores e dos campos por produzir. «Vergonha pelas desigualdades que crescem na nossa terra.» «É tempo de pintarmos paredes e levantarmos os punhos...», disse.

Açores

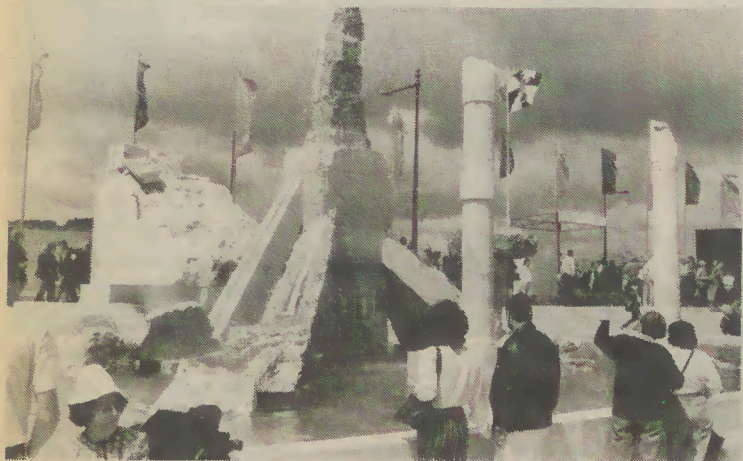
Várias comemorações assinalaram os 23 anos da Revolução de Abril nos Açores, sendo contudo de destacar a Festa Popular, em Ponta Delgada, promovida por uma Comissão Unitária muito participada e que contou com o apoio da Associação 25 de Abril.

Para além desta Festa Popular, realizou-se ainda um «motor-paper», organizado pela Associação Motard de S. Miguel e um passeio de ciclo turismo promovido pela Associação de Ciclismo de S. Miguel, iniciativas em que participaram muitas dezenas de pessoas.

A Festa propriamente dita desenrolou-se, contudo, num ambiente de grande participação e entusiasmo, nas Portas da Cidade, durante quatro horas, com a actuação de grupos musicais, de cantores e ranchos folclóricos, tendo usado da palavra, em nome da Comissão, o sindicalista Filipe Cordeiro.

Entretanto, a CDU realizou um almoço muito participado, na Horta, no salão do Clube Naval, tendo usado da palavra Leonor Dutra, da CDU, Cátia Leitão, da JCP, e José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores.

Também em Angra do Heroísmo, a CDU comemorou o 25 de Abril, aqui com um jantar-convívio onde interveio um seu apoiante, dr. João Menezes. A CDU do Pico, por seu turno, promoveu um convívio em S. Roque, onde usou da palavra o membro da Comissão da CDU, João Garcia Rodrigues. Por unanimidade, e por proposta da CDU, foi aprovada na Assembleia Municipal de St^o Cruz das Flores uma moção de saudação ao 25 de Abril e aos trabalhadores pela próxima passagem do 1^o de Maio.



Da autoria de José Cutileiro, o monumento está situado no alto do Parque Eduardo VII, um dos locais mais nobres da cidade

e terem assistido ao descerramento de uma placa alusiva ao monumento.

Vasco Lourenço, em nome da Associação 25 de Abril, situando-se nesse momento de ruptura com a ditadura fascista, lembrou que para trás ficava uma “um regime autoritário, de verdade única, de polícia política, repressão, prisões, analfabetismo, pobreza”, abrindo-se simultaneamente um futuro que “viria a trazer a concretização dos compromissos do MFA” e a devolver a liberdade aos portu-

Carlos Carvalhas em Alcácer do Sal

O Governo está a criar «economia virtual»

Para apresentação dos candidatos da CDU à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, realizou-se no passado sábado, na Escola Básica 2+3 Pedro Nunes, no Bairro do Morgadinho, um almoço-convívio com a participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas. Na intervenção que durante o almoço proferiu (de que transcrevemos extractos), Carlos Carvalhas, denunciando a política deflacionista que em obediência aos critérios de Maastricht tem posto um travão ao crescimento económico, acusou o Governo socialista de estar a «criar um sucedâneo da teoria do oásis», em que os trabalhadores e os cidadãos em geral não se revêem.

(...)

Não é com contabilidades criativas, nem com engenharias estatísticas para se fabricarem indicadores económicos e sociais favoráveis que o Governo altera a realidade.

O Governo diz que a economia vai bem, que o desemprego está controlado e que a inflação continua a descer, mas as pessoas é que não o sentem porque tais indicadores são virtuais. E as pessoas não vivem com economias virtuais.

É uma realidade também comprovada aqui em Alcácer do Sal onde projectos de investimento continuam a ser empurrados pela máquina burocrática, demorando, na maioria dos casos, um ano a ano e meio a decisão para a sua aprovação.

É uma realidade que no país tem aumentado o desemprego na indústria e nos serviços. O aumento do emprego na agricultura é uma ficção, como é uma ficção o aumento dos empregados a título individual por conta própria. Basta alguns trabalharem uma hora numa empresa agrícola sua ou de outrem na semana anterior ao inquérito para o INE o considerar empregado.

Também é sabido que o crescimento económico tem sido travado por uma política deflacionista, pelo fundamentalismo dos critérios de Maastricht.

O modesto crescimento que se verificou deve-se no fundamental a dois ou três grandes projectos de obras públicas e ao sector automóvel (a Expo, Ponte Vasco da Gama e 25 de Abril,

Auto Europa...) o que só por si nos dá a medida da fragilidade deste crescimento que mesmo assim tem sido inferior ao da vizinha Espanha.

E quanto à inflação o seu controlo deve-se no essencial, não ao aumento da produção nacional, mas à substituição da produção nacional pela estrangeira à custa de um escudo caro.

E sendo certo que a taxa de inflação tem vindo a baixar, o seu valor está longe de traduzir a realidade do custo de vida para o cabaz normal das compras dos vários estratos populacionais. Talvez por isso o Governo não mostre pressa em concretizar o inquérito às receitas e despesas familiares...

O Governo está assim a criar uma economia virtual (um sucedâneo da teoria do oásis) em que os trabalhadores e os cidadãos em geral não se revêem.

E a citação de documentos internacionais como argumento da autoridade é outro velho truque. Toda a gente se lembra das linhas laudatórias do «Financial Times» pagas a peso de ouro com anúncios e toda a gente sabe que a Comissão de Bruxelas elabora as suas previsões (que quase sempre falham) a partir dos dados nacionais e que

a Comissão está interessada, também ela, em fabricar um clima róseo para melhor aceitação do Euro pelos povos. E isto ficou claro esta semana quando a Comissária Emma Bonino

declarou que a Comissão «manipulou» previsões... Fica o Banco de Portugal cujos governadores são nomeados pelo Governo e o FMI que aponta para o aumento do desemprego em Portugal...

Infelizmente desenvolvem-se factores de crise social e acentuam-se fragilidades no aparelho produtivo. A vida real não se enquadra nas cores com que o Governo quer pintar a situação. (...)



Dos 500 convivas previstos para o jantar do Barreiro, subiu-se de repente para 640... e muitos ficaram de fora! (na foto, vista parcial da sala, durante a intervenção de Carlos Carvalhas)

Jantar da CDU no Barreiro

Da vitória sobre a recessão à construção do futuro

O jantar-convívio da CDU no Barreiro, realizado na terça-feira da semana passada na Quinta do Porto de Ramagem, perto de Coima, ultrapassou todas as expectativas. As oito da noite já os magníficos jardins da Quinta abarrotavam de gente: dos 500 convivas previstos saltou-se para os 640 - o que obrigou à abertura improvisada de mais um salão -, enquanto muitas dezenas de distraídos ficaram impossibilitados de participar porque guardaram as inscrições para a última hora. O sucesso da iniciativa, que contou com a presença de Carlos Carvalhas, foi exuberantemente sublinhado com vibrantes manifestações de confiança no reforço da CDU no Concelho, nas próximas eleições autárquicas.

A solução encontrada para os 140 convivas a mais, «partindo» a multidão de apoiantes da CDU em dois locais separados, levou Carlos Carvalhas a uma breve visita aos convivas do rés-do-chão, acompanhado por Pedro Canário, presidente da Câmara Municipal do Barreiro e de novo cabeça de lista da CDU para o executivo camarário, para desejarem um bom jantar aos que tiveram de ficar separados do grosso da multidão.

O convívio e a boa disposição passaram para o calor exuberante de uma jornada política quando, pelas 10 da noite e já na sobremesa, começaram as intervenções, vindas de uma mesa integrando Pedro Canário, presidente da Câmara Municipal do Barreiro e de novo candidato, Helder Madeira, presidente da Assembleia Municipal e também encabeçando de novo a respectiva lista da CDU nas próximas eleições autárquicas, Jorge Pires, membro da Comissão Política do CC do PCP responsável pelo Distrito de Setúbal, André Lopes, da JCP e da Juventude CDU, José Luís, do partido Os Verdes, Joaquim Rosa, presidente da Junta de Freguesia de Coima (onde se realizou o jantar), e o «convidado especial» Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

«Cada um constrói o futuro que quer!»

A apresentação dos sucessivos oradores foi precedida por uma nota particularmente saudada

por todos os convivas: a presença, no jantar, de uma heterogénea multidão de apoiantes da CDU, com operários, trabalhadores de serviços, empresários, comerciantes, médicos, advogados, professores e outros intelectuais, reformados e jovens.

A primeira intervenção foi proferida por José Luís, em nome do Partido Ecologista Os Verdes, seguindo-se-lhe Pedro Canário, presidente da Câmara do Barreiro, que assinalou a obra realizada no Concelho, «um trabalho que passa pelo trabalho dos outros», nomeadamente «os trabalhadores da autarquia que, com grande empenho, têm integrado toda a actividade colectiva». «Tudo o que fizemos e conquistámos é fruto do trabalho colectivo», disse Pedro Canário que encara o futuro com grande confiança: «Temos planos estratégicos, trabalho realizado, obras lançadas e colaboração com todos os agentes económicos do Concelho», disse.

Seguiu-se Jorge Pires, que resumiu a obra realizada pelas gestões CDU não apenas no Barreiro, mas em todo o Distrito de Setúbal, onde detém 13 das suas 12 Câmaras Municipais, demonstrando que é com grande optimismo que a Coligação Democrática Unitária encara as próximas eleições autárquicas no Distrito de Setúbal.

A encerrar, Carlos Carvalhas desferiu um cerrado ataque ao Governo PS, a quem acusou de manipular os números e as estatísticas «para esconder mazelas». O Governo de António Guterres fala em «crescimento da economia», só que a crua realidade é o aumento incessante do desemprego, mascarado com «engenharias» que dão por «empregados» pessoas que fazem biscates de uma hora, enquanto prossegue, implacavelmente, a eliminação de postos de trabalho na agricultura, na indústria, nas pescas, até nos serviços. A diminuição dos preços à custa do aumento das importações «também não é sadia» e prenuncia, a médio prazo, graves situações na economia nacional. E Carlos Carvalhas sublinhou: «Não tenhamos ilusões: é o Partido Socialista que está no poder, não é a esquerda!»

Carlos Carvalhas encerrou a sua intervenção mobilizando todos para a luta, dando nota de optimismo em relação à próxima batalha eleitoral das autárquicas.

Passe social

Projecto comunista defende alargamento

Com a presença de António Filipe, deputado do PCP, de Jorge Cordeiro, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa, e de José Manuel Moia e Jorge Matias, da Direcção da Organização Regional de Setúbal, realizou-se no passado dia 23 de Abril, no Centro de Trabalho Vitória, uma conferência de imprensa promovida por estas Organizações Regionais, para tornar público o projecto de lei recentemente apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre o passe social intermodal e o alargamento do âmbito geográfico das respectivas coroas.

Instituído após o 25 de Abril, o passe social permitiu aumentar a mobilidade da população e constituir um factor de justiça social, afirmam os comunistas, denunciando a política de direita que, com a ofensiva contra o sector público, tem levado ao agravamento do preço dos passes e à introdução de restrições ao seu pleno usufruto e à entrega a privados de segmentos de mercado até agora assegurados pelos operadores públicos, excluindo crescentemente as populações do seu usufruto pleno.

Também nestas duas últimas décadas, as alterações introduzidas ao nível do crescimento urbano, o progressivo afastamento entre a habitação e o local de emprego tornam as actuais zonas («coroas») abrangidas pelos actuais passes desajustadas das necessidades de deslocação das populações. Por outro lado, a progressiva substituição do passe intermo-

dal (com acesso a todos os operadores de transporte), por passes «de empresa» (mais baratos mas limitados ao uso de um ou dois operadores) assenta numa lógica de garantia de mobilidade restringida à deslocação para o trabalho em prejuízo de um conceito mais alargado do direito a uma mobilidade plena para usufruto de funções de lazer e de fruição culturais e sociais.

A função do transporte público como componente essencial do processo económico e produtivo é inquestionável, diz por fim o PCP recordando o princípio apresentado no Livro Verde da Comissão Europeia sobre Transporte Público na Europa (1995), onde se afirma que «idealmente o Transporte deve ser um serviço disponível a todos os cidadãos em termos de acessibilidade aos veículos e infra-estruturas, de tarifas e de cobertura» como condição de «criação de uma verdadeira rede de cidadãos».

O projecto do PCP, a ser aprovado, visa, pois, no essencial, o alargamento do âmbito geográfico das «coroas» dos passes intermodais; a defesa das suas características de plenitude no uso dos Transportes Públicos progressivamente ameaçados pela privatização de importantes segmentos do mercado; a eliminação das restrições no uso deste título de transporte; a inversão do peso progressivo do custo dos passes face aos rendimentos familiares.

PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Madeira

Para controlo político não há engano de contas

Quando da sua apreciação e votação, a 22 de Abril, a Conta da Região Autónoma da Madeira foi rejeitada pelos deputados eleitos nas listas da CDU, depois de explicitarem as razões por que o faziam. «Um voto político», como fizeram questão de sublinhar, para demonstrar a sua indignação pela política e má aplicação das verbas por parte do Governo.

Dizem estes deputados que o Governo Regional da Madeira tem um problema com os números que, para obedecerem à propaganda do Governo, fogem dos sítios certos e escapam «ao enquadramento político».

A redução significativa de verbas provenientes da cobrança do IRS e do IRC - dois milhões de contos -, o decréscimo de 39,2% na taxa de execução, em relação a 1993, no que respeita à Segurança e Assistência Social, e a execução de apenas 3 dos 5,5 milhões previstos para habitação social, são dados demonstrativos da política seguida.

Também na previsão das receitas o Governo Regional da Madeira falha, quer em relação aos impostos directos - em 6 milhões de contos -, quer

das despesas correntes, em 15%. Entretanto o investimento público diminuiu 19,7%.

Mas há contas em que o Governo não se engana, denunciam estes deputados: são nas que dizem respeito à distribuição de subsídios para o «controlo político de instituições, associações, da comunicação social, do pensamento, das actividades sociais, culturais, desportivas». Ou seja, para os «amigos nunca há erros, omissões ou enganos de qualquer espécie».

A Conta RAM de 1994 é «bem elucidativa deste diagnóstico», afirmam os deputados das listas da CDU, sublinhando que «já vêm de longe», por exemplo, «as inaceitáveis omissões e demissões deste Governo em relação à grave crise habitacional».

É possível outra política, defendem ainda estes deputados, para quem a «grande dívida pública regional é em relação a todas aquelas famílias que, devendo ser prioridade política, prioridade estratégica no desenvolvimento, foram enganadas».

Daí o voto negativo que lhes mereceu a Conta RAM de 1994.

Manuel Sobral

Homenagem em Grândola

Grândola Vila Morena passou a ter, no dia 25 de Abril, um novo nome na sua toponímia. A um belo largo junto ao Tribunal foi dado o nome de Manuel Sobral, destacado dirigente comunista, que foi membro da Comissão Política do CC e que faleceu em Fevereiro do ano passado.

que, nos momentos mais difíceis, o Manel traduzia pelas palavras - **temos grandes amigos**.

«Recordo o homem», disse ainda, «que abraçou a luta por uma sociedade mais justa, mais fraterna, a sociedade do respeito e da igualdade.

«Recordo o comunista, o homem que optou por uma vida de grande dedicação à causa da classe operária, dos trabalhadores e do povo.»

Manuel Sobral seria ainda lembrado durante o almoço comemorativo do 25 de Abril, realizado nas instalações da Feira e em que participaram



Grândola homenageou Manuel Sobral, dando o seu nome a um belo largo. Na cerimónia, Luísa Araújo, em breves palavras, recordou o homem e o comunista que foi Manuel Sobral.

cerca de duas centenas e meia de pessoas. Matos Gago, que tomou a palavra após a intervenção de António Pedro, Presidente da Junta de Freguesia de Melides, propôs um brinde à memória do homenageado, fazendo votos para que as ideias que o falecido dirigente perfilou e divulgou encontrem cada vez mais seguidores entre os trabalhadores e o povo.

Luísa Araújo, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, interveio no final, referindo-se ao momento particularmente complexo que se vive nos planos social, económico e político, destacando as tarefas a levar a cabo em defesa da democracia e dos interesses e direitos dos trabalhadores e acentuando a importância das eleições autárquicas deste ano e a necessidade de travar uma grande batalha pelo reforço do PCP e pela vitória da CDU.

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel Rodrigues Barão

Com 57 anos de idade, faleceu no passado dia 23 de Abril o camarada Manuel Rodrigues Barão. Fazia parte da célula da CIMA e era membro da Direcção da Liga dos Amigos da Mina (S. Domingos), em Sacavém.

Raul Chaves Costa

Faleceu no passado dia 22 de Abril, com 79 anos, o camarada Raul Chaves Costa, natural da freguesia de S. Mamede, Lisboa. Membro do Partido desde 1977, pertencia à Freguesia de Porto Salvo, onde foi responsável pela respectiva Comissão de Fundos, tarefa que abandonou por razões de saúde.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

João Amaral sobre o 25 de Abril no Parlamento

Manter a esperança renovar a intervenção

Muitas foram as promessas não cumpridas, muito foi destruído e muito está ainda por fazer. A hora, porém, não é para carpir mágoas ou tristezas, mas para manter viva a esperança, rejeitar a resignação e renovar a vontade de intervenção. Este o conteúdo essencial da mensagem deixada pelo deputado comunista João Amaral na sessão solene com que a Assembleia da República celebrou o 23º aniversário do 25 de Abril.

Nas intervenções produzidas no decorrer da sessão, presidida por Jorge Sampaio, a evocação do aniversário da Revolução foi acompanhada por uma reflexão sobre o momento político presente a que não faltou um olhar crítico que teve no Governo um alvo preferencial.

Pacheco Pereira (PSD), por exemplo, tendo como pano de fundo a questão da «autoridade» resolveu pegar na recente manifestação dos profissionais da PSP para a refenciar como um sinal da «crise da autoridade do Estado» que, em sua opinião, «favorece os grupos de pressão e a demagogia».

Houve também quem preferisse trazer à colação memórias de um passado por si glorificado para atalhar caminho para a crítica frontal ao processo que levou à independência das ex-colónias. Incapaz de compreender o sentido libertador da luta dos povos e o curso irreversível da história, foi o caso da líder parlamentar do PP, Maria José Nogueira Pinto, que não se coibiu de tecer críticas à descolonização por, disse, ter sido «ideologicamente orientada» e não ter salvaguardado «os legítimos interesses de ninguém: nem dos que partiram nem dos que ficaram».

O Presidente da República, que encerrou a sessão, aludiu a uma preocupação que há muito

lhe é cara - o financiamento dos partidos -, apelando aos deputados para que instituíam novas regras. Abordada por Jorge Sampaio foi também a questão da autoridade democrática, «legitimada pelo voto livre dos eleitores», para dizer que é necessário que o Estado a exerça, porquanto, observou, a democracia nascida com a Revolução de Abril «é o regime da tolerância, mas não da permissividade ou do demissionismo».

Mas foi da bancada comunista, pela voz de João Amaral, que se fizeram ouvir não apenas notas críticas ao rumo da política nacional como também propostas concretas para o que considerou «uma nova política de desenvolvimento» que dignifique a política e a ponha ao «serviço dos cidadãos».

Entendendo que as comemorações dos 23 anos da Revolução não se limitam à festa, João Amaral, num convite à reflexão, lembrou que os portugueses «vão fazer o balanço da situação em que vivem e das perspectivas que se abrem para o seu futuro».

«Vão querer saber por que está adiado o desenvolvimento equilibrado do País», assinalou o deputado comunista, do mesmo modo que se interrogam sobre as razões pelas quais «a riqueza está mais concentrada» ou sobre o motivo que explica ter o «tra-

balho cada vez menos valor social».

Mas vão também querer saber, continuou João Amaral, «por que razão quem trabalha está cada vez mais desprotegido e mais sujeito à prepotência. Vão querer saber como é que um País pode ir desmantelando insensatamente a sua agricultura, as pescas, a indústria mineira. Como é que um país pode progredir deixando cada vez mais à sua sorte os sectores produtivos da economia».

As críticas mais duras de João Amaral estavam no entanto guardadas para aquilo a que poderemos chamar de entorses e desvios aos grandes desígnios nacionais que emergiram do 25 de Abril e que a Constituição acolheu.

«Não faz parte dos desígnios nacionais ter um exército de dois milhões de trabalhadores em regime de trabalho precário, ou manter no desemprego perto de meio milhão de portugueses», sublinhou o parlamentar do PCP, antes de referir nada igualmente ter com os desígnios nacionais uma política que «deixa a indústria têxtil portuguesa à mercê de uma concorrência internacional mortífera», delapidada o «valioso património acumulado por gerações de empresas estatais», «quebra o compromisso da fixação do horário máximo das 40 horas», «sujeita o desenvolvimento do país e o bem-estar dos cidadãos aos ditames espartilhantes do Tratado de Maastricht e à moeda única».

Razões mais que suficientes, concluiu João Amaral, para que, rejeitando a resignação e renovando a vontade de intervir, se opere «uma viragem à esquerda, uma viragem para o lado dos ideais da Revolução».

PCP propõe criação de directores municipais

A criação do cargo de secretário-geral municipal ou de directores de serviço municipais para coadjuvarem os autarcas na gestão municipal, prevista em projecto de lei do PCP, esteve em debate na Assembleia da República. Actualmente, apenas as Câmaras Municipais de Lisboa e Porto possuem directores municipais, equiparados a directores-gerais, situação manifestamente desajustada às novas realidades demográficas e à necessidade de uma maior operacionalidade por parte de um significativo número de municípios.

Com esta iniciativa legislativa, que responde a uma reclamação da Associação Nacional de Municípios, a bancada comunista, como salientou no debate o seu deputado José Calçada, visa «proporcionar a criação objectiva de condições tendentes ao aumento da eficácia na gestão dos serviços» nos municípios com mais de 100 mil eleitores, condições essas que não deixarão de ter reflexos «na diminuição dos prazos de resposta e na prontidão de atendimento das diversas solicitações que se colocam à gestão municipal».

De acordo com o projecto, para além de outras com-

petências que lhe sejam delegadas, competirá, em termos gerais, aos directores municipais de serviços coadjuvar o presidente da Câmara ou vereadores com competências delegadas na preparação das decisões e na execução de todos os actos de gestão municipal.

Os novos directores de serviço terão também por função colaborar na elaboração do orçamento municipal e plano de actividades e promover a execução das decisões do presidente e das deliberações da Câmara e corresponder-se directamente, em assuntos da sua competência por delegação do presidente, com autoridades e repartições públicas.

Um outro diploma, da iniciativa do PSD, igualmente em debate, defende propostas de sentido idêntico, prevendo a criação de um secretário-geral municipal, em vez da figura do director de serviço.

Para o PSD, a criação deste cargo irá «dignificar o exercício das funções decisórias dos presidentes e dos executivos municipais, libertando-os de tarefas administrativas que muitas vezes lhes ocupam desnecessariamente a maior parte do seu trabalho».

NACIONAL

Uma política antijuvenil

A próxima discussão das propostas de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e da Lei de Financiamento do Ensino Superior, nos dias 8 e 21 de Maio, e uma série de outros problemas que afectam a juventude são objecto de uma resolução da Direcção Nacional da JCP, aprovada em reunião deste fim-de-semana.

As alterações à LBSE, propostas pelo governo PS, são denunciadas pela JCP como "um dos maiores ataques à Educação, ao ensino público e

à sua democratização, iniciada há 23 anos com a Revolução dos Cravos".

A resolução da Juventude Comunista refere, em particular:

- A desresponsabilização do Estado "relativamente à seriação de candidatos para o Ensino Superior". Que "não vem aprofundar a autonomia universitária", mas antes "criar novas barreiras no acesso e novas injustiças entre os candidatos";

- O reforço da "política de restrição ao acesso ao ensino superior". Ao arpejo de promessas eleitorais de fim do *numerus clausus*;

- O embaraço da Formação Inicial de Docentes, nomeadamente através da redução dos bacharelados para dois anos, seguindo "critérios exclusivamente economicistas".

Sobre a Formação Inicial de Professores, a JCP considera fundamental "criar condições pedagógicas, científicas e financeiras para que os cursos de via ensino do politécnico e universitário possam formar docentes capacitados, para aumentar a qualidade da educação em Portugal". E defende "a integração num único sistema de ensino superior de todas as universidades e escolas politécnicas, com respeito pela identidade e especificidade de cada instituição".

A resolução da Direcção da JCP sublinha ainda que "deve ser consagrado um único espaço de formação inicial" e que "o Ensino Superior Politécnico, tal como o Universitário, tem de ter capacidade para formar o seu próprio corpo docente e desenvolver trabalho de investigação". A possibilidade de leccionar nos diferentes graus de ensino deve ser limitada apenas pelo "conteúdo científico e pedagógico dos cursos leccionados".

A proposta de Financiamento do Ensino Superior é denunciada, pelos jovens comunistas, como mais uma das promessas não cumpridas,

na senda da "mesma política de cortes orçamentais iniciada pelo governo PSD". A resolução sublinha que "no mesmo ano em que pretende aumentar o valor das propinas em 4.725%, voltou a reduzir as dotações por aluno do Ensino Superior Público".

As críticas da JCP à política governamental não se cingem à área do ensino.

"Nesta linha política de direita, o governo PS, utilizando a Revisão Constitucional, acentua o ataque aos direitos e conquistas do 25 de Abril e da sua Constituição", afirma-se na resolução, que refere, como direitos fundamentais que se pretende pôr em causa - o direito a um emprego, à existência de Forças Armadas democráticas, a melhores condições de vida, o direito do povo português a decidir do seu futuro, nomeadamente no que respeita à adesão de Portugal à moeda única.

No quadro de uma "preocupante situação social", que inclui o "aumento do desemprego juvenil e da precariedade nas condições de trabalho e o acentuar da exploração do trabalho infantil", a JCP está particularmente empenhada em estimular a participação juvenil, aos mais diversos níveis. Quer nas próximas eleições autárquicas quer no debate de problemas políticos actuais.

A resolução sublinha a importância da participação em iniciativas como o Comício Internacional, promovido pelo PCP, e que deverá decorrer a 24 de Maio, em Lisboa, sob o lema "Que os povos decidam o futuro da Europa" e o Encontro Nacional de quadros e activistas da Juventude CDU, a realizar em Lisboa, em 25 de Maio, com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

"O PS só tem feito asneiras!"

O Eng^o Guterres fez constar ao País, aproveitando a reunião da Comissão Nacional do seu Partido, que nos últimos quatro meses "o PS só tem feito asneiras". Mesmo sendo perversos os objectivos da afirmação de tão incontornável verdade e modesto de mais o intervalo considerado, por uma vez estamos de acordo.

Guterres falava do (resto do) seu partido, com exclusão da sua ilustre pessoa, do seu Governo e dos seus colaboradores mais próximos.

Falava com sofisma como se ele próprio não fosse o primeiro dos responsáveis pelo que fazem ou deixam de fazer PS e Governo.

Falava, contrapondo PS e Governo, em manobra de diversão e promoção dum "bode expiatório" para os seus próprios desaires, perda de popularidade e redução da base de apoio das suas políticas.

Falava para consumir mais um avanço na descaracterização do "velho" PS e na sua transformação em partido instrumento do neoliberalismo.

Guterres, passado quase ano e meio no Governo, está confrontado com um quadro em que o cumprimento dos critérios de Maastricht, à custa dos anéis, da baixela e dos pergaminhos da família, não consegue eludir a regressão social, a destruição do tecido produtivo e a alienação da soberania, escamotear o abandono das promessas eleitorais, ou a opção por políticas de direita.

E eis que o Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS não hesita em *anatemizar o seu próprio partido*, procurando perversamente reganhar espaço de manobra à sua custa, numa jogada - mais uma - copiada de Cavaco Silva, do tipo "matar a mãe para ir ao baile do orfanato".

Uma manobra politiqueria que põe, mais uma vez, a claro o vazio de sentido ético da política que anima a direcção "guterrista" do PS - em que tudo é instrumento de um *projecto pessoal de poder*, que se despe "pragmaticamente" de valores e objectivos de serviço ao povo e se esgota em si próprio e no papel de *instrumento do poder económico e político das duzentas transnacionais que, efectivamente, decidem neste mundo "globalitário"*.

E Guterres não tem sequer qualquer justificação para o "passa culpismo" das suas pesadíssimas responsabilidades.

É responsável pelas asneiras do PS e do seu Governo desde a sua formação.

É responsável pelas políticas prosseguidas, na continuidade da governação do PSD, e pelas consecutivas convergências com a direita, elemento essencial da sua descredibilização perante o eleitorado, que nele votou à procura exactamente de uma outra política.

É responsável no insucesso das alterações à IVG, derrotando com a sua intervenção e os votos do PSD e do PP os projectos legislativos da bancada do PS.

É responsável na revisão da CRP, impondo aos seus deputados, e à custa de variadas demissões, um acordo com o PSD que conflua com a representatividade e pluralismo do sistema político e eleitoral e com a própria unidade do Estado.

É responsável pelo atraso e eventual fracasso da regionalização, que enrolou com o PSD numa enorme trapalhada referendária, de que se prepara para atamancar uma má saída com mais um acordo com a muleta PP, pelo qual continuará a pagar o preço inaceitável da respectiva promoção política e mediática.

É responsável no escândalo da interpretação governamental das 40 horas, no aval à UGT, no regabofe dos 4423 tachos, que vai administrando no intervalo das suas dissertações do catecismo neoliberal, em New York, Paris ou Chicago.

Guterres queixou-se que no PS alguém promoveu o seu "assassinato político", mas não disse que esta direcção "guterrista" está em *adiantada fase de genocídio do "velho" Partido Socialista, tornando-o num partido neoliberal, matizado com preocupações caritativas de democracia cristã, anos 70*.

Uma direcção que "não tem mentalidade PS", que está a transformar um grande partido democrático numa "coisa" de "geometria variável", resultado conjuntural de "Estados Gerais" intermitentes, somatório de *lobbies* e clientelas, arregimentados conforme as técnicas do *marketing* e da política-espectáculo, para *implementar no poder o essencial das políticas das transnacionais*.

De facto, este PS de Guterres "só tem feito asneiras".

■ Carlos Gonçalves

JCP em Breves



Liberdade de optar

"Pelo menos 20 mulheres por ano, em Portugal, estão sujeitas à crueldade do aborto clandestino", refere-se em comunicado da Comissão Política da JCP, que lembra que "só em 95, cerca de 36,3% dos abortos realizados foram feitos por mulheres com menos de 15 anos" e "entre 1979 e 1987 morreram 13 adolescentes por complicações de aborto clandestino".

Na perspectiva da liberdade conquistada pelo 25 de Abril, que "consagrou direitos fundamentais de igualdade, participação e democracia", também para as mulheres, a questão do aborto surge como um problema de saúde pública e de direito social, face ao qual não se pode baixar os braços. "Porque a Lei em vigor não destrói e nem sequer põe em causa a concepção tradicional da mulher como mero ser reprodutor", como sublinha o comunicado.

Santarém Encontro Distrital

Discutir e aprofundar a intervenção da JCP no Distrito de Santarém é o objectivo central do Encontro Distrital da Juventude Comunista, que se realiza este sábado no centro de trabalho do PCP em Alpiarça.

O Encontro será um espaço de reflexão, discussão e intervenção, aberto a todos os jovens, em torno de questões como a política do governo PS e a intervenção da Juventude CDU nas próximas eleições autárquicas.

A iniciativa conta com a presença de Luísa Araújo, da Comissão Política do Comité Central do PCP, e de Alexandre Araújo, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.



O Militante

Ano 65 Série IV Nº 228

- 2 ELEVAR A INFLUÊNCIA E A IMPLANTAÇÃO DO PARTIDO
- 4 AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS EXIGEM O EMPENHAMENTO DE TODOS
- 9 CONTINUAR A FORTALECER O PARTIDO
- 12 DISTRITO DE AVEIRO REALIDADES E DESAFIOS
- 15 UM NOVO CENTRO DE TRABALHO
- 16 HORÁRIO DE TRABALHO É REFERÊNCIA FUNDAMENTAL
- 20 ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS
- 23 NO ALENTEJO A CDU É OBRA!
- 27 ELEITOS DO PARTIDO PARA CARGOS AUTÁRQUICOS
- 43 A CRIAÇÃO DA LIGA DOS COMUNISTAS
- 46 LIVRO, LITERATURA, LITERACIA
- 49 POSSIBILIDADES E FRAGILIDADES DO TURISMO EM PORTUGAL
- 61 DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP
- 63 RESOLUÇÃO DA CONFERÊNCIA

Estuário do Sado é zona sensível

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Setúbal apresentaram uma moção que recomenda ao executivo camarário que exija do Ministério do Ambiente a declaração do Estuário do Sado como zona sensível. A proposta, que foi aprovada com 27 votos a favor e três abstenções, estas de eleitos do PS, visa possibilitar o financiamento comunitário necessário à construção da ETAR de Setúbal, onde o tratamento das águas residuais é considerado como um dos mais graves problemas. A candidatura para a construção da ETAR foi apresentada pela CMS em Março. Na altura, das 18 Estações de Tratamento do distrito, foram consideradas prioritárias 13, entre as quais a de Setúbal, embora até à data o Ministério competente não tenha aprovado a sua construção. A razão do impasse prende-se com o financiamento do projecto orçamentado em cerca de 4,5 milhões de contos, questão que se aprofunda por o actual Governo não considerar o Estuário do Sado como zona sensível.

A CDU cita os estudos efectuados sobre o Estuário afirmando que todos reconhecem que está muito poluído por resíduos da agricultura, da indústria e até domésticos. Em causa está a sobrevivência de ainda existentes 75 espécies de peixes para além da diminuição da qualidade de vida dos setubalenses.

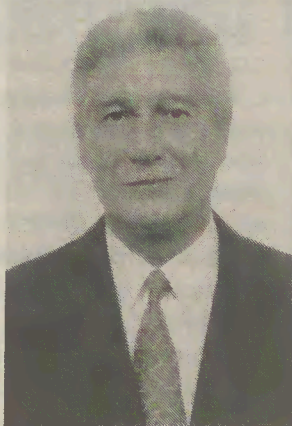
CDU/Maia critica contas

Os eleitos da CDU no município da Maia rejeitaram recentemente o relatório e contas de 1996 apresentado pela Câmara. O grupo da CDU salienta que, em relação ao orçamentado os índices de realização, são dos mais baixos registados neste município. De facto, contrastando com «o clima de riqueza e euforia» do Plano de Actividades, o balanço da Câmara indica que o investimento foi inferior ao do ano transacto, enquanto que as transferências para as juntas de freguesia se ficaram pelos 15 por cento dos valores orçamentados. O endividamento, apesar de uma evolução positiva, ultrapassa o milhão e seiscentos mil contos. Contudo, se se juntarem as dívidas dos Serviços Municipalizados, aquele valor subirá para 4,5 milhões de contos.

ABRANTES

Durante o almoço comemorativo do 23º aniversário do 25 de Abril, que juntou mais de uma centena de pessoas e contou com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, a coordenadora da CDU de Abrantes apresentou o cabeça de lista à Câmara Municipal - **Francisco Marques Lourenço Domingos**. O candidato tem 51 anos de idade, é engenheiro técnico agrário e professor do ensino agrícola. Pertence ao quadro de professores da Escola Profissional de Agricultura de Abrantes, em Mouriscas, onde é subdirector. É actualmente membro da Assembleia de Freguesia de Mouriscas e foi membro em dois mandatos na Assembleia Municipal. No mandato anterior, pertenceu à Assembleia de Freguesia de S. João. É membro do PCP desde 1975 e integra a Comissão Concelhia de Abrantes do PCP.

ALBUFEIRA



Romeu de Brito

A CDU de Albufeira anunciou a candidatura de **Romeu Santa Clara de Brito** à Câmara Municipal. O candidato tem 58 anos, é natural do concelho e é director hoteleiro. Membro da Comissão Concelhia do PCP e da Coordenadora da CDU, foi presidente da Comissão Administrativa da CM de Albufeira em 1974 e 1975.

Vereador na Câmara, eleito nas eleições intercalares de 21 de Janeiro de 1996, assumindo responsabilidades ao nível de vários pelouros, a acção de Romeu de Brito tem sido determinante para ultrapassar as graves dificuldades em que o município se encontrava.

VILAR DA VEIGA

A Comissão da CDU de Terras de Bouro anunciou a candidatura de Carlos Manuel Guimarães à Junta de Freguesia de Vilar da Veiga (Gerês). O cabeça de lista, independente, é presidente da autarquia desde 1989, é director do centro social e paroquial da localidade e é vice-presidente do núcleo do Gerês da Cruz Vermelha Portuguesa.

Candidatos da CDU

ALCÁÇER DO SAL

No passado sábado, a CDU apresentou os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Alcácer do Sal. Num almoço que teve a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP (ver discurso na página 7), e contou com a presença de mais de 250 pessoas, foram anunciadas as recandidaturas de **Rogério de Brito** à Câmara Municipal e de **Rui Oliveira** à Assembleia Municipal.



Rogério de Brito

ALCOBAÇA

Em conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira, a CDU apresentou os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Alcobaca, que são respectivamente **Rogério Madeira Raimundo** e **Basilio dos Santos Martins**.

Rogério Raimundo, professor do ensino secundário, é membro da Comissão Coordenadora Concelhia do PCP, reside na Freguesia da Cela, é membro do secretariado distrital de Leiria da União das IPSSs e presidente do Centro Cénico e de Bem-Estar Social da Cela. Foi membro da Assembleia de Freguesia da Cela e da Assembleia Municipal de Alcobaca.

Basilio dos Santos Martins é advogado, foi activista do movimento estudantil em Coimbra e das lutas da oposição ao regime fascista, tendo participado como militar miliciano na Revolução de Abril. É director do jornal «Voz de Alcobaca» e eleito na Assembleia Municipal.

ESTREMOZ

Luís Filipe Pereira Mourinha e **Inácio Augusto Carmelo Grazina** são os nomes dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Estremoz.

Luís Mourinha, presidente da Câmara, tem 40 anos, é independente e dirige desde 1986 a Cooperativa de Habitação Económica COBATA. Inácio Grazina tem 57 anos, é professor do ensino secundário, foi presidente da AM de Estremoz pela CDU de 1982 a 1985 e vereador na Câmara pela CDU de 1985 a 1989. Independente, é o actual presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria.

No breve balanço do mandato, Luís Mourinha salientou a obra realizada e o modo como os eleitos da CDU procuram resolver os problemas das populações, contando com a «enorme abnegação da generalidade dos trabalhadores da autarquia».



Luís Mourinha

LEIRIA

José Augusto Esteves é o cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Leiria. O candidato tem 49 anos, é membro do Comité Central do PCP, e responsável pela organização partidária no distrito, pertencendo à actual Assembleia Municipal de Leiria. Entretanto, Sérgio Silva, o candidato à Câmara já anteriormente apresentado, encontrou-se com representantes da Associação Comercial e Industrial de Leiria, dando assim início a uma série de audiências com diversas entidades do concelho.

MAIA

Decorreu no passado sábado, no fórum da Maia, a sessão pública de apresentação da candidatura de **Serafim Nunes** à Câmara Municipal da Maia. Na iniciativa, que contou com a presença de Emídio Ribeiro, responsável pela DORP e membro da Comissão Política do PCP, o candidato independente criticou as opções do município gerido há duas décadas pelo PSD e considerou que a CDU é a única força política que apresenta um projecto alternativo.

Serafim Nunes tem 43 anos, é economista e foi militante do PCP de 1976 a 1991. Foi membro da Comissão de Trabalhadores do Banco Português do Atlântico e da Comissão de Obras Sociais daquela instituição. Foi delegado sindical e membro do Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Norte.

Pertenceu à Assembleia de Freguesia de Águas Santas, entre 1976 e 1979; de 1982 a 1989 foi vereador da CM da Maia, assumindo a responsabilidade do pelouro da habitação social. Foi ainda membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e membro da Assembleia Intermunicipal da Lipor.

PORTALEGRE

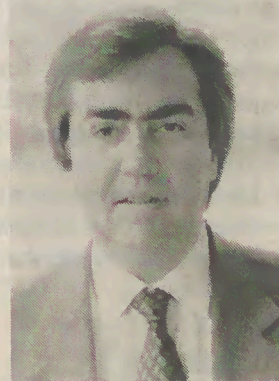
A apresentação pública de **Joaquim Miranda**, como cabeça de lista à Câmara Municipal de Portalegre, realizou-se na passada sexta-feira, dia 25 de Abril, no cine-teatro Cristal, com a presença de numerosos activistas e apoiantes da CDU.

Na sessão, o candidato, referindo-se ao simbolismo da data escolhida, considerou o poder local como «uma das realizações mais exemplarmente conseguidas com a Revolução», para mais adiante exigir «uma profunda mudança que traga uma lufada de ar fresco a Portalegre».

Joaquim Miranda defendeu um projecto para o concelho que conte com a participação activa dos portalegrenses e esteja orientado para «o bem-estar da comunidade e fundado no seu progresso económico e social». Para tanto é necessário aproveitar os recursos e potencialidades do concelho bem como «terminar com os métodos arcaicos de funcionamento da própria Câmara e dos seus serviços». A resolução das gritantes carências infra-estruturais ao nível das acessibilidades e do saneamento foi considerada outra das prioridades por Joaquim Miranda que se confessou chocado por em Portalegre existirem ainda esgotos a céu aberto.

Reclamando um desenvolvimento económico da região que permita a criação de postos de trabalho, Joaquim Miranda criticou a inércia da Câmara nesta matéria, acusando-a de mais à frente de passividade face ao afastamento do concelho de certos traçados de vias fundamentais, ao encerramento de estações ferroviárias ou à transferência de serviços essenciais.

Pôr termo «ao imobilismo e ao atraso que resultam em larga medida da incapacidade na gestão municipal» é pois a grande tônica do discurso que o cabeça de lista da CDU propõe à população de Portalegre.



Joaquim Miranda

Eleitos CDU defendem património

Na passada semana, o eleito da CDU na Assembleia Municipal de Amares, no distrito de Braga, José Antunes, apresentou uma moção no sentido de ser recuperada a casa conventual do Mosteiro de Rendufe. A proposta, que foi aprovada por unanimidade, estabelece que sejam os proprietários a apresentar um programa de aproveitamento e obras daquele espaço. No caso de tal não se verificar deve o Governo negociar a aquisição daquele espaço ou em último caso proceder à expropriação administrativa por abandono do património e assumir um programa de reabilitação. A moção que os órgãos autárquicos das Freguesias de Rendufe e a Câmara Municipal de Amares sejam consultados neste processo.

Coimbra

Por seu lado, o eleito da CDU na freguesia de Sta. Cruz, de Coimbra, Carlos Mesquita, fez

aprovar por unanimidade duas propostas visando melhorar a limpeza urbana e aumentar a segurança anti-incêndios. Uma moção é dirigida ao vereador da Higiene e Limpeza solicitando que sejam colocados nas ruas principais e áreas adjacentes da baixa recipientes para o lixo de forma a melhorar o ambiente no centro histórico de Coimbra. A CDU recorda que há mais de um ano que foram retirados os recipientes naquela área.

A segunda moção exige que a Câmara fiscalize o estacionamento de viaturas para que no caso de incêndio os bombeiros possam ter acesso aos locais afectados. O texto recomenda ainda que o executivo da Junta em nome dos moradores dirija um pedido à Direcção-geral do Comércio para averiguar o armazenamento de produtos inflamáveis na zona da Baixinha e diligencie junto da Câmara a fiscalização dos prédios degradados para evitar possíveis derrocadas.

SINTRA

A CDU apresentou no passado dia 23 de Abril a sua candidata jovem à Câmara Municipal de Sintra. Paula Borges tem 22 anos e é estudante na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. No dia da sua apresentação, a candidata visitou a escola secundária Ferreira Dias, onde foi recebida pela Associação de Estudantes e pelo Conselho Directivo. No final, acompanhada por dirigentes da JCP e por Lino Paulo, Paula Borges promoveu uma conferência de imprensa em que explicou as razões por que concorre: «por uma verdadeira política jovem onde todos terão algo a dizer e serão sempre ouvidos».

TRABALHADORES

Pelas 40 horas sem burla Têxteis dia 8 em Lisboa

Eleições na CIL e CIS

Cerca de 70 por cento dos 315 membros efectivos das 52 comissões de trabalhadores que integram a coordenadora das CTs do distrito de Lisboa (CIL) participaram nas eleições de 17 de Abril. Ao sufrágio apresentou-se uma lista, proposta pela coordenadora cessante, que obteve 217 dos 223 votos que entraram nas urnas.

Na mesma data foi eleita a coordenadora das CTs do distrito de Setúbal (CIS).

Fátima Messias, da CT da Cimpor e reeleita para a CIL, salientou ao «Avante!» a importância desta votação, num momento em que o acordo de revisão constitucional firmado pelo PS e o PSD ameaça as CTs como forma genuína de organização dos trabalhadores nas empresas. Realçou que este acto eleitoral «não se destinou apenas a cumprir o calendário», mas «constitui uma afirmação da vitalidade e da dinâmica das CTs», sublinhando que as coordenadoras agora eleitas foram fortalecidas com novos quadros e vão estreitar a ligação aos trabalhadores e a cooperação com o movimento sindical.

Primeiras no SINTTAV

Os resultados finais das primeiras eleições para os corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual foram anunciados oficialmente na semana passada, apresentando uma percentagem de votantes de 61,6 por cento (4762 votantes, num total de 7728 eleitores). A lista única obteve 4451 votos (93,5 por cento).

A comissão directiva do sindicato (que resultou da fusão do SINTEL com o STN) congratulou-se com o resultado, num comunicado em que se afirma que este revela «uma grande confiança no grande sindicato a nível da Portugal Telecom e empresas participadas e de todas as do ramo de actividade».

Bispo solidário

Os professores e educadores contratados tiveram na semana passada uma manifestação de solidariedade por parte do Bispo de Viseu, que apoiou a sua reivindicação de vinculação ao fim de dois anos de serviço. As declarações de D. António Monteiro foram proferidas após uma audiência com o Sindicato dos Professores da Região Centro.

Uma semana antes de subir a plenário na Assembleia da República o projecto de lei do PCP que pretende clarificar o conceito de horário de trabalho, a Federação dos Sindicatos Têxteis, Vestuário e Calçado promove uma concentração em São Bento.

Em comunicado aos trabalhadores, a Fesete/CGTP-IN congratula-se por, ao fim de 5 meses de luta pelas 40 horas, pelo respeito dos direitos contratuais e pelo fim do trabalho ao sábado, a AR voltar a debruçar-se sobre o problema criado pela aplicação da Lei 21/96 que, preconizando a redução do horário, proporcionou a muitos patrões um pretexto para atacar direitos e, até, para aumentar o tempo de permanência dos trabalhadores nas empresas.

A esta situação os trabalhadores e os sindicatos responderam com greves, concentrações, plenários e manifestações. A palavra de ordem «40 horas, sim! Vigalice, não!» foi gritada na baixa de Lisboa e junto à residência oficial de António Guterres no dia 18 de Janeiro.

O Governo, acusado de não dar cumprimento às promessas eleitorais do PS e de tomar partido pelos patrões, continua a dar cobertura ao roubo das pausas. A recente visita da ministra do Emprego ao Vale do Ave suscitou severas críticas dos sindicatos. «O raid da ministra ao Ave não passou de uma operação de propaganda», afirma a Fesete no seu comunicado de 24 de Abril, sublinhando que «o que era anunciado como um raid de surpresa

junto das empresas para pôr fim à burla não passou dum viagem ao Norte combinada com patrões que praticam a burla, o presidente da Câmara de Famalicão e o Governador Civil de Braga».

A federação realça que a Inspeção de Trabalho foi excluída do itinerário ministerial, enquanto «dos sindicatos e dos trabalhadores que lutam pelas 40 horas a ministra fugiu como o diabo da cruz».

Enfermeiros apresentam caderno reivindicativo

A comissão negociadora sindical constituída pelo SEP e o SERAM reclama do Governo medidas para responder à carência de enfermeiros e acabar com a instabilidade de emprego.

Em conferência de imprensa realizada dia 24, os sindicatos salientaram o «papel fundamental» dos enfermeiros na área da saúde, defendendo que a carreira deverá «reflectir esta valorização do enfermeiro, assim como prever um adequado desenvolvimento profissional».

As alterações à carreira de enfermagem, apresentadas pelos sindicatos depois de discutidas em reuniões da classe, têm por objectivos fundamentais «gerar mais dinamismo» e «criar mais expectativas de desenvolvimento profissional». Além da revalorização da profissão, expressa na alteração da grelha salarial, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e o Sindicato dos Enfermeiros da RA da Madeira exigem que a carreira de enfermagem contemple também:

- o direito à exclusividade por opção dos enfermeiros,
- medidas para suprir a falta de enfermeiros e formas de admissão com vínculo público,
- integração nas remunerações do adicional de 2 por cento,
- regulamento para os concursos,
- medidas para fixar os enfermeiros na área dos Cuidados de Saúde Primários,
- consagrar a profissão de enfermagem como uma profissão de risco e penosidade.

Na conferência de imprensa foram abordadas ainda as consequências do alongamento do período de funcionamento dos centros de saúde e a falada passagem dos hospitais a empresas públicas, reafirmando os sindicatos que eventuais reformas no Sistema Nacional de Saúde «não poderão pôr em causa direitos, quer dos utentes, quer dos profissionais».

Contra novo despedimento no Complexo Grundig

Os trabalhadores da Grundig/Blaupunkt levaram a cabo, na noite de 24 de Abril, uma vigília, deslocando-se da empresa até à Avenida Central bracarense, para protestar contra a tentativa de despedimento de 231 pessoas.

A União dos Sindicatos de Braga revelou que está a tomar medidas para contrariar «esta provocação, montada, programada e dirigida pelo Governo Civil, Ministério da Economia e administração da empresa».

Em carta dirigida à população da cidade, as organizações representativas dos trabalhadores da Grundig recordam que a empresa beneficiou, desde

1991, de centenas de milhares de contos de subsídios comunitários a fundo perdido, que se deveriam destinar à criação de novos postos de trabalho. «No entanto, durante o mesmo período, já concretizou dois despedimentos colectivos que totalizaram, juntamente com as rescisões de contrato forçadas, mais de três centenas de trabalhadores efectivos despedidos» - denunciam os ORTs.

Chiado

Em vigília, junto à residência oficial do primeiro-ministro, estiveram segunda-feira os



Desde Dezembro que os trabalhadores lutam pela efectiva redução do horário (foto da manifestação de 18 de Janeiro, em Lisboa)

Supremo não decidiu

Reagindo a uma peça de primeira página do «Jornal de Notícias» de dia 23, com o título «Supremo dá razão aos patrões», a Fesete esclarece que o Supremo Tribunal de Justiça não decidiu sobre a Lei 21/96, mas apenas aprovou

um acórdão sobre uma acção colocada em 1991 por trabalhadores da Cordoaria, tendo por base outras leis. A federação têxtil cita mesmo uma nota do STJ, de 23 de Abril, na qual se refere que o acórdão «não faz qualquer alusão à chamada Lei das 40 Horas, nem foi feito com vista a interpretar essa lei».

De que se queixa, senhor ministro?

Não há nada que não nos aconteça, com este Governo PS.

Recentemente, o ministro das Finanças, justamente criticado pelo tão ilegal quanto ilegítimo aval à UGT, é acometido por uma birra a todos os títulos caricata, com murros na mesa e grosserias de perneio, seguida de uma inusitada e ridícula carta oficiosa de «desagravo» num jornal diário, como publicidade paga (decerto não por ele).

Há poucos dias, foi a vez do MAI, Alberto Costa, que, dizendo-se muito ofendido, foi a correr queixar-se ao Procurador Geral da República das invectivas proferidas pelos profissionais de polícia numa jornada de protesto contra a sua política. Quem virá a seguir? A ministra do Emprego?

Decididamente, os ministros dos gabinetes rosa foram atacados por uma estranha hipersensibilidade. E tão estranha quanto enganosa, pois é notório que, no caso, os ministros «fazem o mal e a caramunha».

Mas, só para falar neste último, de que se queixa o senhor ministro da Administração Interna?

É ou não verdade que as reivindicações dos polícias, há muitos anos sem resposta, são antigas e na sua quase totalidade consideradas justas, em termos públicos, quer pela hierarquia quer por ministros anteriores?

É ou não verdade que essas reivindicações têm como base de partida não uma classe policial com direitos numa Polícia moderna, mas uma instituição a cujos profissionais continuam apenas a ser exigidos deveres, e carecida desde o 25 de Abril de uma reforma profunda e democrática?

É ou não verdade que, também neste sector sensível que são as forças de segurança, um ano e meio de diálogo, de promessas e de indecisões se traduziram em muito pouco de concreto?

E, por falar em diálogo, é ou não verdade que, expressamente convidado para o Encontro Nacional de Polícias, o senhor ministro nem sequer se fez representar? E que, estando no Ministério, se recusou a falar com os representantes dos polícias?

É tempo, mais que tempo, de assumir com realismo e audácia as mudanças que a vida mostra serem inevitáveis.

É tempo de deixar de agitar fantasmas e de assumir que, à semelhança do que se passa nos outros países da União Europeia, uma polícia com direitos está mais perto das populações e dos seus problemas, e que sindicalismo policial é sinónimo de estabilidade e da assunção consciente de responsabilidades numa profissão que se quer cada vez mais dignificada.

Mas, acima de tudo, senhor ministro, é tempo de não ser ingrato e de não se queixar... senão da sua própria inépcia. Quem não quer ser lobo... não lhe veste a pele.

■ José Neto

Produtores de azeite manifestam-se

No dia 31 de Maio os produtores de azeite espanhóis irão manifestar-se em frente aos escritórios da Comissão Europeia contra o projecto de reforma de subsídios do sector pela UE, finalizando uma marcha que terá início no dia 20 em Córdova (no sul do país). Este projecto prevê a substituição dos subsídios aos agricultores por uma ajuda proporcional consoante o número de árvores. Entre 10 e 16 de Junho irão igualmente realizar-se manifestações pela defesa do azeite na cidade do Luxemburgo, em Paris, em Estrasburgo, em Bona, em Bruxelas e em Amesterdão.

93 pessoas massacradas na Argélia

A localidade Haouch Boughelef, a sul de Argel, foi palco de um massacre de 93 civis por islamitas armados, durante a noite de dia 21. Segundo testemunhas, as vítimas foram degoladas, enquanto as suas casas foram dinamitadas. As famílias que não abriram as suas portas foram queimadas vivas. Os fundamentalistas saquearam a aldeia e levaram consigo pelo menos cinco raparigas.

Alunos e professores espanhóis em greve

Em defesa do ensino público, dois milhões de alunos e 150 mil professores espanhóis estiveram em greve na passada quinta-feira, respondendo à convocação das Comisiones Obreras, da União Geral de Trabalhadores, de inúmeras organizações estudantis e associações de pais. As reivindicações passam pelo aumento do financiamento do ensino público, a eliminação do processo de privatizações no sector e a melhoria dos requisitos exigidos nos centros docentes. No dia 17 de Maio irá realizar-se uma marcha em Madrid «em defesa de uma educação gratuita e de qualidade».

Violência nas eleições do Iémen

Pela segunda vez desde a unificação do país, realizaram-se eleições legislativas no Iémen no domingo. O escrutínio foi marcado por uma participação maciça da população e

Peru

A democracia sangrenta de Fujimori

No dia 22 de Abril, unidades militares e policiais atacaram a residência do embaixador do Japão em Lima, pondo fim a 126 dias do sequestro perpetrado pelo Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA). Durante a acção os 15 rebeldes foram mortos pelas forças de Fujimori (inclusive duas jovens), bem como um refém.

No dia seguinte alguns reféns libertados vieram a público denunciar a chacina levada a cabo pelos militares. De acordo com aquelas testemunhas, os membros do MRTA foram executados

depois de se renderem. Estavam desarmados e com as mãos no ar. Grande parte deles encontrava-se a jogar futebol aquando do ataque.

O jornal «La República» anunciou que o líder do comando, Nes-

tor Cerpa, foi atingido na cara e no corpo várias vezes, e que as duas jovens não foram mortas durante o assalto inicial. Os corpos dos tupacamaristas foram levados para a morgue de Lima, sem que ninguém os tivesse visto, nem sequer as próprias famílias.

«Assisti a uma carnificina», disse um refém após a sua libertação. Outro refém declarou que viu um revolucionário ser capturado vivo e a ser levado pelos soldados. «Percebi que o rebelde detido tinha sido morto quando ouvi nas notícias que todos os membros rebeldes tinham morrido no ataque», explicou. O governo, por seu lado, nega: «Todos eles foram mortos em combate», afirmou o ministro do Interior, o general Cesar Saucedo.

Setenta e um reféns foram libertados durante o ataque. O presidente Alberto Fujimori encerrou este capítulo da história peruana empregando a força, depois de passar quatro meses a declarar que a solução do sequestro seria pacífica (ver cronologia).

O túnel utilizado pelos comandos no início do raid tinha três metros de profundidade e foi

equipado com electricidade e sistemas de ventilação. Os militares usaram cerca de quatro quilogramas de explosivos plásticos para fazer buracos no chão da residência. Segundo a representante do Movimento Tupac Amaru na Europa, este ataque não constituiu uma surpresa. Numa entrevista concedida na quinta-feira e divulgada pela Internet, Norma Velasco afirmou que «Fujimori, desde o princípio, procurou uma solução militar. Mesmo antes da acção de ocupação ter início, foi imposta a lei marcial em Lima e na área do porto de Calhau. Muitos camponeses foram presos sem justificação e acusados de pertencerem ao MRTA».

«Não tínhamos ilusões», sustentou Velasco, acrescentando que no entanto tinham «alguma esperança que a opinião pública internacional aumentasse a pressão sobre o governo peruano e o fizesse ceder. Refiro-me a países onde as pessoas podem sair às ruas e manifestar as suas opiniões, não a países como o Peru».

A representante dos revolucionários considera que esta é sem dúvida uma séria derrota para o

MRTA: «Nem o movimento nem o povo peruano ganharam nada com isto. Mas esta questão ainda não terminou. Perdemos a batalha, mas a luta continua.»

«Os problemas da população do Peru não vão ser resolvidos com esta acção. Uma grande parte da população continua a sofrer com pobreza, fome e falta de cuidados médicos, e estas questões estão a piorar», sublinhou Norma Velasco. Acrescenta-se que metade da população, ou seja, 12 milhões de pessoas, é pobre.

Relembre-se que os revolucionários apresentavam como exigências a libertação dos seus companheiros detidos e a melhoria das suas condições alimentares e sanitárias, um novo rumo económico para a sociedade peruana e o pagamento de um «imposto de guerra» destinado a organizações populares.

Numa nota à imprensa, o Partido Comunista do Peru, condenando as formas de luta do MRTA, lamenta as mortes ocorridas no dia 22 e reafirma que «a opção correcta teria sido uma saída pacífica global e negociada».

Dias de diálogo

a preparar o massacre

Janeiro

10 - O governo propõe ao MRTA a formação de uma comissão de garantes que permita o diálogo.

15 - O MRTA aceita a proposta do governo.

17 - Os sequestradores libertam um chefe da polícia antiterrorista devido ao seu estado de saúde.

18 - É formada a comissão de garantes com a inclusão do arcebispo de Ayacucho, Juan Luis Cipriani, o embaixador do Canadá, Anthony Vincente, e o chefe da Cruz Vermelha no Chile, o suíço Michel Minnig.

Fevereiro

01 - Fujimori e o primeiro-ministro do Japão, Ryutaro Hashimoto, anunciam em Toronto, Canadá, a sua decisão de não ceder às exigências do MRTA, mas sublinham a necessidade de se iniciar um diálogo preliminar.

06 - A comissão de garantes reúne-se pela primeira vez com Nestor Cerpa, comandante dos sequestradores.

09 - Fujimori anuncia que em 11 de Fevereiro poderão ser iniciadas conversações preliminares com o MRTA.

11 - O interlocutor oficial Domingo Palermo e o representante do MRTA, Roli Rojas (el arabe), iniciam o diálogo na presença dos garantes.

17 - Fujimori desmente a existência de um plano militar secreto para resgatar pela força os reféns com o apoio dos Estados Unidos.

Marco

06 - Os sequestradores rompem o diálogo e acusam o governo de construir um túnel para resgatar os reféns pela força.

07 - Os garantes convidam o governo a respeitar o seu compromisso de solução pacífica da crise.

09 - Cerpa aceita recomeçar as conversações.

11 - Fujimori exige ao MRTA resultados concretos e nega-se a confirmar a presumível existência de um túnel para libertar os 72 reféns.

18 - O governo japonês convida Fujimori a que «acelere» o processo de solução pacífica.

21 - Garantes declaram-se no limite das suas possibilidades e imploram ao governo e MRTA para aproximarem as suas posições.

22 - Fujimori ratifica a sua vontade de encontrar uma solução pacífica para a crise mas sem sacrificar a segurança nacional.

23 - O garante do Vaticano, Juan Luis Cipriani, pede à comunidade internacional que ajude o governo peruano a propor alternativas para uma solução «politicamente aceitável».

25 - Fujimori renova o seu compromisso com uma solução pacífica para a crise.

27 - O governo de Cuba reitera a sua disposição de receber os assaltantes do MRTA caso se chegue a um acordo entre as partes.

Abril

04 - Reforço do dispositivo de segurança em torno da sede diplomática.

07 - O recurso à força está excluído na crise dos reféns, diz o presidente Fujimori.

12 - Cipriani anuncia progressos nas negociações.

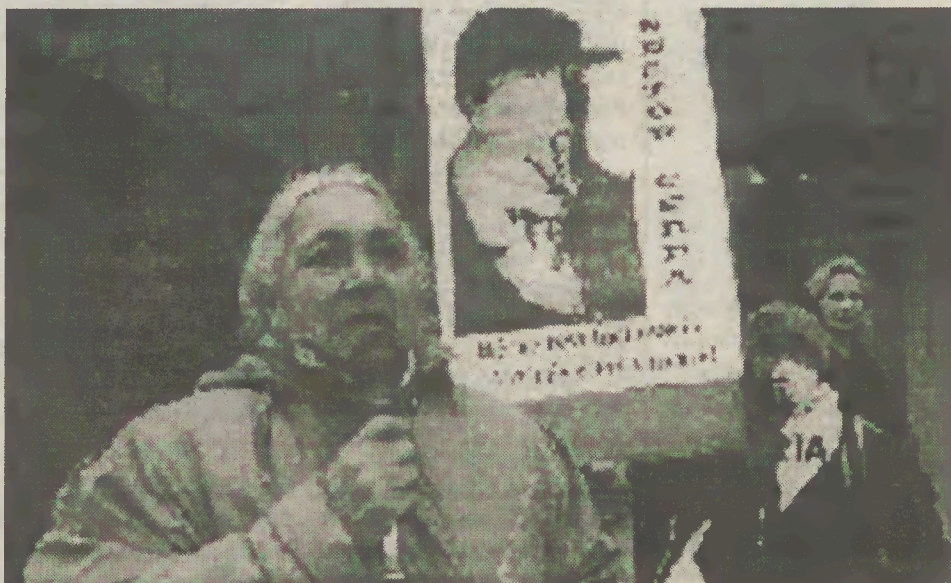
16 - Encontro de mais de duas horas entre Cipriani e o chefe de Estado peruano, o segundo em 24 horas.

19 - O MRTA exige que o Governo liberte 30 presos do movimento com problemas de saúde. A libertação é considerada pelo comando indispensável para a resolução pacífica da «crise dos reféns». Esta exigência representa um «abrandamento» das posições dos guerrilheiros.

Segundo o jornal «La República» fazem parte da lista, entre outros, Victor Polay Campos (fractura da clavícula, subnutrição e afecção ocular), Lucero Cumpa (reumatismo, subnutrição), Peter Cardenas Shulte (contusões múltiplas, subnutrição) e Hector Garcia Neyra (tuberculose). A lista inclui ainda quatro estrangeiros membros do movimento: os chilenos Maria Pincheira (alterações mentais, úlceras), Lautaro Mellado (fractura de um pé) e Alejandro Astorga (bronquite crónica) e o norte-americano Lori Berenson (bronquite).

- O Governo peruano «despede» o representante da Cruz Vermelha Internacional, Jean Pierre Schaerer, que negociava com o MRTA. Não são dadas explicações para o facto.

22 - Assalto das forças governamentais à embaixada. Os membros do MRTA são todos chacinados.



Na Suécia, manifestantes repudiam massacre de Lima

Israel

O escândalo no Governo

Benjamin Netanyahu não será acusado pela justiça israelita de fraude e abuso de confiança, de acordo com as declarações proferidas na semana passada pelo procurador-geral, Eliakim Rubinstein. Isto apesar das recomendações da Polícia da abertura de um processo judicial.

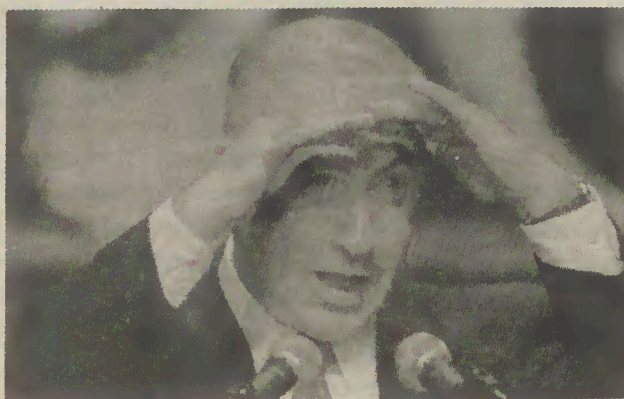
Trata-se de um caso que envolve não apenas o primeiro-ministro, mas também Arié Déri, líder do Shass, partido da coligação governamental. Déri terá chantageado Netanyahu: o Shass apoiaria as decisões

cessos de apropriação ilícita de dinheiros e corrupção. Dois dias depois de tomar posse, Bar-On pediu demissão.

A Polícia também implica neste caso o ministro da Justiça, Tzahi Hanegbi, e o director-geral da presidência do Conselho, Avigdor Liberman, ambos por «abuso de confiança» ao induzirem em erro o Conselho de Ministros quanto às qualidades de Bar-On, até então desconhecido de todos.

Benjamin Netanyahu já anunciou que não se vai demitir. «Continuaremos a dirigir este Governo até ao ano 2000 e mesmo depois», afirmou o primeiro-ministro. Netanyahu, também conhecido por «Bibi», diz ter sido falsamente acusado pelos seus opositores «que não conseguem aceitar terem perdido as eleições». «Houve claramente rancor pessoal por parte dos meus delatores», acrescentou num comunicado difundido pela televisão.

O ex-primeiro-ministro Shimon Peres exigiu a demissão do primeiro-ministro e recusou a proposta da Polícia da criação de um governo de unidade nacional composto pelo Partido Trabalhista e o Likud, o partido com maior presença no executivo governamental.



Netanyahu: um futuro incerto, após o escândalo de corrupção

do governo no processo de paz com a Palestina, apenas na condição de Roni Bar-On ser nomeado para o cargo de procurador-geral e conselheiro jurídico do governo, de forma a Déri sair ilibado num longo pro-

INTERNACIONAL

Bulgária

O regresso da direita

A coligação de direita, União das Forças Democráticas (UFD), alcançou a maioria absoluta nas eleições legislativas de 19 de Abril na Bulgária, confirmando a viragem anunciada nas presidenciais do ano passado com a eleição de Petar Stoianov (UFD) com mais de 60 por cento dos votos.

Segundo os resultados oficiais, a UFD e os seus aliados obtiveram nas legislativas 52,03 por cento dos votos, enquanto o Partido Socialista Búlgaro (PSB), no poder, não foi além dos 22,04 por cento. A direita passa assim a dispor de 137 lugares no parlamento, num total de 240, enquanto os socialistas descem de 124 para 57 lugares. Os restantes deputados foram eleitos pela USN, que agrupa o partido da minoria turca, monárquicos e liberais (20 lugares); pela Euro-esquerda, de dissidentes do PSB (14 deputados); e pelo BBB, partido de pequenos e médios empresários de tendência nacionalista (12 deputados).

Cronologia

15 de Janeiro de 1990: O papel dirigente do Partido Comunista Búlgaro é abolido. O antigo líder histórico, Todor Jivkov, é preso.

Junho: O Partido Socialista Búlgaro, nascido, em Abril, do Partido Comunista, ganha a maioria nas eleições legislativas.

1º de Agosto: O Parlamento elege Jelio Jevlev Presidente da República. Jevlev dirige a formação de direita, UFD.

Novembro de 1991: Formação de um governo de direita.

Dezembro: Na sequência de uma crise governamental, é nomeado um governo dito de «peritos».

Dezembro de 1994: O Partido Socialista Búlgaro ganha as eleições legislativas num ambiente de crise social. O seu presidente, Jan Videnov, de 35 anos, torna-se Primeiro-Ministro.

3 de Novembro de 1996: O candidato da UFD, Petar Stoianov, é eleito por sufrágio universal, com mais de 60 por cento dos votos, Presidente da República.

28 de Dezembro: Jan Videnov demite-se do cargo de Primeiro-Ministro. Aumenta a crise económica.

Janeiro de 1997: A UFD organiza manifestações diárias em frente ao Parlamento, exigindo a antecipação das eleições legislativas inicialmente previstas para 1998.

11 de Janeiro: Confrontos entre a polícia e os manifestantes quando estes «tomam» o Parlamento.

27 de Janeiro: Petar Stoianov assume oficialmente as suas funções como Presidente.

4 de Fevereiro: Os socialistas aceitam a realização de eleições legislativas antecipadas para 19 de Abril.

12 de Fevereiro: Stefan Sofianski, antigo presidente de Sofia (de direita), torna-se Primeiro-Ministro interino.

O novo Primeiro-Ministro é Ivan Kostov, antigo ministro das Finanças, cujo executivo deverá tomar posse em meados de Maio. Kostov anunciou já que uma das prioridades do seu Governo será a privatização das grandes empresas do Estado e o encerramento das não rentáveis. Uma medida que fará aumentar o desemprego, cuja taxa actual é de 12 por cento, mas que, segundo o Instituto Económico da Academia de Ciências búlgaro, poderá atingir ainda este ano entre 24 a 26 por cento da população activa.

Com 8,8 milhões de habitantes, a Bulgária confronta-se com uma dramática situação económica: uma inflação de 310 por cento em 1996, o endividamento colossal do Estado, 85 por cento da população vivendo abaixo do nível de pobreza e 50 por cento em grande penúria.

Os problemas não são de hoje. Com o desaparecimento do bloco socialista, a Bulgária, que no âmbito do COMECON se tinha especializado na agricultura, no fabrico de peças para a

mecânica de precisão e armamento, viu-se de súbito sem mercados e sem fontes de rendimento. A população passou a viver bem pior do que antes do desabar da União Soviética.

Os socialistas, quando em 1994 ganharam as eleições, prometeram atenuar as consequências sociais da passagem a uma economia de mercado capitalista, e tinham no seu programa a luta contra a insegurança e a corrupção. Os resultados não corresponderam às expectativas e o Governo acabaria por cair. O Governo provisório que se formou depois trouxe em Fevereiro a ilusão de uma melhoria da situação económica, enquanto lançava as bases do próximo executivo: um drástico plano de austeridade, acompanhado e dirigido pelo Fundo Monetário Internacional. O crédito externo vai finalmente chegar - um acordo com o FMI desbloqueou já um empréstimo de 657 milhões de dólares - mas os búlgaros vão ter de pagar uma pesada factura.

No dia a seguir às eleições, em que apenas 58,3 por cento dos eleitores foi às urnas, numa das mais baixas participações de sempre, a população correu a abastecer-se de produtos alimentares prevendo a liberalização e o aumento dos preços dos bens de primeira necessidade.



Num país onde 2,5 milhões de reformados «vivem» com pensões de 17 dólares por mês e o desemprego ameaça tornar-se galopante, os tradicionais méto-

dos de recuperação económica do FMI que a maioria de direita se propõe implementar dificilmente conquistarão o apoio da população.

Miséria nas ruas de Sofia. Na Bulgária, segundo a imprensa, há «uma tentativa de suicídio em cada quarenta minutos»

por uma onda de violência. Um soldado matou a tiro sete pessoas na província de Abyan e um candidato lançou duas granadas contra uma assembleia de voto, ferindo um indivíduo. O Congresso Popular Geral (do presidente Ali Saleh) e o Partido Islamita Al-Isalh (a formação do presidente do parlamento) são as principais forças no escurtínio.

África Austral contra minas antipessoais

Doze países da África Austral assinaram um documento pela proibição total das minas antipessoais na passada semana, em Harare, durante um seminário organizado pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha com o apoio da Organização da Unidade Africana. Na iniciativa, os participantes concluíram que os fornecedores e utilizadores dos engenhos são responsáveis pela sua desactivação e pela prestação de cuidados às vítimas.

As minas antipessoais atingem cerca de duas mil pessoas por mês em todo o mundo. Ao ritmo actual, seriam precisos 1.100 anos para desactivar todas as minas espalhadas pelo planeta. Em África, estarão enterrados vinte milhões de minas, metade das quais em solo angolano.

Eleições na Grã-Bretanha amanhã

Os eleitores britânicos vão amanhã votar nas eleições gerais. De acordo com as mais recentes sondagens, os Trabalhistas irão ganhar com uma vantagem entre 15 e 24 por cento sobre os «Tories». Se assim for, o Partido Conservador de John Major irá dar lugar ao Partido Trabalhista e Tony Blair será o novo primeiro-ministro. Blair confirmou recentemente que, caso o seu partido vença, irá organizar um referendo sobre a entrada da Grã-Bretanha na moeda única.

Refugiados ruandeses no Zaire

Enquanto os rebeldes avançam no terreno e as conversações entre Kabila e o presidente Mobutu se mantêm num impasse, a Amnistia Internacional acusou a Aliança Rebelde de ser responsável pelo agravamento da situação dos refugiados ruandeses no leste do Zaire ao não permitir as actividades humanitárias na zona. A AI denunciou que mais de 80 mil pessoas sofrem de extrema debilidade, devido à fome, doenças e cansaço.

Rússia

Quem semeia ventos...

O Dia da Vitória sobre as tropas nazis em 1945 será assinalado no próximo dia 9 de Maio com a realização de um desfile militar na Praça Vermelha.

De acordo com a tradição, participam na parada as guarnições militares consideradas exemplares e este ano a honra coube, entre outras, à Academia Militar Dzerjinski, de São

Petersburgo. Os receios levantados por esta escolha foram manifestados por um oficial nas páginas de um jornal moscovita. Aí, o militar chamava a atenção para o facto de, como se já não bastasse a Academia ostentar, «ainda», o nome do revolucionário e fundador da «Tcheka» (que depois deu origem ao Comité de Segurança do Estado,

vulgo KGB), todos os seus elementos, oficiais, cadetes e pessoal dos serviços, se encontram com os salários em atraso. Inclusive os que desfilarão na Praça Vermelha.

Os salários de Dezembro e Janeiro foram pagos apenas em Março e dos diferentes subsídios e ajudas de custo já ninguém fala.

«Deixar entrar na Praça

Vermelha homens armados com 3-4 meses de salários em atraso é perigoso, principalmente para as pessoas que estiverem no mausoléu (os membros do governo). Os militares terão metralhadoras e todos sabemos que não é difícil arranjar munições.»

Quem semeia ventos tem razão para temer tempestades.

1300 milhões com menos de 173 escudos por dia

«Os pobres são cada vez mais pobres, e nunca foi maior o fosso em relação aos mais ricos», afirmou recentemente a directora da Unicef, Carol Bellamy.

De acordo com este organismo e com base em dados do Banco Mundial, existem mais de 1.300 milhões de pessoas a sobreviver com menos de 173 escudos diários. Desses, 650 milhões são crianças. Cerca de dois mil milhões vive com um pouco mais desta quantia diária.

Entre 1988 e 1993, o número de pessoas que vive abaixo do nível de pobreza aumentou mais de 20 por cento em África e na América Latina. Também no Médio Oriente e no sul da Ásia se registou um crescimento, mas a um menor nível.

Nos últimos 30 anos, a disparidade entre os 20 por cento mais ricos e os 20 por cento mais pobres da população mundial passou de 30.1 para 61.1, reflexo da crescente desigualdade

de na distribuição dos recursos e da riqueza. «Estes números confirmam a triste realidade de que a pobreza não está em declínio, e que actualmente há mais pobres do que nunca», declarou Carol Bellamy.

Apesar da inexistência de crescimento económico, a Unicef sublinhou o grande progresso no investimento na saúde e na educação. No Zimbábue, por exemplo, o número de crianças matriculadas no ensino primário quase duplicou (passou de 1.2 milhões para 2.1 milhões) e a imunização partiu dos 32 por cento e atingiu os 75 por cento nos anos 80.

«A erradicação da pobreza deve concentrar os nossos esforços de desenvolvimento à medida que nos aproximamos do próximo século, porque enquanto se permitir aumentar a pobreza continuarão a aumentar a desnutrição infantil, as doenças e o analfabetismo», sustentou a directora da Unicef.



Moeda Única

Fortes restrições contra os trabalhadores

Na maior parte dos países da UE é muito forte a luta social contra a política de regressão social e de ataque a conquistas dos trabalhadores. Esta uma das constatações do Seminário Internacional promovido pelo PCP, na semana passada, sobre a Moeda Única e a União Económica e Monetária, que contou com a participação de destacados especialistas estrangeiros. Aproveitando a deslocação a Lisboa de Paul Boccara, prestigiado economista e membro do Partido Comunista Francês, o «Avante!» colocou-lhe sobre o assunto algumas questões.

Pensa que, nos países europeus, e concretamente em França, os trabalhadores e os cidadãos identificam as políticas de Maastricht como as grandes responsáveis dos problemas actuais?

A marcha para a moeda única introduz, de facto, constrangimentos muito duros em todos os países europeus. A exigência de défices orçamentais inferiores a 3 por cento do PIB, as restrições às despesas sociais e ao sistema de segurança social, o sistema de contenção social levam, nomeadamente em França, a que a política de Maastricht comece a ser identificada como a grande responsável pelos problemas actuais. E não só entre os trabalhadores. Ao nível dos médicos, por exemplo - fortemente atingidos por estas restrições -, também se começa a verificar essa tomada de consciência.

Que pensa ter-se iniciado em que altura?

Em França, a tomada de consciência iniciou-se com os ataques à segurança social e as grandes greves de Novembro e Dezembro de 1995, processa-se com os ataques contra as reformas...

Mas também na Alemanha isto se nota. Um representante dos sindicatos da construção civil neste país, que dizia que os critérios de Maastricht e a marcha para Moeda Única se repercutiam directamente no desemprego, diz agora «eu sou pela moeda única, mas... com estes problemas, com estas consequências, não podemos aplicá-la já, há que adiar». É complicado.

Em França, essa ligação ao problema do emprego começa também a ser feita. Há mesmo gente do PS que começa a tomar consciência desta ligação e a dizer que é preciso «acrescentar ao Tratado alguma coisa sobre o emprego». Aliás, esta é a posição da Confederação Europeia dos Sindicatos, que defende a introdução de um capítulo sobre o emprego.

Posição contraditória, diga-se...

É uma posição muito contraditória, essa de querer acrescentar um capítulo sobre o emprego em algo que é todo ele feito contra o emprego. É como atirar azeite para cima do fogo para o apagar.

Mas devemos agir neste quadro. E há efectivamente cada vez mais forças que agem contra a moeda única, ainda que deste modo contraditório. Mas é precisamente porque estas contradições existem - e por causa destas contradições - que nós avançamos com o problema do referendo.

Há quem, designadamente na área dos Partidos Socialistas e Sociais-Democratas, esteja a usar a marcha para a moeda única - que apoiam - e o avanço para o federalismo económico (Banco Central Europeu) como pretexto para reclamar novos avanços para o federalismo no plano político.

Que pensa dessas ideias que sustentam a necessidade de um governo europeu como forma de equilibrar e controlar as decisões do Banco Central Europeu?

No seguimento do que atrás foi dito, na medida em que cresce

esta inquietação face à moeda única contra o social, contra o emprego, há efectivamente os que, dizendo «esta é a política de um Banco Central Europeu que é preciso resolver no económico», defendem uma política orçamental de espírito federalista para controlar este Banco Central Europeu. É uma maneira de contornar a oposição ao federalismo: dizer que ele é uma necessidade para a própria defesa dos trabalhadores. No fundo é isto.

Quando, na realidade, a moeda única é um sistema em que não há união mas sim unicidade. Ora nós somos pela união mas não pela unicidade. O problema está em querer fazer passar a unicidade em

nome da união.

Concorda que se trata de uma questão complexa? E que é certamente nessa dificuldade que tropeçam os opositores à moeda única, não?

Para simplificar, eu digo que a união é como uma equipa de



“Um governo europeu seria uma fuga ainda maior para a frente na política de unicidade autoritária da parte do Governo e a pressão do Banco Central e dos mercados financeiros sobre esta política.”

enormes diferenças de produtividade global entre a Alemanha e Portugal e, neste plano, mesmo entre a Alemanha e a França. Isto cria dificuldades porque deixamos de ter a possibilidade de diferenciar as políticas monetárias de acordo com a situação dos diferentes países. Deixamos de poder fazer políticas orçamentais diferentes, no caso, por exemplo, em que seja necessário maiores despesas para compensar um certo país.

Afinal, o que traria um governo europeu? Seria uma fuga ainda maior para a frente na política de unicidade autoritária da parte do Governo e a pressão do Banco Central e dos mercados financeiros sobre esta política, para uma ainda maior unicidade autoritária.

E como é possível, com a moeda comum que o PCF defende, lutar contra a moeda única e todos os seus perigos?

Quando nós avançamos com a ideia de uma moeda comum não é apenas por razões de ordem técnica. Trata-se de uma ideia muito política, que é, de certo modo, a de captar os que são pela moeda única mas porque enganados pela demagogia da unidade. Dizemos isto porque nós próprios pensamos que há necessidade de cooperação na Europa - em termos de solidariedade, de concertação com as novas tecnologias e as novas situações, etc. - mas concebemo-la

entre nações soberanas e associadas. Como a imagem que utilizei da equipa de futebol. É precisamente o que uma moeda comum se propõe fazer. Porque, ao contrário da moeda única, que suprime as moedas nacionais, a moeda comum baseia-se nas moedas nacionais.

Seria, então, um ecu fundado nas moedas nacionais?

Sim, uma moeda comum que permitiria ao mesmo tempo a diferenciação e a concertação entre as moedas nacionais. Outra diferença é que, na moeda única, é obrigatório alinhar pelo mais forte, neste caso pelo marco alemão. O que é não só contra a soberania nacional como a própria base do aspecto anti-social, do conteúdo de classe da moeda única.

Diz-se: «é para uma moeda estável». Não é. É para uma moeda forte e uma taxa de câmbio elevada. E isso para favorecer as aplicações financeiras, não sendo por acaso que os dirigentes das sociedades financeiras são «por». Porque lhes facilita as suas aplicações. Mas isto é algo que joga contra o emprego. De duas maneiras: pelos favores às aplicações financeiras e às taxas de juro fortes - em vez dos investimentos reais -, e pela dificuldade em vender para países menos produtivos que a Alemanha e de taxa de câmbio fraca.

Com a moeda comum não se é obrigado a qualquer alinhamento, já que ela mantém as moedas nacionais, podendo, ao contrário, ser utilizada para a solidariedade em favor do emprego.

Mas a moeda comum como alternativa ao euro não conduziria, no seu limite, também à necessidade de políticas económicas, fiscais e sociais comuns e, portanto, embora por outro caminho, não conduziria igualmente à «federalização» das políticas tal como o euro? Ou o que o PCF defende é só um «ecu» melhorado, é um Sistema Monetário Europeu (SME) mais aprofundado?

O Partido Comunista Francês diz que a sua posição de oposição à moeda única é tão radical que tem uma alternativa. Dito isto, a haver medidas fiscais comuns que não sejam boas, na medida em que não se está preso à mesma política monetária, é possível recusá-las ou discuti-las (como se pode discutir a estratégia de uma equipa de futebol).

Mas também pode haver acções comuns. Por exemplo, a fiscalidade contra a especulação financeira não seria uma boa fiscalidade? Penso que esta carga fiscal sobre o capital especulativo reforçaria as políticas económicas, que poderiam existir, que poderiam ser diferentes, mas no seu todo seriam reforçadas por esta fiscalidade sobre o capital especulativo. Que deveria existir não só na Europa mas no mundo.

Isso, é um aspecto...

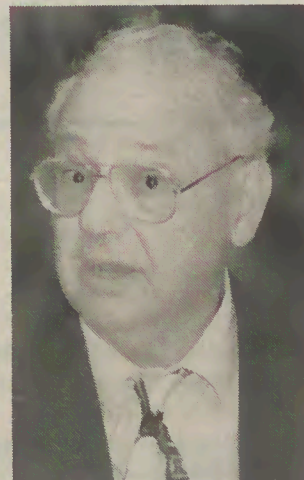
Claro. Outro seria o de a política monetária baseada na moeda comum colocar o emprego como uma prioridade, o que seria naturalmente bom. Não se trata de federalismo mas da associação de nações soberanas. Além de que para o ecu pode haver várias concepções. Não se trata de uma concepção única, que não se pode fraccionar. Trata-se de algo que pode ter várias concepções.

No início, poderia ser de facto um ecu melhorado - porque o ecu já existe como moeda definida pelas moedas nacionais -, um SME melhorado. Mas nós pensamos que era possível fazer mais e melhor,

isto é, desenvolver o papel do ecu no sentido de uma criação monetária que favoreça o emprego, os recursos humanos e um crescimento real. Mas para a eficácia social.

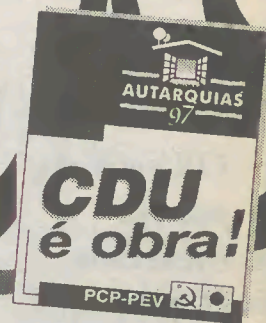
Está a referir-se também aos défices comerciais?

Sim. Vejamos o caso do défice comercial de um país europeu com outro país europeu. Se fossem suprimidas as moedas nacionais, desapareceriam os três meios possíveis de acção: baixar as taxas de câmbio para vender mais; baixar as taxas de juro para faci-



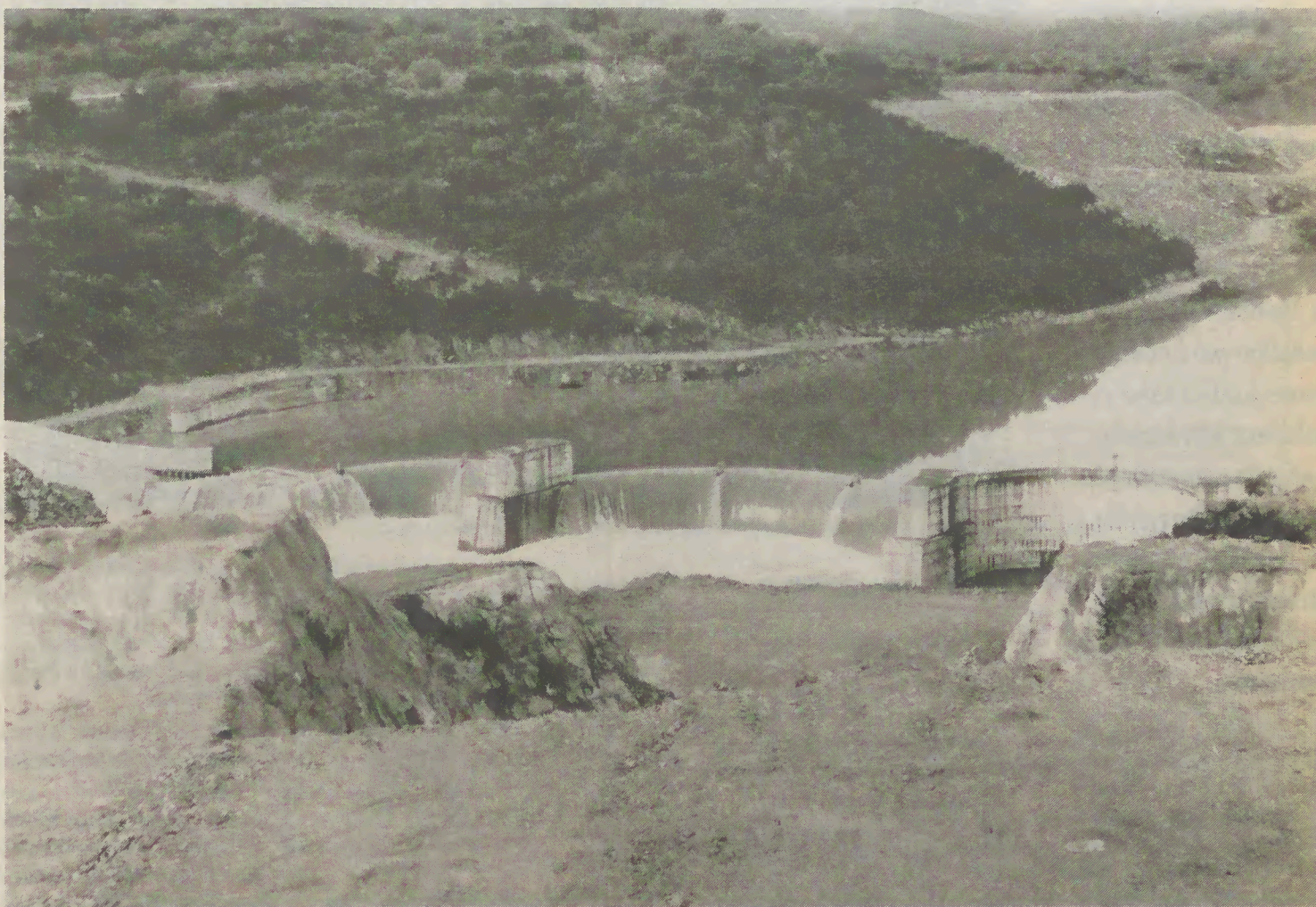
“Na moeda única é obrigatório alinhar pelo mais forte, neste caso pelo marco alemão. O que é não só contra a soberania nacional como a própria base do aspecto anti-social, do conteúdo de classe da moeda única.”

AUTARQUIAS



Confiança

No distrito de Beja, os concelhos de Barrancos, Moura, Serpa e Mértola, na Margem Esquerda do Guadiana, têm de comum a desertificação física e humana e o abandono a que são votados pelos sucessivos governos. Ali, apesar das dificuldades, os eleitos da CDU nas câmaras e assembleias municipais, nas juntas e assembleias de freguesia, têm realizado uma gigantesca obra pelo desenvolvimento económico, cultural e social e pelo bem-estar do povo. Pela obra realizada, pelo trabalho, competência e honestidade dos seus autarcas, pela sua ligação às populações, a CDU encara as próximas eleições com confiança.



O empreendimento de Alqueva é um factor decisivo para o desenvolvimento do Alentejo

Margem Esquerda do Guadiana

CDU trabalha e luta pelo desenvolvimento

Os nossos candidatos

A Coligação Democrática Unitária já apresentou publicamente os candidatos à presidência das câmaras municipais de Moura, Serpa, Mértola e Barrancos nas eleições de Dezembro. São, todos eles, autarcas experimentados que, à frente das respectivas equipas, continuarão a merecer a confiança das populações.



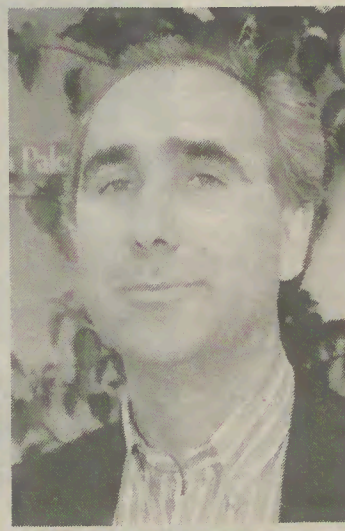
MOURA

José Maria Pós-de-Mina
38 anos, gestor de empresas; eleito na actual Assembleia Municipal de Moura; foi vereador da Câmara de Moura; é membro do PCP.



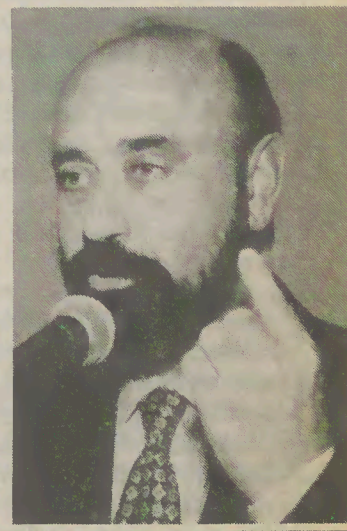
SERPA

João Rocha da Silva
46 anos; professor do ensino secundário; presidente da Câmara de Serpa, da AMMEG e do Conselho da Região do Alentejo; é membro da DORBE do PCP.



MÉRTOLA

Paulo Neto
38 anos; motorista; presidente da Câmara Municipal de Mértola; é membro do Comité Central do PCP.



BARRANCOS

António Tereno
46 anos; empregado; licenciado em História; presidente da Câmara Municipal de Barrancos; é independente.

Em Moura, José Maria Pós-de-Mina é o cabeça de lista da CDU

«Vamos trabalhar para ganhar»

A CDU encara as próximas eleições com confiança, mas também com realismo e julgamos estarem criadas as condições para a vitória, defende José Maria Pós-de-Mina, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Moura. *Vamos trabalhar para ganhar e vamos ganhar para trabalhar*, afirma este gestor de empresas, de 38 anos, muito crítico em relação à gestão autárquica da actual maioria PS na edilidade mourense.

«Avante!» - Como é que tem sido a evolução do concelho de Moura, nestes dois últimos mandatos de maioria socialista?

José Maria Pós-de-Mina - Podemos dizer, sem qualquer margem para dúvida, que Moura tem andado para trás. E tem andado para trás, a dois níveis. Por um lado tem perdido serviços e equipamentos (exemplos: ramal da CP, internamento no Hospital/Centro de Saúde) por acção do poder central, e por outro lado e em termos comparativos tem-se acentuado o atraso em relação a outros concelhos limítrofes, por



José Maria Pós-de-Mina: «A população pode contar com o empenho da CDU»

incapacidade da maioria PS em promover o progresso e o desenvolvimento. O programa eleitoral que apresentou em 1993 está por cumprir em muitos e importantes aspectos. Os planos de actividade têm níveis de cumprimento muito abaixo dos 50%. Os problemas acumulam-se. A fraca acção desenvolvida e o marasmo a que se assiste levaram a que o ano de 1996 tivesse sido um ano de autêntico entesouramento. O descontentamento alastra a diversos sectores da sociedade. Cresce a necessidade de ultrapassar esta situação. É triste verificar que inúmeras potencialidades do nosso concelho não estejam a ser devidamente aproveitadas.

Qual tem sido a participação e a actividade desenvolvida pelos eleitos da CDU nos órgãos do município?

Dada a situação descrita, a nossa actuação na Câmara e Assembleia

Municipal tem-se desenvolvido em dois aspectos. O primeiro, o da apresentação de propostas alternativas, de levantamento de questões, contribuindo com a nossa acção para que alguns problemas possam ser resolvidos e algumas situações minoradas. O nosso trabalho traria mais frutos para o concelho se tivéssemos pelouros atribuídos, o que não acontece. O concelho é apenas gerido por dois elementos a tempo inteiro. O segundo aspecto é o da crítica e denúncia das situações, sendo a CDU a força política com maior número de intervenções na Assembleia Municipal. A denúncia passa também pela publicação regular de informações da CDU, já que o Boletim Municipal ignora o nosso contributo para o trabalho autárquico. Também a nível das freguesias o nosso trabalho tem sido notável. Repetindo que o conce-

lho de Moura tem andado para trás, dizemos que a situação seria ainda pior se não fosse a nossa capacidade de intervenção e iniciativa mesmo estando em minoria.

Como é que a CDU pensa dar a volta à situação de marasmo e de incapacidade referida?

Nós dizemos que vamos trabalhar para ganhar e vamos ganhar para trabalhar, porque o concelho de Moura precisa muito que se trabalhe para o seu progresso. Mas não se trata de trabalhar por trabalhar, sem nexos, sem orientação e sem a definição de prioridades. O que importa é trabalhar para a solução dos problemas, desde logo envolvendo todos os eleitos e todos os agentes económicos e sociais, cada um contribuindo como pode e deve para tirar o concelho da situação em que se encontra. Resolvendo os pequenos e grandes proble-

mas. Promovendo o desenvolvimento económico. Melhorando a qualidade de vida. O empreendimento de Alqueva marcará o próximo mandato. Daí que seja necessário aproveitar todas as suas potencialidades e criar condições para que o concelho de Moura esteja preparado para o seu impacto. Apesar da difícil situação que vivemos é possível ultrapassá-la e devolver a dignidade e o progresso à cidade de Moura e ao seu concelho. Só a CDU pelas provas dadas, pelo profundo conhecimento das realidades e pela sua capacidade em mobilizar e conjugar vontades, está em condições de dar a volta à situação.

Quais são os objectivos eleitorais definidos pela CDU para o concelho de Moura?

Nós pretendemos reconquistar a maioritária Câmara na Assembleia Municipal e aumentar o número de maiorias nas Juntas e Assembleias de Freguesia.

Com que espírito é que encaras esta batalha eleitoral?

A CDU encara as próximas eleições com confiança, mas também com realismo. Julgamos estarem criadas as condições para a vitória. Para isso iremos trabalhar com afinco e entusiasmo, como aliás temos feito desde sempre. Contando com a participação de comunistas, democratas e de muitos independentes que entendem que Moura merece o melhor. Em princípios do próximo ano, assinalase o 10º aniversário da elevação de Moura a cidade. Estamos confiantes em que vamos comemorá-los com uma Câmara de maioria CDU e estamos confiantes que Dezembro marcará o início de uma viragem no sentido do progresso e desenvolvimento do concelho. A população pode contar com o nosso empenho na resolução dos problemas. Estamos certos de contar com a sua participação na construção de um futuro melhor.

O trabalho dos eleitos da CDU na Câmara de Moura

O concelho necessita de uma nova maioria

A gestão corrente da Câmara Municipal de Moura, de maioria PS, o dia-a-dia, os projectos e tudo o que de algum modo contribui para o enriquecimento da gestão autárquica mereceu sempre o apoio dos vereadores da CDU. Este posicionamento permitiu a melhoria de algumas propostas com benefícios óbvios para as populações.

Esta atitude responsável dos eleitos da CDU rejeita a política da oposição pela oposição e pauta a sua acção por uma crítica construtiva e pelo apoio a todas as iniciativas com interesse para o concelho e para os munícipes.

Os resultados seriam ainda mais significativos se tivessem sido criadas condições para o aproveitamento do contributo de todos os eleitos e o trabalho não tivesse ficado, exclusivamente, sob a responsabilidade de apenas dois eleitos do PS, num executivo de sete. Nunca será de mais ressaltar esta opção (negativa) quando se sabe que estamos a falar da segunda cidade do distrito de Beja e da zona onde se situa o grande complexo de Alqueva e que as necessidades, desafios e solicitações ultrapassaram em muito a capacidade e disponibilidade, por muita que fosse, de apenas duas pesso-

as. A ausência de uma real política de gestão da Câmara Municipal de Moura fez-se sentir a nível da execução de projectos, da direcção de obras, bem como em iniciativas no

exterior nas quais o município devia fazer-se representar condignamente. A existência deste vazio acabou, naturalmente, por se reflectir na duração e desenvolvimento de algumas obras e captação dos apoios necessários ao relançamento de outras.

A expectativa, falsa, de que um governo da mesma cor política da maioria da Câmara (PS) traria vantagens ao concelho é agora facilmente



Os vereadores da CDU na Câmara de Moura

constatável como ilusória. O ramal da CP continuado, os internamentos do Centro de Saúde e tantos outros projectos, que apenas 79 mil contos de Fundos Comunitários não resolvem, ficaram na gaveta. O Plano Rodoviário Nacional deixa Moura sem a principal via de ligação aos itinerários principais, o Plano Natura 2000 estrangula a agricultura e o desenvolvimento do concelho. Embora com diferentes graus de insucesso, não se podem deixar de sublinhar os inconvenientes para as populações do impasse no desenvolvimento da zona industrial, no realojamento

dos Quartéis e no encerramento das lixeiras municipais. Estes são só alguns sinais de uma gestão PS pesada, indecisa, que perdeu o rumo necessário e a capacidade para a concretização do projecto de elevar Moura a níveis e padrões de desenvolvimento dos concelhos vizinhos.

O corropio de ministros e secretários de Estado não foi correspondente às decisões de fundo, aos planos de desenvolvimento, investimento ou emergência, antes serviu para, a troco de pequenos subsídios, adiar as grandes soluções e dar a ilusão de que «as coisas estão a andar»... Mas todos sabem que não estão e nalguns situações até regrediram.

Sem avanço da zona industrial, sem encerramento das lixeiras, sem habitação ou bolsas de terreno para preparar o futuro e combater a especulação que se adivinha, sem ramal da CP (e com o gravíssimo aumento dos transportes), sem internamentos no Centro de Saúde, sem qualquer Plano de Desenvolvimento para se perspectivar o futuro a curto e a médio prazo, o concelho de Moura necessita de uma nova maioria, de uma gestão autárquica dinâmica e voltada para o futuro.

Só a CDU, com a honestidade, a competência e o trabalho dos seus eleitos pode assegurar a luta por um concelho de Moura desenvolvido.



O progresso no concelho de Serpa constrói-se com grandes e pequenas obras, como esta praça na freguesia de Vila Nova de S. Bento

Serpa aposta no desenvolvimento

À conquista de investidores

O reforço do sistema produtivo, a melhoria da qualidade de vida urbana e a valorização da cultura e da integração territorial são, no concelho de Serpa, os objectivos da CDU para as próximas eleições autárquicas. Para concretizar esta aposta, o desenvolvimento sustentado é a solução.

Como expressão do desenvolvimento que a CDU tem vindo a implementar no concelho de Serpa destaca-se, ao nível da revitalização do sistema produtivo, o apoio à instalação de empresas e a sua promoção como espaço de localização de actividades económicas. Neste âmbito, a autarquia, através do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, tem incrementado programas de informação e de apoio a investidores, promovendo a cooperação com as associações de desenvolvimento local e valorizado as potencialidades, de modo a promover o desenvolvimento turístico.

No quadro da expansão urbana, os aglomerados do concelho mantêm um nível de qualidade elevado que, em vários casos, adquirem o estatuto de património arquitectónico e são símbolo da identidade e cultura regionais. desta forma, a autarquia tem vindo a desenvolver a sua reabilitação, com a cedência de lotes a preços simbólicos e a disponibilização de projectos-tipo, de modo a proporcionar a expansão do parque urbano em harmonia com a traça tradicional, bem como a criação dos necessários espaços verdes; investindo, igualmente, na área do desporto, tudo isto integrado numa planeada gestão urbanística com o objectivo maior de proporcionar a melhoria da qualidade de vida das populações. O empenho desenvolvido pela autarquia e pelos cidadãos permite que Serpa tenha figurado, por diversas vezes, em primeiro lugar em concursos de limpeza pública e de ter ficado também, este ano, em primeiro lugar no concurso «Vilas e Cidades

Floridas», o que significou o apuramento a nível europeu.

Valorizar o centro histórico

No que diz respeito à cultura e identidade, a Câmara Municipal de Serpa aposta na valorização do centro histórico da vila, no maior envolvimento dos agentes sócio-culturais na implementação do programa cultura e recreativo, na recuperação e divulgação do património histórico, arqueológico, construído e etnográfico, na valorização das festas tradicionais com a elaboração de programas atractivos onde se promove e divulga o que o concelho tem para oferecer e o investimento na área musical como factor de projecção e catalisador da dinâmica cultural de Serpa.

Quanto à integração territorial, a autarquia tem vindo a fazer um esforço de melhoria das acessibilidades internas (construindo e arranjando caminhos rurais, em benefício dos agricultores) e a promover as ligações com os municípios vizinhos, não só a nível regional e nacional, como transfronteiriços, num posicionamento que vai de encontro aos cada vez mais importantes intercâmbios, divulgando para o exterior as vantagens locais e da utilização de instrumentos de marketing territorial.

Evitar a desertificação

Apesar das grandes dificuldades, o esforço dos eleitos da CDU na Câmara Municipal de Serpa tem vindo a gerar uma dinâmica económica, cultural e social com resultados bastante positivos.

Verifica-se um acréscimo de instalação de indústrias e de população, empregue especialmente no sector secundário, na área agro-alimentar, onde se inclui a produção de azeite, lacticínios (queijo), transformação de carnes e doçaria, e também da construção civil, carpintaria e metalomecânica, entre outras.

Para proporcionar melhor qualidade de vida cultural e social, de forma a que a população do concelho de Serpa se torne cada vez mais interveniente e com capacidade crítica e de construção do futuro, a autarquia está a desenvolver vários projectos, entre os quais se

contam um parque urbano de exposições – em construção –, uma nova biblioteca Municipal mais adequada às necessidades dos dias de hoje, as zonas de actividades económicas de Vila Nova de S. Bento e de Pias, um centro cultural em Ficalho, a melhoria das acessibilidades no concelho, e o aproveitamento das mais valias inerentes ao eixo Sines/Sevilha (futura IP8), que o atravessa.

Barragem do Enxoé

A água, factor essencial à vida, tem até aqui funcionado como ónus limitador no concelho. Para alterar esta situação, a Câmara Municipal de Serpa, em conjunto com a sua congénere de Mértola, debateu-se durante anos para a construção da barragem do Enxoé que, finalmente, agora que está em fase final de construção, vai solucionar já no final do ano os problemas de abastecimento de água aos dois concelhos, com formas de desenvolvimento e gestão integrada dos recursos hídricos também a ela ligados.

As preocupações das autarquias da CDU em relação à protecção e valorização dos recursos hídricos para abastecimento humano, para a agricultura e para a indústria assentam igualmente na barragem de Alqueva, com fortes pressões e propostas junto das entidades competentes para que, não só o concelho como toda a Margem Esquerda do Guadiana, sejam beneficiados pelo empreendimento.

Outro projecto de extrema importância para o concelho e pelo qual as câmaras de Serpa e Mértola se bateram desde a primeira hora, é a já criada Área de Paisagem Protegida do Vale do Guadiana, para a qual foi implementado um plano de ordenamento. Permitindo a valorização de todo o património natural e cinegético com as mais valias que daí advêm, é uma forma de tornar o concelho mais atractivo para os visitantes e para a instalação de unidades turísticas que, aliadas ao desenvolvimento de indústrias locais a montante e a jusante do sector, é mais uma forma de proporcionar um desenvolvimento sustentado e a criação de empregos.

Barrancos ontem e hoje

Quando em 1976 - durante as primeiras eleições autárquicas - entregámos a Barrancos ainda não estavam projectadas, sequer pensadas, as piscinas municipais no concelho. É neste que, com pouco mais de 1 600 eleitores, nessa altura, se agitavam (agitam) os nossos interesses democráticos, nesse pequeno concelho, mais pequeno e menos populoso que uma freguesia do Norte, arrimado a Espanha, onde a televisão do país vizinho entra pelas casas, fazendo do dialecto, do português e do castelhano a língua onde todos se entendem.

Antes das piscinas municipais - (Barrancos não tinha papelaria. Quisemos comprar clips e não o conseguimos. Mas havia estudantes: eram uns 40 mocinhos, filhos de gente necessitada, que iam, de manhã, na camioneta para Moura).

Para além das piscinas municipais, com parque de merendas e um bar, na zona envolvente, obra já na última fase de acabamento, os jovens têm também, hoje, a Escola Básica Integrada, reivindicação concretizada devido ao grande empenhamento posto pela Câmara Municipal. Também, à segunda-feira, aos estudantes é facultado o transporte, nas viaturas municipais para as escolas profissionais de Serpa e à sexta-feira o seu regresso.

A aquisição do Castelo de Noudar - (E vamos chegando a Barrancos. Acabante de bi cá [como tive de vir cá, traduzindo do dialecto barranquenho], vamos indo para a Herdade da Coitadinha, onde os trabalhadores da reforma agrária dão aí agasalho à equipa do professor Cláudio Torres que, naquelas bandas, procurava pôr de pé uma ruína da arquitectura do século XIV. É o Castelo de Noudar!)

Agora a aquisição da Herdade da Coitadinha/Noudar está prestes a efectuar-se. O município de Barrancos e a empresa EDIA proporcionarão os valores suportados por cada entidade. Esta decisão foi aprovada por unanimidade e aclamação pela Assembleia Municipal. No salão, estavam cerca de 50 crianças de 10/12 anos que tinham «acabado de assistir a um acto histórico e transcendental para a vida do município de Barrancos».

Conseguindo as obras basilares - (A Câmara queria completar tão difícil obra, o saneamento básico, como é o de abrir fundas valetas no terreno xistoso. Muito diferente é do que fazer regueiras nos campos dóceis dos milheirais).

Conseguindo as obras do saneamento básico, no reforço à vila de Barrancos, com a remodelação da estação de tratamento e bombagem do Bufo e colocação de uma nova conduta principal, aspectos basilares das populações, naturalmente que se impunha (e impõe) a atenção dos comunistas e de outros democratas, em coligação, agora na CDU, desde o primeiro executivo camarário, diga-se com clareza, até ao dinamismo do actual liderado por António Pica Tereno, como tem sido também levar água e electricidade às famílias, fazer o escoamento dos esgotos, arranjar o acesso nas ruas e rasgar acessos à zona industrial, entre outras obras.

O Poder Local democrático - (A Guerra Civil em Espanha, dos meados de 1936, à vista de Portugal e por terras do Alentejo, alastrou por dentro das grandes herdades dos agrários de Barrancos. Forças militares emilitarizadas aboletavam-se, por algumas horas, no largo da vila, os de cá e os de lá, salazaristas e franquistas. Juntavam-se para, em coordenação, irem prender os refugiados republicanos escondidos no campo. Dois campos de concentração nas herdades de Russiana e de Coitadinha. Entretanto, o cônego Almeida - homem bom e «santo» no imaginário barranquenho - agasalhava (cristã e clandestinamente), no «monte» de Coitada, o refugiado republicano que escondido no mato, como uma cobra ia vivendo...)

O Poder Local democrático, bem concreto e visível, no concelho de Barrancos, tem sido bem utilizado pela Câmara e a Junta de Freguesia.

No passado dia 1 de Fevereiro foi inaugurado o novo quartel dos Bombeiros Voluntários. O projecto, elaborado pelo GAT de Moura, foi financiado pelo Governo (23 307 contos) e pela autarquia (11 814 contos). Construído pelos trabalhadores da Câmara.

A actividade cultural - As questões de natureza cultural. É óbvio que investir numa fábrica é mais rentável que apoiar a produção e difusão de um livro. Subsidiar uma equipa de futebol mais popular do que organizar colóquios sobre literatura ou arte. No entanto, mesmo face ao desinteresse do Poder Central, é curioso notar como a autarquia de Barrancos tem tomado em suas mãos a defesa do património histórico e ambiental, a criação de bibliotecas, a publicação e difusão de livros, a criação do Centro Cultural. Tudo isto nos vem garantir, uma vez mais, e pôr em destaque aquilo que separa as autarquias de Abril das Câmaras Municipais de Salazar e de Caetano.

Hoje os arqueólogos tanto persistiram no Castelo de Noudar e nas inúmeras estações arqueológicas, com os homens e as mulheres da Câmara, trabalhando com os jovens, de tal forma que a comunidade vê avançar a construção do Museu Arqueológico e Etnográfico, com o material das escavações, ao mesmo tempo que as ofertas para a secção etnográfica foram chegando.

A autarquia de Barrancos não tem, todavia, descurado e tem incentivado a actividade desportiva e juvenil. Desde o apoio ao Centro Cultural e aos «Enguripitados» (prestigiado agrupamento de jovens), paralelamente à ajuda às colectividades e aos reformados.

O desenvolvimento - O desenvolvimento económico é uma das preocupações mais imediatas da Câmara de Barrancos, ainda que não seja directamente da sua competência. Todavia, situações criadas com a destruição da Reforma Agrária, não saída profissional para os jovens e desemprego de uma maneira geral põem Barrancos como mais um concelho do Alentejo a atravessar uma grave crise que é inaceitável sob quaisquer pontos de vista.

Com a CDU, em duas décadas

A face de Mértola mudou

O concelho de Mértola, com mais de 120 povoações, está hoje todo electrificado, dotado de água ao domicílio, com as estradas alcatroadas, arruamentos pavimentados, recolha de lixo e transportes escolares. Há duas décadas, toda esta imensa obra estava por fazer. Têm razão os que dizem que a CDU mudou a face de Mértola em 20 anos.

A Câmara Municipal de Mértola foi pioneira na forma radical como percebeu e promoveu a preservação do património histórico, proporcionando as condições que possibilitaram a criação do Campo Arqueológico que, por sua vez, atraiu sobre a 'Vila Museu' a atenção do País e do estrangeiro, a pontos de se tornar num pólo de turismo cultural que potencia o desenvolvimento.

Neste vasto concelho, em que, depois do encerramento da mina de S. Domingos, o único rendimento é o produto de uma agricultura pobre, os seus 10 mil habitantes estão dispersos por mais de 120 povoações e por algumas dezenas de montes, com séculos e séculos de isolamento. Uma das mais notáveis e reconhecidas obras da CDU foi ligar quase todos estes núcleos populacionais por estradas alcatroadas, o que significa mais de 300 quilómetros de pavimento betuminoso. As poucas povoações rurais cujas estradas ainda não estão alcatroadas vão ter o problema resolvido até ao fim do ano.

Para Paulo Neto, presidente do Município, trata-se de «um trabalho gigantesco que polarizou todos os executivos da Câmara posteriores ao 25 de Abril e, de certa forma, condicionou toda a gestão da autarquia, porque absorveu uma parte muito significativa dos escassos orçamentos da Câmara».

Mas é obra de igual envergadura a electrificação de todas as povoações e núcleos rurais, já que em 1974 apenas havia luz eléctrica na sede do concelho e não em todas as casas. Dada a dispersão destas mais de 120 pequenas localidades, a tarefa que o Município apresentou por vezes dificuldades que pareciam inultrapassáveis. Ganhou a determi-



A Vila Museu e o concelho de Mértola na via do desenvolvimento

antigos para a instalação do Museu de Arte Sacra e do Museu Islâmico.

Vila Museu

O Campo Arqueológico de Mértola, dirigido desde a sua criação há duas décadas pelo arqueólogo Cláudio Torres, projectou nos centros académicos nacionais e estrangeiros e no imaginário turístico de milhões de portugueses, a 'Vila Museu'.

A existência desta estrutura de grande prestígio científico deve-se à Câmara Municipal que soube apostar a tempo neste projecto de grande envergadura, proporcionando as condições logísticas e mesmo suportando os vencimentos de técnicos e funcionários.

O Campo Arqueológico de Mértola é hoje um centro de investigação e preservação do património histórico que permitiu a criação dos importantes núcleos Romano e Páleo-Cristão estando para breve a instalação do Museu Islâmico e do Museu de Arte Sacra.

nação e a capacidade de trabalho que caracterizam os autarcas da CDU que, em relação aos montes agrícolas, mantêm contactos com os moradores e tudo farão para que significativa parte deles possa beneficiar de electricidade. E é isso também que explica que, em 20 anos, partindo do zero, a Câmara de Mértola tenha conseguido pôr água ao domicílio em mais de 90 por cento das habitações do concelho, o que significou a abertura de centenas de furos artesanais e a instalação de perto de 200 sistemas de bombagem e abastecimento público.

De igual modo, as ruas de terra batida nas aldeias do concelho são hoje arruamentos pavimentados que somam centenas de quilómetros. A recolha motorizada do lixo é feita em todas as povoações e as viaturas do Município fazem diariamente certa de 3 mil quilómetros para que nenhuma criança fique impedida de frequentar a escola. Este serviço de transportes escolares

absorve 10 por cento do orçamento da Câmara.

Quanto ao saneamento básico, nem a histórica vila de Mértola o possuía. Hoje, o problema está completamente superado na sede do concelho e também na Corte do Pinto, havendo tratamento das águas residuais em ambos os casos. Nas outras povoações, o saneamento vai igualmente avançar, à medida das possibilidades do Município.

«As dificuldades orçamentais, a dispersão dos núcleos populacionais, que torna a obra muito cara, e a premência de responder a outras necessidades prioritárias levaram a que a taxa de realização do saneamento básico esteja abaixo a dos outros sectores», explica Paulo Neto. «Vai ser a nossa prioridade futura. De qualquer forma, a Câmara assegura a limpeza de todas as fossas individuais por um preço simbólico, o que permite que todos os núcleos rurais, mesmo os que não têm esgotos, tenham o ar asseado que é típico do Alentejo».

Em Monte Fernandes e Monte Alto, somando cerca de 400 habitantes, o saneamento básico deverá estar concluído na próxima Primavera, estando a obra avaliada em cerca de 250 mil contos.

Novos equipamentos

Mértola tem hoje um complexo escolar que integra uma escola EB 2-3, a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, quatro salas do 1º ciclo do Ensino Básico e duas salas do pré-primário. Para alguns destes equipamentos a Câmara cedeu os terrenos, fez os projectos e mantém apoios diversos. O Pavilhão Gimnodesportivo, que custou mais de 200 mil contos, foi inaugurado em finais de 1994 e tem uma ocupação permanente, não só pela comunidade escolar mas também pela restante população.

Para o Lar da 3ª Idade, o Município, além de fornecer o terreno e o projecto, ainda participou com grossa fatia do financiamento. Para o novo quartel dos Bombeiros Voluntários, a Câmara deu o terreno, o projecto, apoio técnico e um financiamento de cerca de 100 mil contos.

Dada a dispersão populacional, têm particular relevância as casas mortuárias que as autarquias construíram em mais de uma dezena de povoações. Com igual importância para as populações, foram construída meia centena de balneários e sanitários públicos, além de uma dezena de campos de futebol. Por outro lado, a Câmara dá apoios financeiros e outros a cerca de 40 colectividades.

Urbanismo criterioso

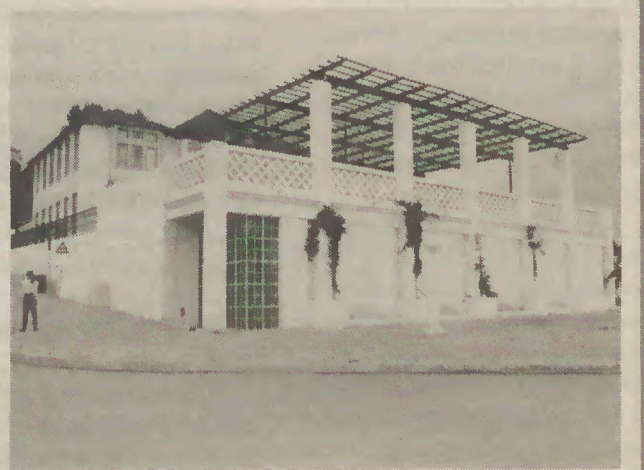
O forasteiro que vai a Mértola leva consigo a imagem prévia de uma vila medieval que os seus autarcas preservam com carinho e atenção permanente. A grande surpresa é quando chegam à entrada da 'Vila Museu' e começam por se deparar com a 'vila nova', um espaço vistoso, aprazível, todo à escala alentejana, que está em expansão. Aí construiu a Câmara três bairros, dois dos quais de

habitação social, além do apoio técnico e material que vem dando à Cooperativa de Habitação.

No núcleo antigo da vila está neste momento em execução um programa de recuperação e revitalização do Centro Histórico que inclui a recuperação e iluminação das 'pontes do rio', o arranjo da zona envolvente do castelo e a remodelação de dois edifícios



Melhorar as ligações no concelho



O Núcleo Páleo-Cristão do Museu de Mértola



O novo Pavilhão Municipal de Desportos

Piscina coberta

Mértola vai poder gozar em breve das vantagens da sua piscina coberta aquecida que, pelas suas características, está especialmente virada para a comunidade escolar. Será fundamentalmente um equipamento de aprendizagem e manutenção.

Ainda este ano (caso não surjam obstáculos da parte do poder central) começam também as obras de remodelação do Cine Teatro e a construção das futuras Piscinas Municipais e do Parque Industrial.

Como projectos para o futuro próximo, Paulo Neto, presidente do Município, aponta-nos os seguintes:

– Alargar o saneamento básico às muitas povoações do concelho;

– Implementar o Parque Industrial;

– Implementar o Plano Geral de Urbanização da Mina de S. Domingos

– Valorização do Rio Guadiana.

Este último programa, que depende da Direcção-Geral de Portos, ficando a cargo da Câmara a manutenção dos equipamentos, inclui a construção de cais acostáveis e a drenagem do rio com vista à sua navegabilidade e com total independência das marés. O cais do Pomarão já está construído e já evidencia resultados positivos. Os próximos cais a construir serão os de Mértola e da Bombeira, onde está a sede do Parque Natural do Vale do Guadiana, dirigido por Cláudio Torres.

Entrevista com Paul Boccara

Texto: Margarida Folque
Fotos: Jorge Caria

litar a produção; uma política orçamental mais expansiva para favorecer a produção nacional.

E enquanto a moeda única utiliza a baixa dos salários e dos empregos (pretendendo baixar os custos), a venda das empresas em dificuldades a estrangeiros (com a possível baixa de emprego), ou o endividamento privado (com custos relativamente ao estrangeiro), com a moeda comum, as moedas nacionais - que são conservadas - podem implementar os três meios de acção acima referidos e, a partir daqui, negociar os apoios complementares em moeda comum para melhorar a situação.

E como diferencia a sua proposta de criação do Fundo Monetário no âmbito da moeda comum, tendo em conta as experiências do FECOM?

No FECOM, antes de mais, o ecu é criado essencialmente a partir do depósito de 20% das reservas em dólares e em ouro dos bancos centrais participantes. Além do mais, como há uma certa rigidez, se por exemplo o dólar ou o ouro sobem podem-se criar mais ecus, se descem criam-se menos ecus. Nós pensamos que é possível criar a moeda comum em função de outros critérios. Através, nomeadamente, dos depósitos dos bancos centrais participantes neste banco central europeu em divisas nacionais. Como já existiu no FMI. Teríamos aqui uma criação monetária autónoma a partir das moedas nacionais.

Para serem utilizados como?

Esse é o segundo aspecto. Para que que servia o ecu no FECOM e para que vai servir esta moeda comum.

Enquanto o ecu servia sobretudo para apoios a curto prazo e para manter próximas as margens de flutuação entre as moedas - não para apoios a longo prazo, para o investimento real deste ou daquele país -, a moeda comum pode servir para apoiar a longo prazo investimentos favoráveis ao emprego, etc. E estas duas coisas - para que é criado e para que serve -, estão ligadas entre si.

É no problema do emprego que os defensores do referendo insistem?

É que as taxas de desemprego na Europa são muito diferentes. Entre os 10% da Alemanha (16% na Alemanha do Leste) e os 21% da Espanha há uma enorme diferença. A partir desta moeda comum, destes direitos da moeda comum, tudo é depois um jogo de escrita. Os depósitos de moedas nacionais, por exemplo, são jogos de escrita mas são direitos. Um país, por exemplo, que teria direito a levantar moeda comum vai levantar em marcos alemães, para comprar na Alemanha máquinas para facilitar o seu desenvolvimento e empregar gente. E isto será feito a partir de créditos porque o país poderá levantar moeda comum mas o Banco Central que recebe não desembolsará nada. Esta moeda não tem juros nem é reembolsável. É uma criação monetária entregue não onerosamente ao Banco Central do país.

Como os direitos de «saques especiais» do Fundo Monetário Internacional. Estes «saques especiais» - feitos em função do ouro - eram criação monetária não reembolsável. Mas, evidentemente, o FMI impõe condições políticas e económicas.

A propósito dos direitos dos «saques especiais» transformados em moeda comum, como promoveriam a estabilidade internacional no respeito dos países em vias de desenvolvimento?

Essa é uma outra questão. O Banco Central do país que recebe esta moeda pode fazer taxas de juro muito baixas e inclusive taxas de juro negativas como uma subvenção.

Sem que haja no nosso projecto de moeda comum necessariamente a obrigação de fazer uma mudança a nível mundial, é evidente que seria melhor se pudéssemos fazer essa mudança. Isso possibilitaria desenvolver os direitos de saques especiais actuais a nível mundial enquanto criação de moeda comum mundial. Seriam direitos de saques especiais muito diferentes dos actuais.



“É uma posição muito contraditória, essa de querer acrescentar um capítulo sobre o emprego em algo que é todo ele feito contra o emprego. É como atirar azeite para cima do fogo para o apagar.”

... de que se tentou «desembaraçar»?

Sim. E como? Lutando com grande energia contra os custos salariais, tentando despedir ao máximo mas também fazendo aplicações financeiras. Hoje, a grande maioria dos lucros da Renault vem de aplicações financeiras e não da sua actividade industrial. E por isso a Renault está completamente amarrada a este sistema de encorajamento de crescimento financeiro contra o crescimento real.

Posso dizer isto porque estudei a situação da Renault, mas os trabalhadores não captam toda esta realidade.

Quer em quantidade, porque neste momento cria-se muito pouco (e visto o dólar ser a moeda comum mundial real, cabem aos EUA as decisões), quer pelos critérios que adoptaria, sem os constrangimentos de política económica impostos pelo FMI. Pelo contrário, a obrigação seria a de criar emprego, fazer despesas sociais.

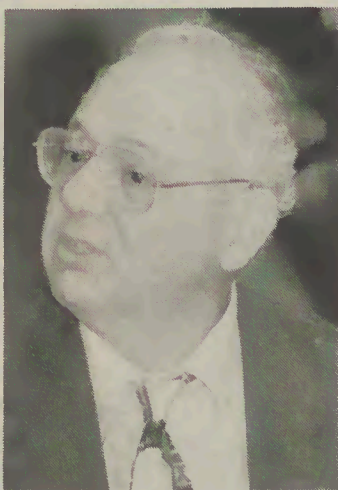
Como interpreta os acontecimentos em VILVORDE com a deslocalização da Fábrica Renault, que provocou um processo de luta ao nível europeu, não só dos trabalhadores belgas mas também dos trabalhadores portugueses, espanhóis e franceses? E que ligação faz desta situação com o processo de convergência nominal imposto por Maastricht na prossecução da moeda única?

Esse assunto de Vilvorde é muito interessante. Podemos dizer que na Europa vai haver um *antes de Vilvorde* e um *depois de Vilvorde*. E porque dizemos isto? Porque, antes, os perigos da construção Monetária Europeia para o social e para o emprego, para o mercado nacional, eram dificilmente discutíveis na Bélgica. Quem pusesse estes problemas aparecia como um espírito sectário, fechado, mal intencionado. Agora, são os próprios trabalhadores da Bélgica que colocam questões e dizem perceber que há problemas, embora não captem muito bem ainda o conjunto em que tudo isto funciona. Mas este é um movimento que existe um pouco por todo o lado.

Como explica que uma empresa que foi pública, como a Renault, simbolize

hoje todo este movimento das transnacionais?

A Renault, na realidade, é uma sociedade mista, ou seja, uma sociedade de direito privado mas em que o principal accionista continua a ser o Estado. Aliás, a maioria das privatizações das empresas são ainda assim. Em relação à Renault, concretamente, há por um lado os critérios de Maastricht, por outro toda a jurisprudência ultraliberal de Bruxelas, toda esta legislação segundo a qual o Estado accionista não pode intervir para favorecer estas empresas. A isto junta-se o facto de que a Renault - precisamente por causa do papel de mau accionista do Estado - era uma empresa que tinha encargos financeiros importantes, taxas de juro a pagar.



“O Partido Comunista Francês diz que a sua posição de oposição à moeda única é tão radical que tem uma alternativa.”

O jornal «L'Humanité» insistiu, por exemplo, sobre estes lucros financeiros da Renault, porque isto ajuda os trabalhadores a compreender todo este processo e a luta contra esta política de alinhamento com o marco e os grupos financeiros contra o emprego.

Mas isto é um processo difícil. Há ainda muita gente intoxicada que diz: «bom, a Renault está em todos os países e nós precisamos da união, porque só com a moeda nacional...». Se não tivermos ao mesmo tempo esta alternativa moeda nacional/moeda comum, estes argumentos são utilizados pelos demagogos da moeda única e as dificuldades maiores.

Por último, diga-nos: como está a decorrer a vossa campanha pelo referendo?

A campanha pelo referendo começou há alguns meses. No plano qualitativo há novas forças que se aproximam e hoje não há só o Partido Comunista nesta luta. Há o Movimento dos Cidadãos - um pequeno partido de esquerda que saiu do Partido Socialista com um ex-ministro socialista - e, mesmo os Verdes, que eram pela moeda única, começam agora a dizer que o são, «mas, por enquanto, talvez um compromisso com a moeda comum...». Posso dar o exemplo de uma militante «Verde» do Norte de França, aliás presidente do Conselho Regional e não uma militante qualquer, que defende o referendo.

Mesmo gente de direita, como um ex-ministro do general De Gaulle que, numa entrevista ao jornal «L'Humanité» (13.2.97), diz ser pelo referendo. Mas não só, ele participa activamente na campanha, escreve artigos em revistas (algumas muito burguesas) onde afirma a sua posição favorável ao referendo.

Em termos quantitativos, sabemos que têm objectivos ousados...

No plano quantitativo há também um progresso - nestes últimos dias, ultrapassámos as 600 mil assinaturas - e pensamos que é possível e muito provável alcançar o milhão de assinaturas, que a 15 de Junho vamos levar à Presidência, precisamente um dia antes da grande manifestação europeia sobre o emprego.

Em França, esta campanha é naturalmente difícil de compreender. Não digo para o secretário-geral ou para mim, enquanto economista, mas para os quadros médios do partido. Um artigo que vi no jornal «L'Humanité», a propósito da campanha sobre o referendo, dizia precisamente que o secretário da secção comunista da Renault-Cléon, um bastião da Renault, obteve um enorme sucesso na campanha que fez pelo referendo e na recolha de assinaturas. Uma parte desse sucesso deve-se ao facto de ele insistir constantemente na alternativa do PCF com a moeda comum. Não quero, a partir daqui, generalizar, mas este é um bom sinal.

■ Luís Sá
Membro da Comissão Política

Brincar com coisas sérias

— Sobre as alterações do Sistema Eleitoral

O sistema eleitoral é um factor da maior importância no quadro do funcionamento de um sistema político como o português, que assenta essencialmente na democracia representativa. Com efeito, a complementaridade entre a representação política e a democracia participativa para que aponta a Constituição tem escassa projecção prática e a democracia directa pura e simplesmente nunca existiu. E mesmo que assim não fosse, a representação política genuína não deixaria de ser uma questão central. Tanto assim é que a proporcionalidade integra os limites materiais de revisão constitucional.

A existência de um sistema de poder baseado essencialmente ao nível político em eleições competitivas devia implicar igualdade mínima de oportunidades dos concorrentes, bem como outros factores que não é oportuno referir aqui. Mas implica também, sem dúvida, um mínimo de justiça na conversão de votos em mandatos.

Contra a proporcionalidade já se disse muito. Por exemplo, que prejudica a governabilidade, a qual só seria possível com maiorias absolutas, o que obrigaria a fabricá-las artificialmente. Ou ainda que colocaria os deputados e os candidatos longe dos eleitores e dos cidadãos. Ou que os tornaria dependentes do arbítrio dos directórios partidários, o que não aconteceria com outros sistemas...

Tudo isso faria com que um sistema eleitoral proporcional fosse um factor essencial para levar o eleitor a afastar-se da política, a olhar com reserva e suspeição a chamada "classe política" e o sistema de que esta faz parte. Não se diz que os sistemas maioritários e os círculos uninominais em particular têm sido alvo de veementes contestações por levarem a que importantes sectores da população não se sintam politicamente representados; por deixarem partidos minoritários relevantes fora dos parlamentos ou escandalosamente sub-representados (caso dos verdes e liberais no Reino Unido); e até existe quem o critique por dificultar ou inviabilizar a integração no sistema de sectores políticos minoritários.

A verdade, porém, é que a alteração dos sistemas eleitorais baseados na proporcionalidade na conversão de votos em mandatos na sequência da contestação à proporcionalidade mostrou que os males apontados não foram superados e que estes residem noutros aspectos: incapacidade do poder político de resolver muitos dos problemas concretos; incumprimento de promessas eleitorais; casos de corrupção, nepotismo e de manifesta ausência de valores éticos na actividade política; menorização da instituição parlamentar; dependência do poder político em relação ao poder económico ou outros poderes; política-espectáculo, com subalternização do debate das questões reais, etc.

O sistema mais justo, no entanto, é incontestavelmente o sistema proporcional. Os defeitos que lhe são atribuídos não são muitas vezes inerentes a esse sistema, mas sim ao modo como funcionam certos «agentes políticos», que não se altera com a mudança das regras eleitorais.

A proporcionalidade, entretanto, não é só uma fórmula matemática. Depende também do tamanho dos círculos eleitorais, da dimensão do órgão a eleger, da distribuição territorial dos votos dos partidos e coligações, etc. Tanto assim é que o conceito de índice de proporcionalidade, aplicável a todos os sistemas eleitorais, tem exactamente como objectivo avaliar em que medida existe ou não proximidade ou afastamento entre votos e mandatos obtidos. Este cálculo é aplicável a todos os sistemas, maioritários ou proporcionais. Assim, por exemplo, na revisão constitucional de 1989 já se introduziu uma alteração importante ao reduzir o número de mandatos da Assembleia da República. O prejuízo de 16% da representação do PCP, 6% do PSD e 8% do PS, mostra bem a injustiça deste tipo de medidas e como afecta a proporcionalidade. A desertificação do interior do país, com redução do peso de muitos círculos e do número de mandatos a eleger, fez já com que exista um bom número de círculos em que o número e percentagem de votos necessário para obter um deputado é muito elevado, afectando igualmente muito a proporcionalidade.

É num quadro deste tipo que surgem as propostas de revisão constitucional do PS, PSD e PP e o acordo de revisão entre os

dois primeiros. Recorde-se que nos debates da «primeira leitura», foi jurado que todos os círculos de apuramento se mantiriam como círculos plurinominais e de aplicação plena da proporcionalidade. Admitiu-se a possibilidade de círculos uninominais, mas como meros círculos de candidatura. Os candidatos eleitos seriam imputados ao número que coubesse a cada partido nos «círculos de apuramento», que apenas serviriam para designar parte dos candidatos concretos que teria cada parti-

do. O PS e PSD, porém, no acordo de revisão, deixaram de fazer uma tal distinção e de admitir os círculos uninominais apenas como círculos de candidatura e parecem apontar para círculos eleitorais de apuramento...

É intolerável neste processo, por outro lado, que se vão sucedendo ao longo dos anos sucessivos «modelos» eleitorais teóricos, sobretudo da parte do PS. Já se falou em sistema alemão e em sistema dinamarquês por deputados diferentes e no mesmo dia; já surgiram diversos «estudos», sem chancela oficial; agora, no Expresso de 19 de Abril surgem novos «estudos», desta vez de José António Lima, para justificar medidas que o acordo PS/PSD permite: afirma-se que reduzir de 230 para 130 o número de deputados não prejudicaria a proporcionalidade e até a beneficiaria, porque haveria um círculo nacional de 20 deputados para recuperar «restos», isto é, votos que não fossem «úteis» para eleger deputados; os círculos uninominais de apuramento também não a prejudicariam porque haveria oito círculos, correspondentes a regiões administrativas, e não dezoito, correspondentes aos distritos, como hoje acontece. Entretanto, e mostrando em que consistiria a «aproximação dos deputados aos eleitores», distritos como o de Beja, hoje com quatro deputados, ficariam apenas com um deputado, que por sinal seria do PS. Imagina-se toda a população de Beja, mesmo a mais próxima do PSD e do PCP, muito mais próxima de um tal deputado do que hoje poderia estar dos quatro deputados eleitos hoje pelo mesmo círculo...

com múltiplos exercícios mediáticos pelo meio. Esta questão é demasiado séria para andar a brincar aos sistemas eleitorais.



Mais significativo, entretanto, é o facto de o PS e PSD pretenderem alterar a Constituição, permitindo reduzir o número de deputados, mas sem a salvaguarda de um círculo nacional de recuperação de restos que não elegeram deputados nos vários círculos; admitirem círculos uninominais, mas sem dependência da prévia criação das regiões administrativas. Dito de outra forma: os sucessivos «exercícios eleitorais» que vão sendo «colocados» destinam-se a criar a ideia na opinião pública de que não seria afectada a conversão de votos em mandatos, mas não têm qualquer fundamento concreto as garantias que se pretende apresentar para «provar» que a proporcionalidade não seria afectada.

Factos

Restam alguns factos incontestáveis.

Primeiro: não se compreende que em matérias fundamentais como número de deputados ou sistema eleitoral a Constituição possa ser tão vaga como o PS e PSD pretendem. Esta questão é, aliás, extensiva a outras matérias, como o sistema de eleição das câmaras municipais.

Segundo: numa matéria de tal gravidade não se pode aceitar que o PS vá atirando modelos e hipóteses para o ar, falando num dia do modelo alemão, no mesmo ou no dia seguinte no modelo dinamarquês, para logo depois admitir um sistema misto de círculos eleitorais de várias candidaturas e de círculos uninominais,

com múltiplos exercícios mediáticos pelo meio. Esta questão é demasiado séria para andar a brincar aos sistemas eleitorais.

Terceiro: a perspectiva de criar oito regiões administrativas no continente como álibi para as tropelias de revisão constitucional choca-se com as trapalhadas em que o PS se envolveu com a direita em matéria de regionalização, dando-lhe tudo o que esta exigiu com vista a impedi-la.

Quarto: não é o sistema eleitoral que provoca o desencanto mas sim a frustração de muitos eleitores com as políticas que são executadas e os problemas que não são resolvidos, ou que impede o PS de governar bem e corresponder às expectativas que gerou em muitos eleitores em 1985.

Quinto: como o demonstram casos como o italiano, em que o sistema eleitoral foi alterado no quadro de uma profunda crise e largos debates, não são as características do sistema eleitoral que provocam as disfunções que têm vindo a ser assinaladas em vários sistemas políticos na Europa ou no mundo nem é a sua alteração que permite corrigi-los.

O actual processo eleitoral no Reino Unido permite assinalar de novo fenómenos e comportamentos políticos como o inteiro abandono pelos partidos dos círculos eleitorais de resultado seguros (por perda ou ganho certo do deputado); mudança de comportamentos eleitorais dos eleitores por voto dito útil; abstenção maciça de eleitores que sabem que não conseguirão fazer eleger um deputado do partido que apoiam.

Mesmo um sistema alegadamente misto, ou até de círculos uninominais de candidatura, não está livre de provocar igualmente alterações de comportamentos políticos e eleitorais: para além de consistirem numa fórmula matemática, círculos, dimensão do órgão a eleger, etc., os sistemas eleitorais alteram também comportamentos dos eleitores, em termos que podem não ser politicamente neutros nem os mais democráticos.

É significativo que no Reino Unido esteja criada a Charter 88 para uma «democracia moderna e justa» e que exista vasta contestação do sistema eleitoral. Em Portugal, o sistema eleitoral já não é inteiramente «justo», mas o que se pretende não é torná-lo mais justo ou democrático, ou mais próximo dos eleitores. É antes inculcar a ideia de que seria por aqui que passariam as grandes reformas que o PS não fez e desviar a atenção dos problemas que não está a resolver.

A escalada da finança na política



■ Sérgio Ribeiro

Quando, no início do ano e do seu mandato de presidente do Conselho de Ministros da União Europeia (ECOFIN), o holandês Zalm disse que alguns governos tinham procurado, com alguma desmesura e histeria, cumprir os critérios de Maastricht e que não iriam entrar para o Euro, e referia explicitamente Portugal, caiu o Carmo e a Trindade.

Bem mais recentemente, houve outras declarações ainda mais menosprezadoras dos esforços e sacrifícios feitos em nome de um falso "desígnio nacional", ainda mais lesa-soberania nacional, do presidente do Instituto Monetário Europeu e não houve reacções. Não tugiou nenhum Carmo nem mugiu nenhuma Trindade.

O ministro holandês não fez mais que explicitar o que, pelas suas paragens e vizinhanças, há muito é congeminado. Aliás, na sequência lógica e coerente de um processo que não pretende o que se diz pretender. O que, pelas nossas paragens, tantas vezes temos denunciado que tais critérios não eram mais que um pretexto para impor, aos Estados, uma estratégia e políticas.

Ao definirem-se os critérios de convergência nominal, ao fixarem-se os prazos para o seu cumprimento e passagem à terceira fase da UEM, não havia nada de objectivo ou de fundamentado nessa escolha de metas e prazos. Tudo arbitrário. Naturalmente.

Assim era porque o que importava era impor, a todos, as mesmas políticas de privatizações, de afastamento do Estado da actividade económica, de desmantelamento dos serviços públicos, num quadro de liberalismo selvagem contra as economias nacionais e de protecção e de facilitação de acesso a fundos públicos e comunitários para os grupos transnacionais.

Porquê 3% e não 2,5 ou 3,5 para o défice orçamental?, porquê 60% e não 55 ou 65 para a dívida pública?, porque (veja-se lá!) 1,5 pontos percentuais acima da média dos três melhores resultados par a inflação e não outra fórmula qualquer igualmente rebuscada? Sobretudo, para resumir, porquê os mesmos números e prazos para realidades sociais, económicas, financeiras, monetárias tão variadas e a terem de usar os mesmos instrumentos de maneiras muito diferentes?

Só podia ser para impor, a todos, uma mesma estratégia e as mesmas políticas. A estratégia e as políticas que servem os interesses do capital financeiro transnacional. Mais tarde, as decisões a tomar seriam políticas, e na aparência igualmente

arbitrárias, tão arbitrárias como os critérios e a exigência do seu cumprimento.

Numa perspectiva, que está ligada ao governo do senhor Zalm e vizinhos, a questão deve colocar-se assim: entram uns/estes, mesmo que não cumpram, porque sem eles nada feito, não entram outros/aqueles, mesmo que cumpram, porque com eles a moeda única, o Euro, não será suficientemente forte. Numa outra perspectiva, porque pelo menos há mais uma entre "eles", em nuance (porque é sobretudo francesa), que está menos preocupada com a fortaleza do euro do que com a dependência em que ficaria a moeda nacional francesa, o franco, da moeda nacional alemã, o marco, se não for alargado quanto baste o leque das moedas a entrarem para o Euro.

Repare-se na contradição, que não se pode escamotear, das alternativas em presença se equacionarem face ao peso relativo das moedas nacionais, reflexo do peso relativo das economias nacionais, num momento em que se pretende acabar com esses instrumentos/reflexos das economias nacionais reais. A vida é feita de contradições, mas o capitalismo exagera...

*
**

Uma vez que o que comanda esta dinâmica parece facilmente identificável no abstracto, o capital financeiro transnacional, uma pergunta pode surgir de imediato: **afinal quem são "eles"**, os que terão cordelinhos na mão?

"Eles" são os políticos e os financeiros, ou melhor, os políticos da finança e os financeiros da política, actuando por vezes em alternância, por vezes em promiscuidade. Nem sempre em inteira consonância... mas só em pormenores, ou nuances, porque, quanto ao fundo, quanto aos grandes objectivos, não há divergência, só há convergência... nominal, monetária, financeira. O social que venha depois, se vier, e que feche a porta!

Ora, o senhor Zalm, o tal ministro holandês das finanças, é um de "eles". E tanta celeuma levantaram as suas afirmações, sobretudo entre os confrades que estão, agora, na política, que se chegou a ter a ilusão - para quem é atreito a elas - de que havia fortes sezões e cisões. O facto é um certo orgulho nacional ter-se-ia sentido beliscado. Ou houve reacções como se assim fosse.

É certo que estas questões invocam, para alguns - para nós, pois! -, a questão da soberania nacional, o sentido de pátria. O que, apesar de tudo, sempre incomoda os que têm de se justificar arrumando como obsoletos conceitos que não perfilham ou de que têm de fazer tábua rasa. E esse incómodo leva a que aproveitem as oportunidades para mostrar que são tanto ou mais patriotas que os "antieuropeus" (que seríamos nós), que defendem tanto ou mais - e mais porque têm poder para o fazer - as posições nacionais e o bom nome do País.

O senhor Zalm ofereceu, de mão beijada, como se costuma dizer, uma dessas

oportunidades. Onde é que se viu um ministozeco holandês, que nem alemão é, vir dizer quem vai entrar e quem não vai entrar, que Portugal, a Espanha e outros países não entrarão, apesar de lhes elogiar o esforço, não obstante terem feito "os trabalhos de casa"?

No Parlamento Europeu, assistimos à rotineira sessão da comissão dedicada às economias e finanças em que Zalm, como presidente em exercício do Conselho respectivo, veio apresentar-se a conversar com os deputados, e (des)conversa foi ela que o "pobre ministro" ouviu das boas e das

bonitas. Sobretudo em castelhano e em português. Qual "clube Med" dos excluídos, qual discriminação!? Nem pensar, e ele que se cuidasse porque há brios em que não se toca... Houve dedos em riste e sincera (nem toda, diga-se de passagem...) indignação. Confesso que, cá por dentro, muito me sorri durante essa reunião.

*
**

Mas por que é que trago isto de novo à baila e a propósito (se não a despropósito) escrevo de novo sobre o que já tantas e de tantas formas escrevi e que, decerto, em muitas outras o voltarei ainda a fazer?

É que, sendo o senhor Zalm um político das finanças, muito recentemente veio um financeiro das políticas, o senhor (barão!) Lamfalussy, dizer outras coisas que, em coerência com as reacções que houve em relação ao primeiro, deveriam ter merecido um re-arreganho pátrio.

Então não é que o dito barão, director do Instituto Monetário Europeu, no relatório deste e em declarações públicas, se permite dizer que sim senhor, que os portugueses se têm portado bem mas não é bem assim que ele quer e tem de ser exactamente como ele quer ou então há nota negativa?

Reconhece o director do IME, que é o protótipo de onde sairá o Banco Central Europeu, que, nos últimos anos, o governo português procurou, com grande esforço e sacrifício (dos portugueses), diminuir o défice orçamental, que ele se aproxima dos tais míticos 3% do PIB. Mas, acrescenta o senhor Lamfalussy, isso aconteceu porque aumentaram as receitas e não por terem diminuído as despesas do Estado, como deveria ter sido e ele quer que seja.

Para usar uma imagem futebolística, é como se estivéssemos num campeonato em que, perto do fim da prova, a Federação (ou a Liga) viesse dizer que 6 a 3 não é vitória comparável com 3 a 0. Os clubes necessariamente reagiriam, diriam que não admitiriam que viesse alterar as regras a meio do campeonato, protestariam e afirmariam a sua autodeterminação.

No caso do IME, de Lamfalussy, dos critérios impostos aos Estados-membros, é ainda mais grave. Ele, que não é político eleito directa ou indirectamente por alguém, que é suposto ser um técnico, interpreta, na sua pureza, a estratégia finan-

ceira que serve o capital transnacional. E impõe essa interpretação aos Estados-Membros, que têm a sua economia nacional, a sua estrutura política e administrativa, as suas instituições, a sua soberania. Já não é 3% no saldo, como está escrito, mas diminuição nas despesas como Lamfalussy *dixit*. Não é significativo que esta oportunidade, em que o orgulho nacional foi tão gravemente beliscado, não tenha motivado reacções patrioteiras?

Assim terá (não) acontecido porque a tendência para zero nas despesas, como pretendem os Lamfalussy e companhia, os que não são os financeiros da política, é o verdadeiro busílis da estratégia. O que a dinâmica do capital financeiro transnacional exige é que "eles" consigam tirar o Estado da economia, que diminuam quanto possam as despesas sociais, reflexos financeiros dos direitos sociais, que a educação e a saúde sejam para quem as pague, que as reformas, as incapacidades, "essas coisas", sejam cobertas pelos seguros privados, e de forma que mais capital financeiro se acumule.

O que é tanto mais grave quanto seja diminuta a percentagem dessas despesas sociais nos PIB e quanto menores forem os PIB, e Portugal (os portugueses!) sofre particularmente por ter um baixíssimo numerador a dividir por muito pequeno denominador.

*
**

Quem tinha dúvidas, tire-as; quem tinha ilusões, desiluda-se... ou arranje, rápido, ilusões novas.

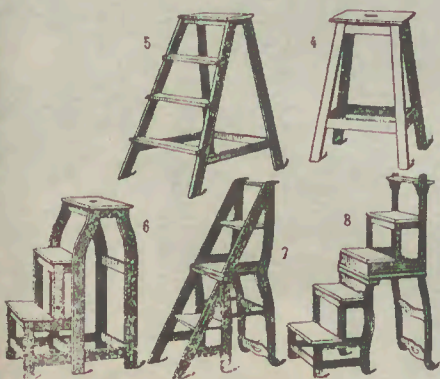
Mas também acontece que esta imposição não vai ser fácil porque, além dos financeiros da política há os políticos da finança, e há a chamada **opinião pública** (arranjam cada nome para o povo!). Ora os políticos, por mais financeiros que sejam, não esquecem o desemprego, a situação social, os efeitos sobre a aceitação das suas opções, as sondagens, não podem esquecer a opinião pública. Quando conseguem esquecê-la de dia, aparecem de noite, em pesadelos. Até porque, quando as coisas passam certas marcas, ela faz-se lembrar.

É por isso que Kohl, político da finança, ao enfrentar a situação de mais de 4 milhões de desempregados alemães, não pode fazer como Tietmeyer, financeiro da política e presidente do banco central alemão, queria que fosse feito. Há limites de suportabilidade social que faz com que os políticos da finança não coincidam sempre com os financeiros da política (*).

Para além, claro, da força directa, imaginável (pelos próprios), que têm os trabalhadores, os povos, a "opinião pública", e que não vão descobrindo quanto mais a sociedade em que vivem não vai podendo esconder os seus podres.

Esta é, a meu/nosso ver, a verdadeira questão.

(*) Nesta galeria de nomes não podia faltar, ainda que em nota de pé de página para não estragar (mais) o texto, o senhor de Silguy, comissário das finanças, o mais político dos financeiros ou o mais financeiro dos políticos, que acaba de dar um deplorável espectáculo de malabarismo com números, apregoando seu pudor uma credibilidade que ninguém consegue descartar nem mesmo a sua colega Bonino, que quase se diria ter exigido, em defesa da sua Itália, "ou há moralidades e não há Euro... ou entram todos".



Amarante obriga a reflectir sobre a prostituição

■ Maria Pereira

O massacre de Amarante deixou o País consternado e indignado. Foi um crime hediondo. As investigações sobre os motivos e a busca dos criminosos estão a decorrer, até sob o comando directo da chefia da Polícia Judiciária. Será muito importante toda a investigação que se possa fazer relativamente a este crime. Porém, igualmente será relevante e urgente que sejam tomadas as medidas políticas e sociais que debelem e evitem a realidade que está subjacente (independentemente da motivação circunstancial) ao massacre de Amarante – a prostituição e o tráfico de mulheres.

É verdade! Infelizmente, a prostituição é uma realidade que já não se esconde, nem se poderá esconder. É uma realidade que também movimenta e faz florescer grandes negócios. As suas vítimas são oriundas das classes mais pobres e desfavorecidas. É problema que não interessa ao poder instituído e, por isso, não é combatida.

Poder-se-á dizer, como alguns dizem, que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo, que é um mal necessário e que deverá até ser regulamentada para salvaguarda da

higiene, da saúde e da decência dos lugares públicos.

Enorme hipocrisia!

Uma postura perversa

Admitir-se que o corpo da mulher se transforme em mercadoria ou constitua equipamento de um negócio, reconhecer a prostituição como uma profissão, é assumir uma postura perversa, violadora do mais elementar e essencial princípio por que se devem reger as sociedades modernas – o da dignidade humana e o respeito por ela.

Portugal consagra este princípio, como estruturante da própria sociedade e que ninguém ousará pôr em causa, logo no primeiro artigo da sua Lei Fundamental (Constituição da República Portuguesa): «Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade humana (...) e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.»

Assim, terá de ser objectivo prioritário de qualquer política, e quaisquer medidas governamentais, a dignificação humana. Tendo-se em linha de conta esse objectivo, e a ser consequentemente atingido pela sociedade e o Estado, atingir-se-á a abolição da prostituição.

Mas, é um facto notório que é grande preocupação do Governo, para não dizermos exclusiva, a problemática económica, no sentido de um permanente crescimento económico, de forma isolada, sem nela se mostrar integrada a vertente social e humana. As políticas e medidas, como sejam a precariedade no emprego, a lei das 40 horas e tantas outras, surgem mal direccionadas, o que acarreta o agravamento dos problemas

sociais e alastra os focos de pobreza e marginalidade. E é nesta circunstância que reside, essencialmente, o fenómeno da prostituição que, nos dias de hoje, atinge de forma aberrante, e flagrantemente, as camadas muito jovens e até infantis.

Os estudos quanto às causas da prostituição e como a combater encontram-se já suficientemente feitos e elaborados, embora não por organismos estaduais. A propósito disto é interessante referir que tendo Portugal sido um dos mais de 100 Estados que ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre a *Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres*, em 1980, na qual se estipula: «Os Estados deverão adoptar todas as medidas necessárias, incluindo legislação, com vista a eliminar todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição das mulheres», que se conheça, só no passado dia 18 de Março, no âmbito da Assembleia da República, se verificou um debate sobre esta problemática.

Porquê tanta insensibilidade e negligência?

A razão de fundo estará, como atrás já referimos, porque esta triste realidade que é a prostituição, a que poderemos e deveremos chamar *a Escravatura do Século XX*, atinge as camadas mais pobres da população. Se atingisse todas as camadas sociais, como a droga, já haveria medidas e apoios para o seu combate. O poder, nomeadamente o Governo, a isso já não ficaria indiferente.

Miséria – causa fundamental

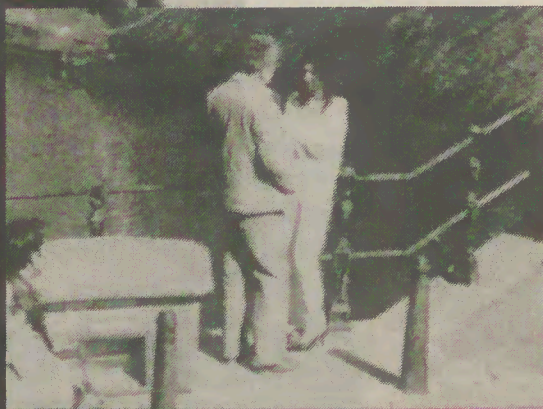
A miséria é a causa fundamental da

se sentem presas e escravas sem possibilidade de se libertarem.

A mulher prostituta entra no caminho da prostituição tantas vezes por se sentir repudiada socialmente e com o desamor das famílias e é, assim, presa fácil que empurrada e aliciada é explorada pelos donos dos bares, casas de passe e alternes, discotecas e boites, produtores e organizadores da pornografia, do *turismo sexual*, proxenetas e clientes. Sem possibilidades de opção (apesar de poder dizer que foi a vida que escolheu), envereda pela prostituição na esperança de uma vida melhor, tantas vezes para garantir o sustento dos seus filhos. E os oportunistas sem escrúpulos e marginais, aproveitando-se da solidão, ignorância e angústia que envolve o seu quotidiano, vivem e fazem fortunas à custa da exploração do seu corpo, como se de um objecto ou máquina se tratasse.

Não se poderá falar num Portugal desenvolvido, quando aumenta a prostituição nas ruas e nas estradas, bem como se criam e mantêm autênticos bordéis, sob a capa de estabelecimentos de massagens e de combate ao stress quotidiano, sem alterar as mentalidades e políticas do Estado, no sentido de revelar os valores humanistas da dignidade, da justiça e da solidariedade, em contraponto à actual e excessiva sobrevalorização que é dada aos valores materiais, de consumo e de lucro. É que não nos poderemos esquecer que as mulheres constituem mais de metade da população e cerca de 80% dos pobres. A melhoria do seu estatuto e condições de vida é requisito indispensável para uma qualquer política de desenvolvimento.

A prostituição é um problema social tão grave e tão intenso que merece



prostituição e, em Portugal, cerca de 20 a 25% da população é pobre, muitos vivendo em situação de extrema privação. Miséria essa cuja expressão mais comum é a dos filhos de famílias numerosas, de baixo nível económico, com pouca ou nenhuma instrução e cultura, habitando em condições infra-humanas, propiciadoras de promiscuidade sexual, incesto e violações. As prostitutas, na sua maioria, são oriundas destes ambientes de miséria, vítimas também do alcoolismo e maus tratos, recrutadas, astuciosamente em momentos de depressão ou intensa fragilidade psicológica, por proxenetas ou industriais do sexo.

Iludidas e enganadas buscam um futuro melhor, mas que depois de entrarem nas redes de prostituição e tráfico

uma maior atenção por todos quantos lutam pela liberdade e dignidade humanas. Sentimos necessidade de voltar a dizer e a reflectir sobre esta temática. Voltaremos... inclusive porque vem aí a Expo 98.

Porém, não queremos deixar de dizer que nós, portugueses, somos possuidores de um rico património histórico na defesa dos valores humanistas, que levou a que fôssemos o primeiro povo europeu a abolir a pena de morte e a escravatura. Tenhamos a coragem firme e determinada para sermos também pioneiros no combate a este novo tipo de escravatura que é a prostituição. O massacre de Amarante também é resultado da inexistência de um combate sério a este grave e doloroso problema social.

■ Fernando Correia

O PCP, as discriminações e os critérios jornalísticos

Um leitor do «Público» endereçou uma carta ao respectivo Provedor, o jornalista Jorge Wemans, acerca da, em sua opinião, «deficiente» cobertura fotográfica feita nas páginas do jornal a militantes e dirigentes do PCP, «contrastando com o que se passa no tratamento dado a outros partidos». O Provedor foi investigar e a sua resposta, muito clara, dá razão à queixa do leitor: «A desvantagem do PCP é notória!»

(ver «Dirigentes sem rosto», «Público», 6-4-97)

1 – A conclusão do Provedor foi obtida, segundo informa o próprio, através da análise comparativa dos espaços dedicados ao PCP e ao CDS/PP durante Março último, nas secções «Política» e «Sociedade» daquele diário. Os números – e cito o texto de Jorge Wemans – são os seguintes:

«O PCP (incluindo a CDU) foi objecto de 18 notícias (três das quais sob a forma de breves); em contrapartida, o CDS/PP mereceu 34 notícias (10 breves). Fotograficamente: nas quatro vezes que foram ilustradas notícias sobre o PCP, Carlos Carvalhas fez o pleno (numa das quais acompanhado por outros dirigentes do partido); nas 13 vezes que se ilustraram textos sobre o PP a situação é mais variada: Manuel Monteiro teve direito a oito fotos, três outros dirigentes surgiram em edições diferentes e dois textos sobre o partido foram acompanhados de fotos sobre o tema da notícia sem a presença de nenhum dirigentes. A desvantagem do PCP é notória!»

2 – A conclusão está longe de ser surpreendente. Se de surpresa se pode falar, ela reside no facto de, aparentemente, só agora alguém no «Público» ter tomado consciência de uma realidade cuja evidência se julgaria manifestamente óbvia.

O que, aliás, vem confirmar as vantagens e a utilidade (para os leitores e para os próprios jornalistas) da recente institucionalização no nosso país da figura do Provedor, de cuja intervenção (inseparável das pessoas escolhidas para o cargo), apesar de ainda curta, se deve, em minha opinião, fazer um balanço positivo (refiro-me aos casos do «Diário de Notícias» e do «Público», já que o do «Record» me parece bastante mais anódino).

3 – A investigação do Provedor do «Público» chegou aos resultados a que chegou. Mas não haverá grandes dúvidas de que se em qualquer outro grande órgão de expansão nacional (diário, semanário, noticiário radiofónico ou jornal televisivo) se procedesse a uma diligência semelhante, as conclusões não seriam muito diferentes: em geral, a «desvantagem» do PCP surge como «notória».

O facto de as coisas serem assim tem conhecidas razões de fundo. Existem uma identificação e uma homogeneidade crescentes (na natureza do poder, nas ideias e nos valores, etc.) entre, por um lado, o sistema económico e político dominante e, por outro lado, o sistema mediático, nomeadamente os grandes meios de comunicação de massa (imprensa, rádio e televisão), cada vez mais comandado por grandes grupos *multimedia* que inspiram e reproduzem dentro de todo o sistema, incluindo em órgãos de dimensão local ou especializada, as suas normas, gostos, estilos e padrões.

As discriminações contra o PCP derivam em parte, inegavelmente, de razões ligadas à conjuntura e à luta política imediata, ou à eventual pouca simpatia (ou coisa pior) em relação ao PCP deste ou daquele jornalista (geralmente enquadrado, como assalariado, num contexto empresarial e hierárquico que o pressiona nesse sentido),

deste ou daquele jornalista, deste ou daquele *media*.

Subjacente a isso, e para que isso aconteça assim, existem outros motivos mais profundos, que têm a ver com o sistema social no seu conjunto, as lutas (incluindo a luta das ideias) que se desenvolvem no seu interior, a natureza de classe das forças em confronto, os interesses que defendem e os objectivos que as movem. O jornalismo, fenómeno eminentemente social e ideológico, não pode ser analisado à margem da sociedade e

das lutas sociais.

Mais actual do que nunca – e não obstante as profundíssimas alterações nos meios de produção, distribuição e recepção da informação – permanece a *velha* tese de Marx (exposta na «Ideologia Alemã») segundo a qual a classe que detém o poder material e os meios para a produção material detém, ao mesmo tempo, o poder espiritual e os meios para a produção espiritual, levando a que as ideias dominantes acabem por ser, no essencial, as ideias da classe dominante.

4 – A intermediação entre o plano infra-estrutural a que acabamos de aludir e o plano da actividade jornalística não se faz de uma maneira automática e mecanicista. Por exemplo, existem por vezes contradições entre as forças e as personalidades políticas conjuntamente dominantes (ligadas ao poder económico **permanentemente dominante** nas sociedades capitalistas) e o poder mediático (dotado de uma autonomia relativa, que pode ser levada mais ou menos longe). Contradições essas que, no entanto, se acabam por resolver dentro do sistema e sem o pôr em causa.

Mas o que aqui me parece interessante sublinhar é como as citadas razões de fundo se transpõem, repercutem e incorporam nas próprias cultura e prática profissionais dos jornalistas.

Com base na amostra do mês de Março, o Provedor do Leitor do «Público» conclui que o PCP é discriminado, na medida em que «é menos vezes fonte e notícia do que o PP» (a comparação com este par-

tido justifica-se pela sua semelhante dimensão parlamentar). Mas Jorge Wemans preocupou-se também em averiguar as causas dessa discriminação.

Em sua opinião, «o PCP é prejudicado por três ordens de razões»: em primeiro lugar, «não desenvolve uma política de protagonismo e exposição individual dos seus dirigentes»; em segundo lugar, «não expõe na praça pública questões de estratégia que dividem a sua direcção»; em terceiro lugar, as suas iniciativas políticas e sociais «não constituem surpresa face ao seu passado».

• Ora, como «protagonismo, divergência de opinião e surpresa são factores de acrescida atenção informativa e, superlativamente, de registo fotográfico», percebem-se, assim, as razões de uma menor quantidade de notícias sobre o PCP.

5 – Estes pertinentes comentários do Provedor ajudam a tornar claro o quadro da situação e a entender a adequação (não isenta de contradições exploráveis) entre certos critérios jornalísticos e as estratégias do sistema. O que se passa é que a submissão às leis do mercado e a transformação da notícia em mercadoria privilegiam os protagonistas e as *performances* individuais em relação aos argumentos e às ideias, preferem a discórdia pública ao debate interno aprofundado, trocam a linearidade da coerência pela surpresa dos desdizimentos e das retratações.

Segundo os critérios jornalísticos dominantes, é este o único caminho – e é, sem dúvida, o caminho mais fácil – para alcançar os objectivos últimos de um jornalismo submetido à lógica e às estratégias empresariais (das grandes empresas, com participação crescente do capital internacional): fazer subir as audiências, crescer a publicidade e aumentar os lucros.

A informação-espectáculo (liderada pela televisão comercial) cria as leis e estabelece as normas; para os que não querem submeter-se, ela tenta impor a solução: ficam de fora. Ou ficam dentro apenas o bocadinho que, quando necessário, permita afirmar que há lugar para todos.

6 – Os factores que são favoráveis a uma «acrescida atenção informativa» acabam por funcionar, implicitamente, como a imposição de certos padrões de comportamento

e um estímulo a que a acção dos que buscam (ou, pura e simplesmente, têm direito) a visibilidade mediática se conforme e adapte a esses padrões.

Há os que alegremente se dispõem a isso, e há mesmo aqueles (pessoas, partidos, etc.), atentos, submissos e obrigados às regras do jogo e em objectiva convívência com quem o dirige, que organizam e planeiam toda a sua acção tendo como fito prioritário, quando não é único, o impacte mediático.

Com demasiada frequência, nomeadamente na TV (um meio cujas características técnicas e linguagem incentivam a isso), a obsessão da espectacularidade, cruzada com outros factores (como a *catcha*, o sensacional, a actualidade confundida com os pseudo-acontecimentos, etc.), funciona como o principal critério de noticiabilidade. O resultado disto é o desfavorecimento de uma informação mais virada para os conteúdos e as contextualizações do que para as formas e as aparências, e a consequente penalização dos que (como o PCP) privilegiam, na sua intervenção, esse tipo de factores.

Tem razão o Provedor ao recomendar que «o «Público» não pode deixar-se ir a reboque da actualidade e das estratégias mediáticas de cada partido». É certo que a questão está longe de se reduzir ao «Público». Mas, pelo menos no que respeita a este diário, é bom que o aviso – principalmente vindo de quem vem – fique devidamente registado.



EM FOCO

Eleições em El Salvador

Um país transformado

As eleições de 16 de Março em El Salvador – legislativas e autárquicas – constituíram um acontecimento político cujo significado transcende o quadro centro-americano.

Acompanhei o processo durante os doze dias em que permaneci no país como observador internacional, em representação do Partido Comunista Português. Este é o primeiro de uma série de três artigos em que, a partir da derrota infligida pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional a uma das oligarquias mais reaccionárias da América, são iluminados aspectos da vida e da história do povo salvadorenho.

A cidade é uma pequena megalópolis inimaginável em Portugal. O forasteiro vindo da Europa não encontra termo de comparação para San Salvador.

A modernidade e o atraso coexistem com frequência na América Latina. Mas ambos apresentam aspectos muito peculiares no mais pequeno país da América Central (21 000 km² e seis milhões de habitantes), tema de manchetes durante uma guerra que durou mais de vinte anos.

Os bairros onde reside e se movimenta a grande burguesia, como San Benito, San Francisco e Escalón com o seu comércio de luxo, são belos, aprazíveis, aparentemente tranquilos. Sem a vegetação tropical a emoldurar as grandes residências, o visitante poderia mesmo julgar-se numa próspera cidade do interior dos EUA.

A pacatez, aliás, é de fachada. Altos e sólidos muros encimados por rolos de arame farpado e gradeamentos com pontas aguçadas transformam cada casa numa pequena fortaleza. Homens armados e sofisticados dispositivos de segurança vigiam, atentos, o acesso a mansões, edifícios públicos, bancos e grandes estabelecimentos. O medo está omnipresente em San Salvador. Ninguém sai desacompanhado à noite.

O cenário físico encanta. A cidade espalha-se irregularmente numa meseta apertada entre colinas e montanhas. A imponente mole do San Salvador, um vulcão de encostas verdes, com a boca da cratera a quase 2000 metros, fecha-lhe de um dos lados a expansão.

A área metropolitana de San Salvador não oferece, porém, um panorama uniforme. Na própria capital, a descontinuidade é a regra. Bairros marginais – assim lhes chamam – cresceram no coração de zonas tradicionais. O antigo centro histórico decepciona. Dois terremotos devastadores, em 1963 e 1986, destruíram o pouco que restava do velho casco colonial. O pavor dos sismos modela a estrutura e a fisionomia da cidade moderna. Na Grande San Salvador o número de edifícios altos não excede duas dúzias.

Mais de 250 000 carros correm pelas ruas da capital e das suas cidades-satélites agrupadas num conjunto de 18 municípios com cerca de 1 500 000 habitantes.

As estatísticas informam que o PIB *per capita* não ultrapassa os 1600 dólares, menos de um sexto do português. Na Região, somente a Nicarágua apresenta um valor mais baixo.

O subdesenvolvimento, expresso nos números, contrasta com a fachada da modernidade. Enormes centros comerciais com centenas de estabelecimentos (totalmente informatizados) oferecem ao comprador produtos importados dos quatro cantos do mundo. Nos hipermercados, agita-se permanentemente uma massa bulhosa de gente de todas as classes sociais. As estações de serviço, gigantescas (tal como o aeroporto), lembram as dos EUA. Ali vende-se quase tudo o que se procura em tais lugares. Rios de cerveja nas esplanadas vizinhas matam a sede dos automobilistas (não há praticamente controlo de álcool).

Uma publicidade massacrante, agressiva, estimula o consumismo.

Na Bolsa joga-se forte. Na primeira semana de Março, antes das eleições, o valor das transações realizadas quase atingiu os 1000 milhões de dólares em aventuras de puro jogo especulativo com papéis sem valor real.

O observador minimamente estudioso logo se apercebe de que a economia do país não se baseia na produção. O seu funcionamento é comandado por uma engrenagem irracional. A agricultura, que foi tradicionalmente o pilar da vida económica, vai de mal a pior. A sua contribuição para o PIB caiu nos últimos seis anos de 20% para 14%. Cultiva-se cada vez menos café, e o açúcar e o algodão desceram para níveis insignificantes.

A indústria apresenta, relativamente a 1990, um crescimento de 30%, mas esse aparente dinamismo resulta da instalação de empresas estrangeiras – as **maquiladoras** – atraídas pelo baixíssimo custo da mão-de-obra. Com poucas exceções, a incorporação do valor acrescentado salvadorenho no produto final é mínima. Algumas



empresas do sector têxtil, orientadas para a exportação dirigida aos EUA, instituíram regimes de trabalho quase feudais: a maioria do patronato trata os operários como escravos de novo tipo.

A decadência do sector produtivo conduziu a um desequilíbrio alarmante da balança comercial. A República de El Salvador importa hoje 60% do que consome.

A situação criada seria de ruptura e bancarrota sem a intervenção de uma mercadoria atípica: a força de trabalho que o país exporta maciçamente. São as remessas dos emigrantes que permitem o equilíbrio da balança de transações correntes e dinamizam o sector comercial. Somente nos EUA o total de trabalhadores salvadorenhos (com as famílias) atinge 1 300 000, dos quais 25% se acham em situação ilegal. Essa massa sobrexplorada, concentrada sobretudo na Região de Los Angeles, enviou para o país em 1996 1200 milhões de dólares, isto é, mais do que o valor total das exportações.

Os dinheiros da emigração não contribuem, contudo, para a expansão da economia, pois não são canalizados para a área da produção. Uma engrenagem patrocinada pela direita transformou o país num gigantesco hipermercado que devora as remessas da força de trabalho expatriada. A banca está na manobra; favorece a concentração de capital nas mãos dos empresários cujas actividades não estão ligadas à indústria e à agricultura. O sector do Comércio engole um terço do total dos créditos.

A inflação permanece controlada em torno dos 11%, mas a taxa de juro é altíssima, 19,5%.

São também os emigrantes que incham o parque automóvel com os carros que trazem dos EUA; a concentração maciça de veículos na capital faz do trânsito um inferno diário.

Sob o verniz da modernidade não é difícil identificar o rosto medonho da miséria no próprio centro da capital. O desemprego e o subemprego abrangem 60% da população activa, uma das mais elevadas percentagens da América Latina.

Os que trabalham são maioritariamente vítimas de uma dura exploração fiscalizada pela oligarquia que controla o Poder. Segundo o Partido Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, seis famílias são, na prática, donas do país.

A concentração da riqueza assume de facto aspectos medievais. O ex-presidente da República Alfredo Cristiani (eventual candidato ao cargo nas eleições de 99) amontoou uma fortuna que faz dele, na voz do povo, o homem mais rico da América Central. Avaliam-na em mais de mil milhões de dólares. Ocupa posição hegemónica na banca, no comércio e na indústria. Freddy, como é conhecido, possui mansões faraónicas espalhadas pelo país. Tive a oportunidade de contemplar, das margens do lago Coatepeque, um desses casarões erguido junto às águas cor de jade que rodeiam uma ilha verde, belíssima. Freddy, que tem sido acusado pelos

adversários de manter relações com o mundo do narcotráfico, goza, obviamente, da confiança irrestrita de Washington, onde o definem como «grande figura da democracia salvadorenha». Desloca-se quase sempre de helicóptero, dispondo de dois heliportos privados.

Recordes de violência e poluição

Não obstante o brilho das suas vitrinas de modernidade, a economia parasitária de El Salvador está doente. As assimetrias ampliam-se. Segundo o Fundo de Investimento Social – organismo oficial –, 58,5% da população vivem em situação de extrema pobreza





em hipermercado

e 27,9% na pobreza absoluta. O salário mínimo industrial corresponde a uns 20 contos portugueses, quantia insuficiente para atender às exigências do cabaz de compras numa sociedade onde os preços são apenas levemente inferiores aos de Portugal.

Aproximadamente 27% dos salvadoreños são analfabetos, mas a percentagem dos analfabetos funcionais, que esqueceram o pouco que aprenderam na escola, supera os 50%. Os governos da Arena desmantelaram praticamente as estruturas do ensino público. Simultaneamente, favoreceram o aparecimento de numerosas universidades privadas caricaturais. A venda de diplomas falsos (sobretudo de advogados) passou a ser coisa comum.

No âmbito da ofensiva generalizada contra o sector público, o Executivo do Presidente Calderón Sol investe agora contra o Seguro Social que funciona deficientemente, mas constitui o alicerce da Previdência. Fazer da Saúde um negócio, entregando-o ao sector privado, como Pinochet fez no Chile, é uma das suas metas estratégicas.

A apologia de um Estado cada vez mais mínimo, inspirado no modelo preconizado por Reagan, foi permanente, quase obsessiva durante a campanha eleitoral. Habituada a desconhecer a existência da oposição, a oligarquia salvadorenha não actualizou o seu discurso. A própria defesa do neoliberalismo é feita numa linguagem anacrónica. Muitos políticos da Arena falam como se vivessem no século XIX e os empresários usam um tom arrogante e ridículo, apresentando-se como detentores de verdades absolutas e de soluções sem alternativa. O espectáculo, na campanha, assumiu aspectos grotescos quando esses senhores peroravam mascarados de benfeitores do sofrido povo salvadorenho.

Os dois principais diários, *La Prensa Gráfica* e *El Diario de Hoy* com tiragens que, somadas, rondam os 150 000 exemplares, deixam, entretanto, transparecer as muitas contradições de uma sociedade oligárquica que agoniza sem que os responsáveis pela situação criada tenham consciência da inviabilidade do modelo. As páginas editoriais são espelho de um pensamento político ultra-reaccionário, cavernícola. Os comunistas de temas bíblicos, especialidade local, fazem da exegese do Antigo e do Novo Testamento instrumento de satanização da esquerda, em exercícios de maniqueísmo que trazem à memória os do falecido senador MacCarthy.

Os dois jornais são, contudo, tecnicamente, de muito bom nível, acima do padrão da América Central. A informação internacional é ampla e relativamente objectiva e o noticiário nacional é apresentado com um mínimo de isenção e sem sensacionalismo. Na televisão – seis canais privados e dois estatais – encontra-se de tudo, do bom ao péssimo. A publicidade torrencial reflecte a fome de vendas de uma burguesia cuja prosperidade depende do comércio. Alguns dos jornalistas que entrevistaram em mesas-redondas durante e após a campanha eleitoral actuaram com sobriedade e imparcialidade, demonstrando um profissionalismo e um nível cultural que só muito raramente se identifica nos mediadores da SIC e da RTP.

Excepções como essas traduzem bem a atmosfera de incerteza quanto ao futuro próximo que caracteriza uma sociedade fluida e em processo de transição, colocada perante contradições antagónicas. É muito generalizada a convicção de que as coisas não podem continuar como estão, mas as incógnitas são tantas que a clareza nas respostas acaba, mesmo na FMLN, quando se discute a natureza da mudança, o rumo do País e a concretização dos objectivos fixados.

É significativo que o Ambiente e a insegurança dos cidadãos tenham sido dois dos temas mais tratados pelos candidatos do FMLN e da Arena ao longo de toda a campanha, tanto a nível municipal como nacional.

O défice na habitação atinge, segundo as estimativas, entre 400 000 e 750 000 fogos. Daí a proliferação de medonhos bairros



marginais que, pela miséria, degradação e sujeira, somente encontram paralelo em alguns países africanos. O Soyapango, tentacular cidade-satélite com quase 300 000 habitantes, assusta. Raras vezes na vida senti como ali o desespero no olhar e na palavra dos moradores, amontoados como gado em barracas desconjuntadas entre montanhas de detritos, num labirinto de ruelas cortadas por valetas negras por onde escorrem imundícies que empestam a atmosfera.

A poucos quilómetros de San Salvador, a existência de uma lixeira gigante tornou-se foco de uma poluição ambiental cada vez mais perigosa. O assunto esteve presente em quase todos os debates televisivos. Fui até ao lugar. O espectáculo é pavoroso, justifica a indignação dos salvadoreños. Centenas de abutres pairavam sobre aquele sítio amaldiçoado e fedorento, uma macro-estrujeira que apodrece as terras e envenena as águas e a atmosfera.

Não é de hoje o problema. Mas ouvi um dirigente da Defesa do Consumidor lembrar pela televisão que a água que na capital sai das torneiras já se tornou imprópria para consumo e que as próprias águas minerais apresentam quase todas uma percentagem de bactérias nocivas superior aos níveis máximos permitidos pela Organização Mundial de Saúde. A floresta tropical, que antes era dominante, foi devastada. Hoje cobre apenas 12% do território nacional.

Vandalizada pela acção do homem, a cidade de San Salvador apresenta já índices de poluição superiores aos da capital do México.

Naturalmente, a delinquência é um flagelo. Segundo uma estatística recente da ONU, o nível de violência no país é actualmente o mais alto do Continente Americano. A média diária de assassinios foi

(número oficial) de 22 no ano passado. As violações de crianças e adolescentes são rotineiras. Mata-se por qualquer coisa.

Nos bairros marginais, as quadrilhas juvenis, as *maras*, cometem todos os dias crimes impunes. Muitos dos chefes são moços expulsos dos EUA onde cursaram a escola do crime.

Na tarde em que visitei o Soyapango, com jovens salvadoreños do bairro e um jornalista japonês, o nosso grupo foi abordado por três rapazes que nos interpelaram com modos agressivos. Queriam saber o que fazíamos no seu território. Um deles, o mais novo, tinha o rosto tatuado e gesticulava ameaçadoramente. Aquietava-

ram-se, entretanto, quando esclarecemos que éramos observadores internacionais.

Durante a minha permanência no país, um autocarro foi assaltado em pleno dia numa zona central e os passageiros despojados de tudo o que interessou aos ladrões.

A miséria gera a violência e a guerra criou condições favoráveis ao seu desenvolvimento. O país é um reservatório de armas: metralhadoras, fuzis, revólveres, granadas, pistolas, minas...

A política do governo da Arena contribuiu para engrossar as hostes do crime. Dos 30 000 soldados desmobilizados após os Acordos de Paz de Chapultepec, no México, a maioria não teve oportunidade de se integrar na sociedade organizada. Sem emprego, sem profissão, muitos sem casa, sem perspectivas, milhares de ex-militares caíram na marginalidade. Transformaram-se em párias que apenas sabem matar e roubar.

As muralhas que isolam as sumptuosas mansões das famílias abastadas não têm o poder de resolver os problemas sociais e económicos que a política de

uma direita imobilista tem multiplicado, fazendo de San Salvador um mostruário de contradições geradas pelo egoísmo dessa gente arcaica.

Conheço poucos países onde a dependência, cancro que corroi as energias e os recursos do Terceiro Mundo, tenha produzido efeitos tão nocivos no terreno cultural. A avasaladora presença imperial dos EUA não se manifesta apenas através da sua hegemonia política e económica (metade do comércio externo tem como fonte e destino o parceiro norte-americano). O modo de vida, a alimentação e a própria linguagem reflectem cada vez mais, não apenas na classe dominante mas na média e na pequena burguesia, a importação de gostos e comportamentos inspirados pelo gigante do Norte. A comida de plástico no estilo do McDonalds entrou muito mais em San Salvador do que nas cidades europeias com padrões de vida muito superiores. É uma pena, porque a cozinha tradicional salvadorenha, muito semelhante à mexicana, tem personalidade própria, com raízes numa antiquíssima cultura.

Hoje, até as tabuletas das tinturarias mudaram de nome. Agora, esses estabelecimentos passaram a chamar-se **Dry Cleaning**. O país, que possui um dos melhores cafés arabica do mundo, toma o café à americana, uma água suja, sem sabor.

O panorama de El Salvador não abre muito, na aparência, a porta à esperança. Essa era a opinião mais comum entre os observadores internacionais quando ali chegaram nas vésperas das eleições legislativas e municipais.

E, contudo, a esperança, oculta, existia. Manifestou-se com ímpeto numa eleição cujos resultados, não esperados, surpreenderam o mundo.

Herdeiro das velhíssimas culturas da Mezoamérica que durante séculos se desenvolveram no seu actual território, o povo mestiço de El Salvador tem uma personalidade fortíssima, uma extraordinária capacidade de resistência às calamidades naturais e às provocadas pelo Homem. Aquela pequenina nação, formada numa nesga de terra semeada de vulcões, tem consciência de uma identidade própria que a diferencia dos seus vizinhos.

O povo salvadorenho confirmou nas eleições que não aceita o papel de figurante que as forças oligárquicas insistem em querer atribuir-lhe.

Há facetas fascinantes no sentido da fraternidade, no humanismo, no amor da independência, no imaginário do povo de El Salvador, afirmadas na saga épica que tem sido o seu combate pela liberdade e contra a tirania.

O rosto autêntico da nação de Farabundo Martí não é o projectado pela miséria, pela violência, pelo ecocídio. A lição que os salvadoreños deram nas urnas, a 16 de Março, a uma das oligarquias mais anacrónicas e cruéis do Continente americano foi um acontecimento cujo significado não escapou aos povos de toda a América.



O aval de Franco

Afinal, segundo revelava "A Capital" no dia 24 de Abril, Sousa Franco não gosta nada de dar o seu aval. Deve mesmo ter aberto uma excepção a fim de confirmar, depois, uma regra. A excepção teve como destinatário a UGT - pelas razões já anunciadíssimas (e aos berros) pelo ministro. A regra, conforme rezava o vespertino, terá sido aprovada na semana passada em Conselho de Ministros, sob forma de uma proposta de lei sobre a concessão de garantias financeiras pelo Estado, e impondo condições que excluiriam a UGT. É que, com tal diploma aprovado, os beneficiários terão de ser participados pelo Estado; de possuírem um «projecto concreto de investimento»; de viverem uma situação económica que «garanta as responsabilidades assumidas». A UGT não caberia no diploma...

A TAP é que paga

Mas este Estado, entregue ao guterrismo, tem vindo a arranjar sempre maneira de contornar os problemas. Não para os resolver, mas para fugir a eles e tentar servir os interesses do capital contra o trabalho. No caso da TAP, onde os pilotos foram empurrados para a greve por um "diálogo" que não os quis ouvir, a administração e o Estado, que se vinham gabando dos lucros da empresa para mais facilmente a privatizar, recusaram-se a atender as reivindicações com o pretexto de que tal era financeiramente inoportável. Mas abriram largamente os cordões à bolsa para pespegarem nas televisões caríssimos anúncios onde, "dialogando" com os telespectadores, acusam os pilotos de todos os males.

Autoridade e autoritarismo

No 25 de Abril, foi um ver-se-te-avias em certa

PONTOS CARDEAIS

comunicação social, a dar a entender que talvez haja aí um entendimento geral a favor da "autoridade do Estado". É quase sempre assim que se desenvolvem os argumentos em desfavor dos direitos dos cidadãos. Retirando do seu contexto citações do discurso do Presidente da República, é um faltar-vilanagem na denúncia da falta de autoridade. A direita congratula-se. O Governo, se calhar e apesar das críticas, também. Sempre poderá dizer que não foi ele quem exigiu mão forte contra os trabalhadores e todos os que exigem justiça.

Maiorias

As sondagens são o que são, e muitas vezes são quem as faz, encomenda e publica. Tudo isto já muitas vezes foi escrito. Mas vem a propósito de duas sondagens que são extremamente curiosas pelos resultados que apresentam,

parece que ao arrepio do que seria de esperar dos órgãos onde vêm impressas.

No "Diário de Notícias" de anteontem, por exemplo, haverá uma maioria de portugueses a favor de uma remodelação governamental. Entre os que votaram PS - mesmo entre esses! - há 53 por cento a desejarem ver caras novas no executivo de Guterres. Lidos os dados, pode concluir-se que há por aí muito descontente com a política governamental...

A maior surpresa, porém, é a que nos mostra o "Expresso", cujo famigerado painel já não se mostra tão favorável às concepções que este semanário difunde. Imagine-se que 62 por cento do tal painel se mostra desfavorável à Moeda Única. Não será uma exclusiva postura de esquerda. Mas que dizer do facto de haver no painel 52 por cento de votos favoráveis ao 25 de Abril como mais importante data histórica entre os feriados? E se se juntarem os



14 por cento que escolheram o 1º de Maio?

Os enxovalhos

Terminemos por hoje com uma nota de humor. Então não é que Alberto João Jardim já admite, segundo o "Diário de Notícias", não voltar ao Conselho de Estado?

Queixa-se este «verdadeiro estadista» de que, no Conselho de Estado, «as

pessoas se arriscam a ser enxovalhadas». Habitado às prepotências na insularidade onde continua a reinar, Jardim acabou por ver contrariada a sua conhecida tendência para enxovalhar tudo e todos. Vai daí, queixa-se do Conselho de Estado e de Jorge Sampaio. Ingratidão esta de criticar um órgão do Estado que acabou por lhe fazer a vontade, mantendo-lhe a imunidade.

PONTOS NATURAIS

Mário Castro

A história, não anda sem nós

Cena I

Apresentador - Alguns altos pensantes (havia-os mesmo ainda com o barão dos trinta dinheiros ao pescoço) andaram dizendo pelos jornais, pelos salões alcatifados e pela televisão, que já não existem trabalhadores.

Operário - Trabalho na indústria têxtil. Achem que tenho cara de já não existir?

Pescador - Sou pescador. Desde criança que ando na crista das ondas. Já vi a morte uma data de vezes à minha frente, mas cá estou. Existiu ou não existo?

Camponês - Amanhã a terra de manhã à noite. Pensava eu que estava vivo, vivo como as árvores, as flores, a água, o vento. Agora dão-me esta triste novidade.

Cena II

Comentador político - Estes senhores estão a fazer demagogia. Claro que existem. Existem como pessoas, pessoas que prestam serviços, não como classe revolucionária. São agentes de trabalho, já não são operários, e muito menos proletários. Hoje em dia, estão quebradas todas as barreiras, vamos todos ao mesmo supermercado,

estamos todos sentados à mesma mesa.

Cena III

Operário - A minha mesa é de pinho e há pouco de comer em cima dela.

Pescador - A minha mesa é uma esteira na praia e está principalmente carregada de areia.

Camponês - Olha, mesa! O tronco de uma árvore para me encostar, uma toalha no chão. À sombra e já me dou por muito feliz.

Cena IV

Apresentador - Pois é. Da ideia de que os trabalhadores já não existem como

classe capaz de alterar o rumo da sociedade, partem esses tais senhores bem pensantes para a conclusão de que os sindicatos já não têm razão de ser.

Comentador - Evidentemente. Não havendo trabalhadores com força de classe, deixou de se justificar a necessidade de um sindicato que os defenda dos patrões que já não os receiam, porque eles, os patrões, também já não são o que eram.

Apresentador - Isso quer dizer que, na tua opinião, o que desapareceu foi a capacidade dos trabalhadores de transformar o mundo, que o mundo passa perfeitamente bem sem os trabalhadores.

Comentador - Nem mais. A grande tecnologia venceu a força de trabalho. Os braços perderam a força

reivindicativa. A História já não precisa deles.

Apresentador - Peço-lhe para ouvir comigo o que se está a dizer na televisão.

Pivô de Telejornal - Esta greve dos pilotos é de uma extrema gravidade. Ela pode inviabilizar o futuro da empresa. A TAP está em risco de desaparecer.

Cena V

Apresentador - Temos connosco algumas personagens que mostraram interesse em vir dar-lhes conta da sua experiência.

1º personagem - Sou um camionista francês. O meu sindicato conseguiu quase paralisar a França. As populações já não tinham que comer. Os transportes estavam parados.

2º personagem - Sou um camionista grego. O meu sindicato obteve uma grande vitória. O país inteiro viu que não podia passar sem nós.

3º personagem - Sou um camionista espanhol. A rendição do governo e dos patrões evitou a completa desgraça de Espanha. Tivemos nas nossas mãos a Economia do país.

Cena VI

Apresentador - Esta é a realidade, muito diferente dos desejos de alguns bem pensantes. Afinal, os sindicatos podem paralisar uma empresa. Os sindicatos podem paralisar ou dar vida a um país. Por isso, em Portugal, o ministro das polícia tem medo até da palavra **sindicato**. Os trabalhadores, conscientes da sua força, continuam a ser o verdadeiro motor da História. Esse é o significado do Dia Maior, o Primeiro de Maio.



AGENDA



No 1.º de Maio com a CGTP/IN Concentrações e desfiles

AVEIRO	15h30	Lg. da Estação - Lg. do Rossio
BEJA	12h30	Ruas da Cidade - Pq. das Merendas
COIMBRA	15h30	Ruas da Cidade - Pq. Dr. Manuel Braga
ÉVORA	11h00	Pç. do Giraldo - Jardim Público
FARO	16h00	Da Alam. João de Deus - Ruas da Cidade
GUIMARÃES	16h00	Jardim da Alameda - Jardim da Alameda
LISBOA	15h00	Campo Pequeno - Cidade Universitária
MARINHA GRANDE	15h00	Pç. do Vidreiro - Pç. Stephens
PORTO	15h00	Pç. Humberto Delgado - Ruas da Baixa
SETÚBAL	15h00	Quebedo - Av. Luísa Todi

Outras concentrações com comícios, animação desportiva, espectáculos musicais

Alcácer	Às 15h	
Aljustrel	A partir das 10h	Represa da Mina
Casebres	Às 17h30	
Chaves	Às 9h e às 15h	Lg. das Caldas
Elvas	A partir das 10h	Pç. da República
Entroncamento	Todo o dia	Pq. do Bonito
Figueira da Foz	A partir das 9h	Pq. das Abadias, R. Da República, Pç. 8 de Maio
Fornos do Arrão	A partir das 11h	
Grândola	Às 17h	Céu das Rosas
Lamego	Às 9h30 e às 15h	Avenida
Lousã	Às 21h30	Lg. da Igreja Matriz
Mangualde	Às 9h30	
Montargil	e a partir das 15h	Lg. da Câmara
Odemira	A partir das 11h	
Pias	A partir das 10h	Parque das Águas
Ponte de Lima	A partir das 10h	Ribeira do Enxoa
Régua	Toda a tarde	Lg. De Camões
Sines/Sto. André	Às 15h	Alameda dos Capitães
Valença	Às 16h	
Viana do Castelo	Toda a tarde	Jardim Público
Vila Real	Às 15h	Pç. da República
Viseu	A partir das 9h	Av. Carvalho Aaraújo
	A partir das 9h30	Pavilhão do Inatel

1.º de Maio

Dia 1 de Maio às 12h30

Almoço de confraternização de intelectuais

no restaurante

"A Tricana" - Feira Popular
promovido pelo Sector Intelectual
de Lisboa do PCP

com a participação de José Casanova

(Inscrições: CT Vitória - Tel. 3562715)

JCP/PORTO

A FESTA DO MAIO

- CONCERTO ROCK -

30 de Abril

CT Barão de S. Cosme

CAMPANHA CONTRA O DESEMPREGO E A MOEDA ÚNICA

promovida pela DORL do PCP

Estúdio móvel - Recolha de assinaturas Pelo Referendo sobre a Moeda Única

Hoje, dia 30, em Sacavém

(Apeadeiro de Sta. Iria, Covina, Jardim de Sacavém, Triunfo Internacional)

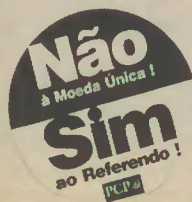
Dia 1, em Lisboa, com a manifestação do 1º de Maio
da CGTP

Dia 3 no concelho de Loures

(Mercados de Moscavide, Sacavém, Sta. Iria)

Debate na Covilhã

Dia 3, às 21h30, no Teatro-Cine com Honório Novo



LISBOA

Sexta-feira, 9 de Maio, 20h
Restaurante Montes Claros

Jantar promovido pela Coordenadora Nacional da CDU

com a participação de destacados Independentes,
dirigentes da ID, Os Verdes e PCP, designadamente
o seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas

No decurso do jantar será divulgado
o **Manifesto Nacional da CDU**

LISBOA - Almoço da freguesia de Penha de França dia 4 de Maio
no Restaurante "O Triângulo" em Vieira de Leiria, com saída de Lisboa às 8h
(inscrições pelo tel. 8138119)

SEIA - "Encontros com o 25 de Abril e o 1º de Maio"
exposição na sede do PCP (até 4 de Maio).

SETÚBAL - Plenário de militantes da freguesia do Sado sobre as eleições
autárquicas: dia 3, às 21h30, no CT de Praias do Sado

LOURES

Quarta-feira, dia 30, às 20h30, no Pavilhão Paz e Amizade

Jantar concelhio de apoiantes da CDU

com a presença de Demétrio Alves
e de Carlos Carvalhas

SANTIAGO DO CACÉM

Dia 3 de Maio, às 13h
no Pavilhão de Feiras e Exposições

Almoço concelhio de apoiantes da CDU

com a presença do camarada Álvaro Cunhal

Apresentação de candidatos

FAFE

Jantar-convívio para apresentação pública dos candidatos da CDU

aos órgãos autárquicos concelhios: dia 3, às 20h, no Hotel Confortime,

com a participação de Luís Sá

e dos candidatos à CM e AM, Joaquim Magalhães e Luís Cunha

SANTO ANTÃO DO TOJAL

Apresentação pública do cabeça de lista da CDU à freguesia,

José Júlio Morais, actual presidente da JF:

dia 4, às 16h30, no Jardim local, com a presença do vereador Paulo Piteira.

No final, convívio e exibição do Rancho Folclórico da Bobadela

DAMAIA

Apresentação da candidatura de José Maria Valente como cabeça de lista à freguesia
da Damaia: dia 7, às 18h30, no Cine-Teatro D. João V

Região do Porto

UM OLHAR SOBRE O FUTURO

Seminário promovido pela CDU/Porto
10 Maio - Auditório da Reitoria da UP

UNHOS

Debate sobre questões locais, de apoio à elaboração do programa eleitoral da CDU
na freguesia: dia 3, às 15h, na Associação Recreativa e Musical 1º de Maio,
com a presença do Arq. Mário Moreira

MATOSINHOS

Reunião de apoiantes da CDU da freguesia de Lavra, com a participação de Serafim
Brás: dia 4, às 10h30, na Associação de Trabalho Social e Voluntário de Lavra

OEIRAS

Visita à freguesia de Porto Salvo, com a participação de eleitos na freguesia
e do vereador e candidato à presidência da CM de Oeiras, Arnaldo Pereira:
dia 3, às 10h30, no Casal da Choca e às 12h em Talaíde
(junto à Quinta de Sta. Bárbara)

**CDU
é obra!**



TELEVISÃO

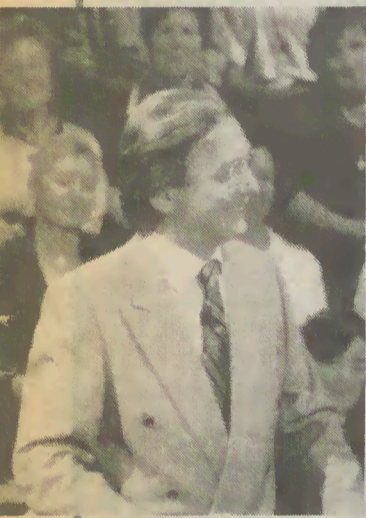
Quinta, 1

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
09.35 Circo Alegria
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 O Regresso dos Marretas
14.15 Presas Brancas: A Lenda do Lobo Branco (de Ken Olin, EUA/1994, com Scott Bairstow, Charmaine Craig, Al Harrington, Alfred Molina. Aventuras)
15.50 Made in Portugal
17.10 Chamavam-lhe Bulldozer (de Michele Lupo, It./RFA/1978, com Bud Spencer, Raimund Harmstorf, René Koldheff. Acção)
18.30 País País
19.15 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Enviado Especial
21.30 Lelé e Zéquinha
22.05 Filhos do Vento
23.00 O Padrinho (Parte III) (de Francis Ford Coppola, EUA/1990, com Al Pacino, Diane Keaton, Talia Shire, Andy Garcia, Eli Wallach, Joe Mantegna, Bridget Fonda. Ver Destaque)
01.45 24 Horas
02.15 RTP/Financial Times

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Falatório (Repetição)
16.40 86-60-86 (Repetição)
17.30 Infantil
19.30 Encontros Imediatos
20.00 Reviver o Passado em Brideshead
21.00 Acontece



123 foi adiado, mas está agora previsto para dia 7

21.15 Remate
21.25 O Jogo da Vida
22.00 Jornal 2
22.30 Conto de Primavera (de Eric Rohmer, Fr./1989, com Anne Teysseire, Hugues Quester, Florence Darel, Eloise Bennett. Ver Destaque)
00.25 River Dance

SIC

10.10 Buêré
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Portugal Radical
14.55 Walker
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.25 O Rei do Gado/A Indomada
22.25 Casos de Polícia
23.30 Viva a Liberdade
00.35 Último Jornal
00.55 Primeiros Anos
01.55 Portugal Radical
02.15 Vibrações

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
21.05 Melrose Place
22.00 Assassínios nas Trevas (de Michael Apted, EUA/1994, com Madeleine Stowe, Aidan Quinn, James Remar, Peter Friedman. «Thriller»)
24.00 Fora de Jogo
00.15 TVI Jornal
00.30 7 Ponto 15
01.10 A Balada de Hill Street

Sexta, 2

RTP 1

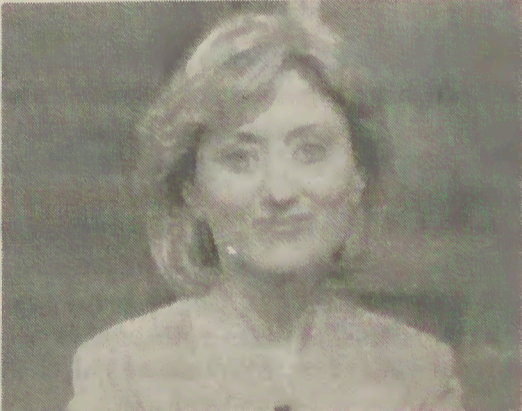
09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 As Aventuras de Tarzan
14.40 As Aventuras de Annabel (de Gary Nelson, EUA/1976, com Jodie Foster, Barbara Harris, John Astin. Comédia)
16.00 Os Principais
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.25 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Filhos do Vento
21.25 Futebol: Guimarães-Marítimo
23.30 Série não designada
00.30 24 Horas
01.15 Massacre em África (de David Lister, EUA/RAS/1989, com David Dukes, Susan Anspach, Henry Cele. «Thriller»)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Falatório
16.40 Anúncios de Graça
17.05 Euronews
17.30 Infantil
19.10 Caderno Diário
19.30 Encontros Imediatos
19.55 Os Vingadores
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Carolina na Cidade
21.50 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.30 Conto de Inverno (de Eric Rohmer, Fr./1992, com Charlotte Vey, Frédéric Van Den Driessche, Hervé Furic. Comédia Policial)
00.25 Falatório
01.20 Festival Eurovisão da Canção (Documentário)

SIC

10.10 Buêré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
12.30 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Portugal Radical
14.55 Walker
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Malucos do Riso
21.15 O Rei do Gado/A Indomada



Maria Elisa regressou já aos seus debates de 2.ª à noite

22.15 Confissões
23.20 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.50 Um Homem de Sorte
03.00 Vibrações

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Ficheiros Secretos
24.00 Aventureiros do Fim do Mundo (com Tom Selleck, Bess Armstrong, Jack Weston, Wilford Brimley, Robert Morley. Aventuras)
01.45 Fora de Jogo
02.00 TVI Jornal
02.20 7 Ponto 15
03.00 A Balada de Hill Street

Sábado, 3

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.05 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.40 Jornal Jovem
15.10 2001
15.40 Amores e Rebelia
16.35 As Aventuras de Tarzan
17.25 Super Bébés
18.00 Há Horas Felizes
19.00 Telejornal
20.00 Festival Eurovisão da Canção
23.00 Segredos da Escuridão
24.00 24 Horas
00.35 Crime de Menores (de Michael Cohn, EUA/1993, com Martin Sheen, Ally Walker, Ron Perlman. «Thriller» / Telefilme)
02.30 Fuga sem Compaixão (de Andreas Gruber, Austria/1994, com Elfriede Irrall, Rainer Egger, Oliver Broumis. Guerra)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Sem Fronteiras
12.30 Vida por Vida
12.40 Prazer de Criar
13.05 Mundo Natural do Japão
14.00 Parlamento
14.55 Desporto 2
18.30 Sinais do Tempo
19.00 O Espelho de Duas Faces (de Carlos Garcia Agraz, Co-Prod., com Arcelina Ramirez, Daniel Gimenez Cacho. Ver Destaque)
19.30 Dinheiro Vivo
20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (XV e últ. Cap.)
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História (de Sergei Eisenstein, URSS/1944, com Nikolai Cherkasov, Ludmila Tselikjovskaya, Mikhail Nazvanov. Ver Destaque)
02.05 Mahler - Sinfonia Nº 7

SIC

08.30 Buêré
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Jogar em Casa
15.00 Hércules
16.00 Especial Walker
16.50 Walker
18.00 Superman (de Richard Donner, EUA/1978, com Christopher Reeves, Margot Kidder, Marlon Brando, Gene Hackman, Glenn Ford, Trevor Howard. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite



20.45 Clube VIP
21.20 Salsa e Merengue
22.20 Big Show Sic
01.45 Último Jornal
02.05 A Ponte do Rio Kwai (de David Lean, Gr.Br./1957, com William Holden, Alec Guinness, Jack Hawkins, Sessue Hayakawa. Ver Destaque)
04.45 Portugal Radical

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.30 Notícias
12.50 Contas à Vida
13.30 Contra-Ataque
15.00 Crónica de Uma Campanha Falhada (de Peter H. Hunt, EUA/Can./1982, com Joseph Adams, Gary MyCleery, Roy Cokrum. Guerra)
16.50 Lar Louco Lar
17.20 Competente e Descarada
17.50 O 3º Calhau a Contar do Sol
18.15 Estrelas da Acção - Paul Newman
19.00 Lanterna Mágica
19.25 Futebol
21.25 Telejornal
22.15 Inocentes em San Quentin (de James Darren, EUA/1988, com Robert Conrad, Ed O'Neill, Anthony M. LaPaglia)
00.10 Kaos (de Paolo e Vittorio Taviani, It./1984, com Margarita Lozano, Claudio Bigagli, Omero Antonutti, Massimo Bonetti. Ver Destaque)

Domingo, 4

RTP 1

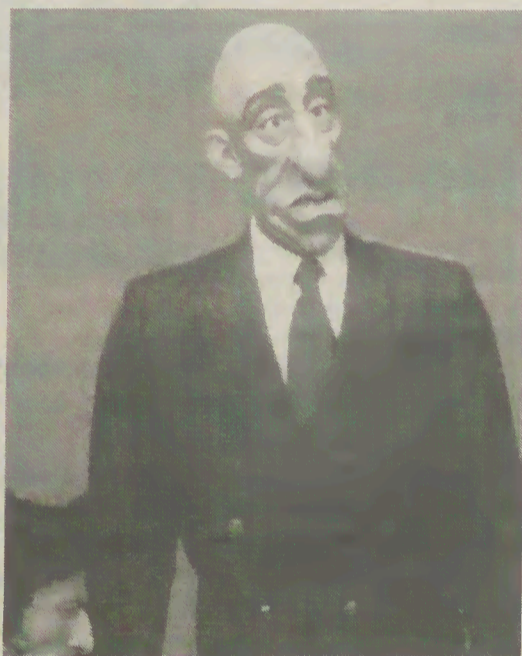
08.00 Sempre a Abrir
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Motociclismo
14.15 Made in Portugal
15.25 Alta Voltagem
15.55 86-60-86
16.30 As Aventuras de Tarzan
17.25 Ilusões
18.35 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Contra-Infomção (Compacto)
21.05 Casa de Artistas
22.00 Filhos do Vento
23.00 Domingo Desportivo
01.10 24 Horas
01.45 L.A., Polícia em Acção

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Km Zero
12.20 Máquinas
12.50 Jornal d'África
13.25 "The White Room"
14.15 Desporto 2
17.45 Continuar a Viver Ou Os Índios da Meia Praia (de António da Cunha Telles, Port./1976, com os pescadores da Meia-Praia e o Serviço de Apoio Volante de Lagos. Ver Destaque)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Virginia Woolf»
21.00 Tony Ferrino
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Teatro: «Rei Édipo», de Donizetti
00.30 Vidas do Século: «Hitler's Henchmen» (Últ. cap.)

SIC

08.30 Buêré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal



Contra-Infomção é um sucesso de audiências

13.40 Internacional SIC
15.15 Assuntos de Família
15.45 Xena, a Princesa Guerreira
16.10 A Balada de Nova Iorque
17.00 Os Imortais
18.10 Buffy, o Caçador de Vampiros (de Fran Rubel Kuzui, EUA/1992, com Kristy Swanson, Donald Sutherland, Paul Rubens. Comédia / Terror)
20.00 Jornal da Noite
20.50 Trapalhões
21.50 Salsa e Merengue
22.50 Detective Inocorrível (de Fran Rubel Kuzui, EUA/1992, com Kristy Swanson, Donald Sutherland, Paul Rubens. Comédia / Terror)
01.05 Último Jornal
01.25 João Soares
02.25 Portugal Radical

TVI

09.30 Animação
11.00 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.20 Portugal Português
14.30 Cousteau: A Odisseia
15.20 Trinitá & Bambino (de E. B. Clucher, 1995, com Heath Kizzer, Keith Neubert, Yvonne de Bark, Fanny Cadeo, Ronald Nitschke. Acção)
17.15 O Céu Como Horizonte
18.10 Os Mistérios de Bill Cosby
19.05 Desafios
19.25 Futebol
21.20 Telejornal
22.00 Futebol
23.50 Notícia Escaldante

Segunda, 5

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Telenovela
14.45 Seleção RTP
15.45 Carmen
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País País
19.30 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.50 Filhos do Vento
22.45 Maria Elisa
00.30 24 Horas
01.00 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Sem Limites
17.15 Infantil
19.00 Universidade Aberta
19.30 Encontros Imediatos
20.00 O Agente Secreto
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.35 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.30 Eva (de Joseph Losey, Gr.Br./1962, com Jeanne Moreau, Stanley Baker, Virna Lisi, Giorgio Albertazzi, James Villiers, Riccardo Garrone. Ver Destaque)
00.30 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Walker
15.00 Os Imortais
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Sem Limites
17.15 Infantil
19.00 Rotações
19.35 Encontros Imediatos
20.05 O Santo
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Crimes Verdadeiros
22.00 Jornal 2
22.30 Complicações Amorosas (de Alan Rudolph, EUA/1990, com Tom Berenger, Anne Archer, Elizabeth Perkins, Kate Capshaw. Comédia Romântica)
00.20 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.20 As Receitas do Dia
11.50 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Walker
15.00 Os Imortais
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Era Uma Vez
21.50 A Indomada
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.40 Escrita em Dia
01.50 Vibrações

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 O Homem no Sótão (de Graeme Campbell, EUA/1995, com Anne Archer, Len Carion, Alex Carter, Neil Patrick Harris. Drama)
23.50 Jornal do Mundo
00.45 Fora de Jogo
01.00 TVI Jornal
02.00 A Balada de Hill Street

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Profiler
22.50 PSI Factor
23.45 Fora de Jogo
24.00 TVI Jornal
01.00 A Balada de Hill Street

Terça, 6

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Telenovela
14.45 Seleção RTP
15.45 Carmen
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País País
19.30 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Isto Só Vídeo



Célia Lawson, a representante da RTP no Concurso Eurovisão da Canção

21.50 Filhos do Vento
22.35 Herman Enciclopédia
23.35 Anúncios de Graça
00.05 24 Horas
00.50 Grandes Nomes

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Alta Voltagem
17.15 Infantil
19.30 Telefilme
20.00 Bãton no Colarinho
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.35 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Para Íris com Amor (de Martin Ritt, EUA/1990, com Jane Fonda, Robert De Niro, Swoosie Kurtz, Martha Plimpton, Harley Cross. Ver Destaque)
00.55 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.20 As Receitas do Dia
11.50 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Walker
15.00 Os Imortais
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Era Uma Vez
21.50 A Indomada
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.40 Escrita em Dia
01.50 Vibrações

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 O Homem no Sótão (de Graeme Campbell, EUA/1995, com Anne Archer, Len Carion, Alex Carter, Neil Patrick Harris. Drama)
23.50 Jornal do Mundo
00.45 Fora de Jogo
01.00 TVI Jornal
02.00 A Balada de Hill Street

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Profiler
22.50 PSI Factor
23.45 Fora de Jogo
24.00 TVI Jornal
01.00 A Balada de Hill Street

Quarta, 7

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Telenovela
15.50 Queridas e Maduras
16.20 Isto Só Vídeo
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 As Lições do Tonecas



Célia Lawson, a representante da RTP no Concurso Eurovisão da Canção

21.25 Filhos do Vento
22.15 Concurso 1, 2, 3
24.00 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Alta Voltagem
17.15 Infantil
19.30 Telefilme
20.00 Bãton no Colarinho
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.35 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Para Íris com Amor (de Martin Ritt, EUA/1990, com Jane Fonda, Robert De Niro, Swoosie Kurtz, Martha Plimpton, Harley Cross. Ver Destaque)
00.55 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.20 As Receitas do Dia
11.50 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Walker
15.00 Os Imortais
16.00 Buêré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Indomada
22.30 Cadeira do Poder
23.40 A Noite da Má-Língua
00.50 Último Jornal
01.15 Toda a Verdade
02.30 Vibrações

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Conquista da Justiça (de James Keach, EUA/1993, com Jane Seymour, D. W. Moffett, Lou Walker, Michelle Joyner)
00.10 Desporto
00.45 TVI Jornal
01.45 A Balada de Hill Street

TVI

11.10 Animação
12.30 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Conquista da Justiça (de James Keach, EUA/1993, com Jane Seymour, D. W. Moffett, Lou Walker, Michelle Joyner)
00.10 Desporto
00.45 TVI Jornal
01.45 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Conto da Primavera (Quinta, 22.30, RTP2)

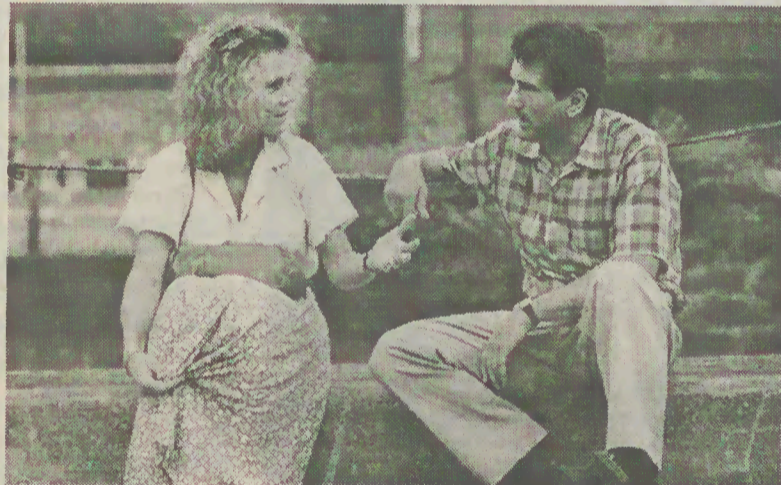
Uma professora de filosofia partilha um apartamento com uma jovem pianista, na ausência do pai desta. E, a partir daqui, surgem toda uma série de histórias cruzadas em que o amor e a amizade (temas habituais na obra de Eric Rohmer) vêm a primeiro plano. Assim começava para o grande realizador francês (como continua para a RTP2) um novo ciclo na sua obra, desta vez subordinado ao lema «Contos das Quatro Estações». E, mais uma vez, é o humor subtil e o refinamento da encenação (aparentemente simples, mas altamente elaborada) que, quase sem o saber, cativam a atenção do espectador.

O Padrinho III (Quinta, 23.00, RTP1)

Tantas vezes foi já transmitida pelas televisões esta saga de Coppola que basta apenas chamar mais uma vez a atenção para a excelência da sua realização, sob todos os aspectos, e do progressivo refinamento dos dispositivos dramáticos. É que, com esta terceira e última parte, o espectador fica de novo preso à trama, como se a história da família Corleone, agora chefiada por Michael já na maturidade, se transformasse numa tragédia shakespeariana. Sem esquecer o punhado de cenas inesquecíveis representadas por Al Pacino e Diane Keaton em grande forma, mas também a atenção crítica dada aos sinais vindos da realidade exterior, com referências explícitas e implícitas aos escândalos de corrupção ao mais alto nível, em particular aqueles em que a Democracia Cristã italiana e o próprio Vaticano estiveram envolvidos. Uma prodigiosa mescla da ficção com a realidade, brilhantemente escrita para o cinema pelo próprio Coppola e por Mario Puzo. Como se estivéssemos perante o libreto de uma grande ópera! Indispensável.

Superman (Sábado, 18.00, SIC)

O planeta Krypton está ameaçado de destruição. Jor-El envia, então, um seu descendente para a Terra numa nave espacial. Recolhido pela família Kent, rapidamente se percebe que o jovem é detentor de poderes especiais. Já adulto - e tímido apaixonado de uma colega de profissão, no jornal Daily Planet, onde é jornalista - ele transforma-se quando necessário no Super-Homem capaz de salvar tudo e todos e pôr em cheque os planos diabólicos de Lex Luthor, quer reconstruindo uma barragem em vias de destruição quer pondo termo a um terremoto ou, mesmo, invertendo o sentido de rotação da Terra para salvar a sua bem-amada. Recheado de vedetas, como Gene Hackman, Glenn Ford, Trevor Howard ou o próprio Christopher Reece, Superman foi mais um estrategema da indústria do ramo para, apoiando-se na modernização com novos meios tecnológicos dos modelos cinematográficos de série B, manter viva a «moral de aço» da América, em meados dos anos 70. Muitos milhões foram para tal dispendidos, a espectacularidade é óbvia, mas os resultados não são particularmente animadores.



Jane Fonda e Rober De Niro, em «Para Íris com Amor», um filme de Martin Ritt

O Espelho de Duas Faces

(Sábado, 19.00, RTP2)

Inserida na rubrica Onda Curta que, aos sábados, na RTP2, se tem ocupado da divulgação (de interesse e qualidade desigual) de filmes de curta-metragem, este é o primeiro de um pequeno ciclo de três pequenas obras co-produzidas pela Fundação do Novo Cinema Latino-Americano, a RM Associates e a Tevel Israel e constituindo uma série televisiva genericamente intitulada «Não Brinquem Com o Amor», com base em três argumentos desenvolvidos pelo grande escritor Gabriel Garcia Márquez e os autores que participaram num workshop para argumentistas. A descobrir.

Ivan, O Terrível (Sábado, 22.55, RTP2)

Acabado de coroar, Ivan IV, que pretende limitar os privilégios dos boiardos, prepara-se para fazer face às intrigas internas da corte e do palácio. Depois de casar, leva a cabo as suas intenções e conquista Kazan. Mas, de regresso a Moscovo, cai doente e a czarina é envenenada, vítima do levantamento da oposição. Mas a vingança de Ivan, apoiado por todo o povo, será terrível! Apresentando, pelos vistos, numa única noite as duas partes em que o filme está dividido, a RTP2 mostra-nos uma vez mais Ivan, O Terrível, um dos maiores filmes da História do Cinema! Uma obra-prima através da qual Sergei Eisenstein como que atinge o cume das suas inovadoras experiências técnicas. No dizer de Eric Rohmer, «Ivan, O Terrível» «é uma drama, é um fresco, é uma arquitectura, é uma ópera, enquanto obra capaz de, por si só, aguentar a comparação com o mais belo dos dramas, dos frescos, dos monumentos, das óperas do mundo; e, no entanto, é um verdadeiro filme que exerce um poder de fascínio sui generis». De visão mais uma vez indispensável.

Kaos (Sábado, 00.10, TVI)

Adaptando ao cinema quatro pequenos contos de Luigi Pirandello, os irmãos Paolo e Vittorio Taviani, erguem uma obra de especiais motivos de atracção, em muitos momentos extremamente



«Padrinho III», um filme-ópera de Francis Ford Coppola



Duas seqüências de «Ivan, O Terrível», uma obra-prima em duas partes de Sergei Eisenstein, apresentadas na mesma noite pela RTP2



As proezas de «Superman», com Christopher Reeves num filme de Richard Donner

crua e comovente, que termina com um epílogo admirável, em que o próprio autor como que recorda o passado conversando com a imagem da mãe. Alguma crítica considera, entretanto, que a encenação das histórias que constituem o miolo do filme se arrasta algo penosamente numa quase permanente insistência nos mesmos registos e processos dramáticos. A confirmar.

A Ponte do Rio Kwai

(Sábado, 02.05, SIC)

Mais uma vez na televisão, aqui está este clássico de David Lean, primeiro de uma série que nos levaria a Lourenço da Arábia e Passagem Para a Índia, passando pelo Dr. Jivago - ou seja, um conjunto de filmes de qualidade muito desigual (desde a superlativa aventura ao melodrama mais convencional) mas que, tratando-se embora de superproduções, nunca deixaram de mostrar, na sua exuberância espectacular, a paixão, a inteligência, a sensibilidade e a maestria de um grande cineasta. Neste caso particular, a caracterização de A Ponte do Rio Kwai não pode reduzir-se a «mais um filme



Um fotograma de «A Ponte do Rio Kwai», de David Lean»

de guerra de grande orçamento». Bastaria o achado final - terem os seus construtores a necessidade de destruir uma ponte que com tanto sacrifício haviam erguido - para que este filme permanecesse para sempre na nossa memória cinematográfica.

Continuar a Viver ou Os Índios da Meia Praia

(Domingo, 17.45, RTP2)

Este filme documental realizado durante cerca de dois anos por António Cunha Telles - cineasta e produtor conhecido dos primeiros tempos do chamado Cinema Novo Português - acompanha de perto (entre 1974 e 1975, portanto no período

que se seguiu à Revolução de 25 de Abril) a experiência original de um grupo de pescadores da Meia-Praia que foram substituindo as velhas barracas de madeira por moradias de pedra, ao mesmo tempo que davam os primeiros passos para a constituição de uma cooperativa de pesca. A fotografia é de Acácio de Almeida e a música de José Afonso.

Eva (Segunda, 22.30, RTP2)

Realizado pelo cineasta norte-americano Joseph Losey (cuja carreira cinematográfica se desenrolou em grande parte na Europa) Eva é considerado hoje, em definitivo, um dos filmes menos interessantes da sua rica filmografia. Nele aborda o realizador a história de um escritor de enganosa reputação (já que publicara um livro cuja autoria pertencia a um seu irmão) que se deixa enredar por Eva, uma cortesã que o transforma num juguete às suas mãos, mas que até à última recusa corresponder à sua paixão. Não fossem certos aspectos meritórios da encenação de Losey e mesmo assim demonstrativos das suas qualidades de cineasta de talento, e os clichés do género tornar-se-iam ainda mais insuportáveis.

Para Íris com Amor (Quarta, 22.30, RTP2)

Também são alguns clichés choramingas, próprios do melodrama, que tornam relativamente menor este filme de Martin Ritt, o qual, mesmo assim, apresenta o interesse das interpretações de duas vedetas de peso: Jane Fonda e Robert De Niro. A história conta-se em duas palavras: uma mulher de jovem maturidade, viúva recente, submetida ainda ao peso da tragédia que a atingiu, cruza-se fortuitamente com um homem que esconde consigo um segredo tão surpreendente quanto perturbante: as incidências da vida haviam feito dele um analfabeto. E é destes dois tipos de solidão que nasce, pouco depois, uma aproximação que se transforma progressivamente em amor.

Registos Magnéticos

■ Francisco Costa

Algures a semana passada, numa das últimas emissões do programa «Falatório» - esta conduzida pela jornalista Clara Ferreira Alves - foi tempo de se falar dos problemas da terra e da Reforma Agrária no Brasil, com as presenças de Sebastião Salgado, Chico Buarque de Hollanda e José Saramago. Uma emissão programada com raro sentido de oportunidade, não apenas porque nessa ocasião estava a ser lançado entre nós o livro «Terra» (da autoria do primeiro daqueles ilustres convidados) mas também porque, naquele próprio dia, chegava a Brasília a manifestação de outros não menos ilustres milhares e milhares de participantes, vindos de todos os pontos do Brasil, empenhados a fundo na luta do Movimento dos Sem Terra naquele país. Um facto noticioso que, em

circunstâncias normais, teria merecido um impacte muito maior nos Telejornais das televisões, caso estas se preocupassem mais com a explicação e o enquadramento informativo dos sofrimentos do género humano em várias partes do Mundo e não, sobretudo, com a sua tantas vezes despudorada exploração em termos de imagem e baixo sensacionalismo. Por esse motivo - e também porque a emissão de «Falatório» foi para o ar, como é costume, com aquele ar de semi-«clandestinidade» que lhe é dado pela hora de transmissão (acabou depois da uma e um quarto da manhã!) e pelo canal escolhido do nosso serviço público (a RTP 2), aqui ficam, com a devida vénia, alguns regis. os magnéticos do que ali foi dito e ouvido. Para que não deixe de saber-se e não venha a esquecer-se!

«(...) há um ano, exactamente no dia de hoje, foram assassinados 19 trabalhadores rurais e, até hoje, ninguém foi julgado, uma impunidade total no Brasil. E eu acho que esta luta pela terra no Brasil necessita desta solidariedade.»

Sebastião Salgado

«Esta Reforma Agrária que se deseja e da qual se fala no Brasil, pelo menos desde 1946 - com a intenção oficialmente declarada de que é necessário fazê-la - durante 50 anos falou-se nela, para não se chegar a coisa nenhuma. (...) Metade desses 800 milhões de hectares são susceptíveis de cultivo - há um aproveitamento de grande parte disso para a pecuária, o que está demonstrado que é um subaproveitamento da potencialidade produtiva da terra - e há também o lado humano da questão (sem o qual nada disto teria sentido), que é a existência de cerca de 5 milhões de famílias de camponeses que procuram terra e que, se não a tiverem, estarão condenados à míngua ou a emigrar para as grandes cidades.»

José Saramago

«Existe uma coisa muito interessante: nós temos um Presidente, Fernando Henrique Cardoso, que é um homem que veio da esquerda brasileira, eleito com bastantes votos da esquerda. Tenho a certeza de que ele poderia fazer uma Reforma Agrária, mas ele não tem bancada (parlamentar). É um homem que é obrigado a contar com votos da direita - principalmente da direita da terra, da direita tradicional - para fazer passar outros projectos que comprometem, de uma certa forma, a Reforma Agrária que ele poderia ter feito!»

Sebastião Salgado

«Será que ainda faz sentido, num lugar destes (o Brasil, o Movimento dos Sem Terra), falar em esquerda - de que agora não se fala - e em comunismo e em Reforma Agrária, palavras abandonadas nos últimos tempos?»

Clara Ferreira Alves

«(...) Demonizando imediatamente o Movimento dos Sem Terra, assiste-se às ocupações, que são reprimidas a tiro, e não só pela Polícia Militar, pelos capangas a soldo dos latifundiários! É que parece "não ter sentido" falar de Reforma Agrária ou de comunismo ou de tudo isso - mas a verdade é que tem todo o sentido continuar a falar da repressão que se faz e que conserva os mesmos nomes: latifúndio, polícia! É que aqui (na Europa), também não há Paraíso nenhum, porque há 18 milhões de desempregados que são subsidiados para se manterem desempregados, como os agricultores são subsidiados para não cultivar! Agora mesmo, a União Europeia quer arrancar em Espanha 8 milhões de oliveiras!»

José Saramago

«(o que falta hoje, ainda, ao Brasil democrático) é a justiça social! (...) há uma péssima distribuição de renda (rendimento, N. da R.), péssima distribuição de terras. O que havia de mais preocupante, ultimamente, era uma certa apatia, uma falta de perspectiva para a oposição, para a actividade política independente do Governo. (...) E o Movimento Sem Terra, independente de qualquer partido, quase milagrosamente organizado no país inteiro, saindo de vários pontos do país, chegando hoje a Brasília, é apoiado por grande parte da opinião pública brasileira.»

Chico Buarque

«É preciso dizer que houve uma pesquisa de opinião na "Folha de S. Paulo" da semana passada onde 92% dos brasileiros são a favor da Reforma Agrária - quer dizer, uma maioria praticamente absoluta - e, entre os 8% que ficaram, 6% não opinaram e 2% eram contra!»

Sebastião Salgado



Porquê?

«Eu sei que tudo isto incomoda os estetas do pós-modernismo, porque os perturba naquilo que eles consideram ser a sua tranquilidade - e supõe-se que definitiva, uma vez que o Outro decretou o "fim das ideologias"! Mas não é assim: as coisas estão todas aí, tentar fazer de conta que elas não existem ou pô-lhes uma lousa em cima à espera que elas sufoquem, é tempo perdido!»

José Saramago

«Quando o Movimento (dos Sem Terra) obtém terra na luta (aproximadamente 180 a 200 mil famílias), onde ele se instala, as propriedades agrícolas que se transformam em cooperativas são as unidades agrícolas mais modernas da região, que estão capitalizadas, com capacidade de comercialização de produtos muito interessante, com níveis de rentabilidade comparáveis aos da Europa, ao passo que a estrutura agrária tradicional brasileira é uma estrutura praticamente feudal, sem nenhuma produtividade.»

Sebastião Salgado

«90% da humanidade vive de maneira difícil. Quando eu estou fotografando isto, eu não estou fazendo nada de excepção: eu estou fotografando o "normal" da vida! Porque, no máximo, só 10% da população do planeta vive com protecção social, vive bem, não tem muita preocupação. (...) Quando eu fotografei esse livro sobre os trabalhadores, a maioria das pessoas me disseram: ah! você fotografou o 3º Mundo! Olhe: eu fotografei o "3º Mundo" onde a metade é aqui, no mundo rico: a França, a Espanha, Portugal, a Itália.»

Sebastião Salgado

«S. Paulo tem, neste momento, 18 milhões de habitantes - cerca de duas vezes, praticamente, a população de Portugal -

muitos deles vieram do interior, porque não tinham modo de trabalhar, chegam à cidade e as famílias que chegam à cidade destroem-se praticamente. Entra-se na delinquência, entra-se na criminalização das relações interfamiliares. (...) Não se trata de salvar esta parte da Humanidade por uma espécie de regresso rousseauniano ao campo, trata-se, sim, de criar condições para que se fixem no campo famílias que não querem sair de lá.»

José Saramago

«No ano passado, eu estava discutindo com alguns vereadores do PT que me estavam explicando que, para um vereador da direita ganhar em S. Paulo com maioria, ele precisa de gastar 5 milhões de dólares. E o salário dele acumulado em toda a vida de vereador jamais chegará a 5 milhões de dólares! Então ele representa outros interesses (que os dão directamente) e, na hora de votar, ele compra o voto: ele compra o voto através de uma sanduíche que leva na favela, de uma camioneta que vai prestar um serviço dentário e em que a pessoa assina o compromisso de que votará e ele é eleito! Que sistema democrático é este?»

Sebastião Salgado

«E por que é que temos de ter medo da palavra "militância"?»

José Saramago

«Posso contar-lhe um exemplo fabuloso de «democracia cultural» (no Brasil) aquando da apresentação do livro "Terra", da exposição "Terra" - que deveria ser feita no Memorial da América Latina e que foi censurada! E, fabuloso (!), o local que nós tivemos para fazer a apresentação foi do "Unibanco", que é dos maiores bancos do Brasil.»

Sebastião Salgado

«(...) o que é falacioso é o sistema económico, o que se chama hoje o neoliberalismo, que está imperando no Brasil e em todo o mundo, ao qual se dá o nome de Democracia. Quer dizer: a Liberdade, fica sendo a Liberdade do Mercado, a Liberdade do "ganha quem pode".»

Chico Buarque

«Falando de racismo, eu acho que o Brasil é um país profundamente racista. Existe muito racismo no Brasil. O branco brasileiro é profundamente racista. É um racismo um pouco «simpático», disfarçado, mas é racista. Existe um racismo também social, no Brasil, uma grande discriminação de classes, enorme, a tal ponto de se afirmar que os Sem Terra não trabalham, os Sem Terra são marginais, vagabundos - quando, na realidade, ele é o único trabalhador. O proprietário da terra nunca foi na terra, no Brasil, ou quase nunca, quer dizer, quem trabalha é quem está lutando pela terra.»

Sebastião Salgado

«No final do ano passado, reuniu-se em Brasília o Tribunal Internacional da Opinião Pública - de cujo júri eu tive a honra de fazer parte - que julgou exactamente a chacina de Eldorado dos Carajás, e o efeito que isso teve na comunicação social foi mínimo! Como é que podia ser outro, se aquilo que estava a ser posto ali em causa era justamente o latifúndio e proprietários de jornais e de canais de televisão são justamente aqueles que dizem: "essa notícia dá-se em 30 linhas". E já está! E a notícia morre! Aquilo que nos pareceu a todos que iria ser a denúncia do que se passou em Eldorado dos Carajás, as fotos, o vídeo (...) não só não teve consequências como a Polícia Militar processa trabalhadores que estavam ali, alegando "provo: ação" e "agressão" - quer dizer, foram mortos 19 camponeses que não levavam, como armas, senão pedras, um pau, uma foice ou instrumentos do próprio trabalho.»

José Saramago



RÁDIO

**«A Menina Dança»
ao som de grandes
vozes**

Como sempre transmitido na madrugada de sábado para domingo, entre a uma e as duas da manhã, vai mais uma vez para o ar, de 3 para 4 de Maio, um novo «episódio» do programa «A Menina Dança», com autoria, selecção musical e apresentação de José Duarte. É na Antena 1, da RDP - Radiodifusão Portuguesa. Esta semana, as vozes que servirão de suporte à «dança» são de primeira escolha: nada menos do que Frank Sinatra (desta vez em gravações extraídas de programas de rádio dos anos 40) e, ainda, Judy Niemarck, Madeleine Peyroux (com James Carter, em sax-tenor), Corey Harris, um grande cantor de blues da actualidade, sem esquecer gravações inéditas de Fátima Serro, Manuela Lopes e Paula Oliveira, três das melhores revelações do Jazz cantado feminino nacional... ainda sem qualquer CD gravado! Um desperdício!

XADREZ

DCVIII - 30 DE ABRIL DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X17
Por: JOSEF POSPISIL
Zlata Praha, 1902

Pr.: [5]: Ps. c6, h7 - Ch1 - Bc5 - R64
Br.: [6]: Pf2 - Cd4 - Bs. c4, d2 - Da2 - Rg2



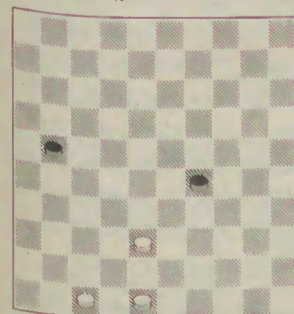
Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÕES DO Nº 1997X17 [J.P.]
1. Bg8! [Ameaça: 2. D6+], Bd6; 2. Cf3, Cf2 3. B-h7 #
1. ... B-d4; 2. f3+, Rd3; 3. Bc4 #
1. ... Rd3; 2. Dc2+, Rd4; 3. Bc3 #
1. ... Rd4; 2. Dc4+, R65; 3. Df4 #
A. de M. M.

DAMAS

DCVIII - 30 DE ABRIL DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D17
Por: HENRI CHILAND - França
Secrets et Merveilles du Jeu de Dames,
Paris, Stock, 1968

Pr.: [2]: 21-29
Br.: [3]: 38-47-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº 1997D17 [H.Ch.]
1. 38-33; 2. 29x33; 3. 41-37; 4. 37-31; 5. 48x37+
2. ... (21-26); 3. 41-36+
A. de M. M.



**Homenagem
a Adriano Correia de Oliveira**

Numa organização conjunta do Centro Artístico, Cultural e Desportivo «Adriano Correia de Oliveira», em colaboração com a Voz do Operário e a Câmara Municipal de Lisboa, vão realizar-se na 6ª. feira, 2 de Maio, duas sessões públicas através das quais se pretende mais uma vez homenagear a memória daquele grande cantor de Abril. Na primeira destas realizações, que terá lugar na Voz do Operário às 21.30, haverá uma intervenção de Paulo Suceña e leitura de poemas por Manuel Alegre a que se seguirá uma sessão de «Canto Livre», com a colaboração de nomes destacados da música e do espectáculo, como Manuel Freire, Vitorino, Paulo Saraiva, Carlos Alberto Moniz, Luísa Amaro, Luís Represas, João Fernando, Luísa Basto, Carlos do Carmo, Sérgio Godinho, Manuel Faria e Mário Figueiredo. Mais tarde, pelas 24.00, será a vez de se realizar no Panteão Nacional uma «Serenata Monumental», que terá a participação, na 1ª. parte, de estudantes actuais, com Paulo Saraiva e os Pardalitos do Mondego. Na 2ª. parte, será a vez de actuarem estudantes do tempo de Adriano, nomes destacados como os de Luís Góis, Arménio Santos, Carlos Carranca, Artur Mota, Augusto Camacho e Rodrigues Rocha, ainda com a colaboração de Carlos Couceiro e Teotónio Xavier (nas guitarras) e de Durval Mourinho e António Toscano (nas violas).

CAPARATE

BAILADO

Companhia Nacional de Bailado

Dando continuidade à temporada deste ano, a Companhia Nacional de Bailado, dirigida por Jorge Salavisa, vai apresentar nestes dias o seu programa número 2, em espectáculos que serão realizados amanhã e na sexta-feira (1 e 2 de Maio), em Évora, no Teatro Garcia de Resende. Os espectáculos estão marcados para as 21.30 e, ainda, no caso de sexta-feira, para uma *matinée* às 16 horas. Serão estreados os seguintes cinco bailados: «Tributo», com coreografia de Armando Maciel, música de Wolfgang Amadeus Mozart, figurinos de Nuno Carinhas e luzes de Paulo Graça; «Exercises in Free Love», com coreografia e figurinos de Alexandre Fernandes, música de Freddie Mercury («Queen») e luzes de Paulo Graça; «DeSete», com coreografia de Rui Lopes Graça, música de percussão indiana e canto Kathalali e cenografia, figurinos e luzes de Henrique Andrade; «Fratres», com coreografia de David Fielding, música de Arvo Part e figurinos e luzes de Henrique Andrade; e «Bach Moves», com coreografia e cenografia de Ted Brandsen, música de Johann Sebastian Bach, figurinos de François-Noel Cherpín e luzes de Dominique Drillot. Actuarão ainda a Orquestra Clássica do Porto, sob a direcção musical de Osvaldo Ferreira, com Zofia Woycicka (violino) e José João Santos (piano), como solistas. Estes espectáculos terão continuidade uma semana mais tarde em Lisboa (em 7, 8, 9 e 10, às 21.30, e em 10 às 16 horas) no Teatro Nacional D. Maria II.



TEATRO

«Inimigo de Classe» continua em cena

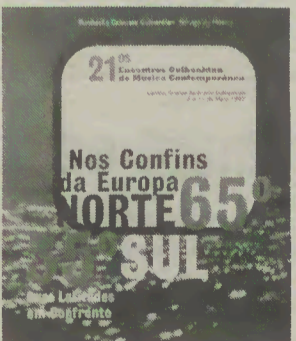
Dada a grande adesão do público, o CDIAG / Teatro da Malaposta decidiu prolongar até finais de Maio a carreira da peça «Inimigo de Classe», a que já aqui se fez referência na altura da sua estreia. Escrita pelo dramaturgo inglês Nigel Williams, a peça «coloca em palco a revolta de uma adolescência oriunda de meios marginais, para quem a violência, física e verbal, é o meio de expressão comum. (...) Sentindo-se encurralados pela sociedade e pela escola, sem perceberem muito bem a raiz da situação em que se encontram, estes adolescentes interrogam-se permanentemente sobre "de quem é a culpa"». A encenação deste espectáculo é da autoria de Ana Nave, com tradução de Jorge Carvalho, cenografia e figurinos de Rui Silveiras, música de José Salgueiro e desenho de luzes de João Paulo Xavier, com interpretação a cargo de Dinarte Branco, Jorge Estrela, Marcello Urgeghe, Paul Lázaro, Pedro Martinez e Pedro Tavares. Os espectáculos no Centro Cultural Malaposta são levados à cena, de 3ª. feira a Sábado, às 21.30, e ao domingos pelas 16 horas e os bilhetes poderão previamente ser marcados pelos telefones 938 84 07 e 938 85 70.

MÚSICA CONTEMPORANEA

A 21ª edição dos Encontros Gulbenkian

Com início na sexta-feira, 2, e decorrendo até ao próximo dia 11 de Maio, vai realizar-se mais uma edição dos «Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea», uma realização já habitual e

tro-europeu, a saber: Grã-Bretanha, Polónia, Hungria, Países Latinos, EUA e Japão. Assim, serão dadas a ouvir este ano obras de compositores dos seguintes países: Austria, Dinamarca, Espanha, Estónia, Finlândia, Geórgia, Itália, Noruega, Portugal, Rússia e Suécia. Interessante, ainda, é que o diálogo Norte-Sul acontecerá, também, ao nível dos intérpretes e agrupamentos instrumentais: desde a Orquestra Sinfónica da Rádio Finlandesa até à Oficina Musical e à Orquestra Gulbenkian (Portugal), passando pelo Caput Ensemble (Islândia), pelo conjunto de Câmara «Musica Vite» (Suécia), «Nuove Sincronie» (Itália), e «L' Itinéraire» (França). De salientar que doze das obras apresentadas resultam de encomendas feitas expressamente no contexto destes Encontros. Os bilhetes poderão ser marcadas para o telefone (1) 793 51 31 e uma página na Internet é dedicada especialmente ao evento, no seguinte endereço: <http://www.estado-arte.pt/gulbenkian>.



prestigiada neste domínio. Este ano sob a designação «Nos Confins da Europa - Norte / Sul: Duas Latitudes em Confronto - 35º/45º - 55º/65º», os encontros darão a conhecer a música de compositores pertencentes aos extremos setentrional e meridional da Europa, por oposição à criação musical divulgada em anos anteriores e preferencialmente proveniente das zonas periféricas em relação ao núcleo cen-

LIVROS

**John Reed
A Guerra
nos Balcãs**



**A Guerra
nos Balcãs**

Como adverte José Goulão no seu excelente prefácio a esta edição da Caminho, A Guerra nos Balcãs, um livro escrito por John Reed há oitenta anos, este é «um título de hoje». E o especialista em questões de política internacional avança, com todo o cuidado que as décadas passadas requerem, as semelhanças entre a realidade explosiva que se vivia naquela região do mundo, nos inícios da Primeira Guerra Mundial, com a que se desenrola hoje nos mesmos lugares, onde costumam principiar os confrontos entre as forças imperialistas que procuram dividir para reinar e não encontram melhor arena para suscitarem antagonismos que uma região onde as diferenças étnicas, culturais e religiosas abundam, os Balcãs, onde ainda há pouco se pulverizou a Jugoslávia de Tito, após quarenta anos de integração e de paz. Ler este livro é reencontrar o jornalista John Reed, antes de este haver escrito o livro que o iria celebrar - *Dez Dias que Abalaram o Mundo* -, dias que não estavam longe. As páginas deste testemunho contam-se entre as mais vivas que dele conhecemos, e lêem-se como se se tratasse de um verdadeiro romance de aventuras - no interior da grande aventura humana, com as suas desgraças e absurdos.

**Cândido de Azevedo
Mutiladas
e Proibidas**

Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo



**Mutiladas
e Proibidas**

Na mesma colecção *Nosso Mundo*, da Caminho, outro livro. Este da autoria do jornalista Cândido de Azevedo, e que surge com o subtítulo: *Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. O autor, que dedica este trabalho a todos quantos - escritores, poetas, dramaturgos, filósofos, artistas, jornalistas e editores portugueses, vítimas da Censura e que contra ela nunca calaram o seu protesto - analisa aqui esta instituição do fascismo, desde os seus primeiros passos - 28 de Maio de 1926 - ao seu fim, no 25 de Abril de 1974. Os objectivos, métodos e critérios da Censura, os exemplos de cortes, mutilações e até substituições, constituem, num momento em que se comemora Abril, uma boa iniciativa para não deixar que caia no esquecimento o que foi a política de obscurantismo cultural do regime que manteve o País sob feroz ditadura durante 48 anos.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Ordem para matar

A crise dos reféns na embaixada do Japão em Lima terminou num banho de sangue. Numa aparatosa operação de forças especiais do exército, preparada ao milímetro durante todo o tempo em que decorriam conversações com vista a uma «solução pacífica», os reféns foram libertados e os sequestradores todos mortos. Segundo a visão oficial, a lamentar há apenas a morte de um dos 72 reféns, alegadamente de ataque cardíaco, e de dois soldados, ao que tudo indica vítimas do poder de fogo da própria operação.

Se alguma coisa há de espectacular nesta acção é a imensa ingenuidade do comando do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA), em tudo contraditória da imagem de «terroristas» e «assassinos» com que o Governo de Fujimori os apresenta.

Não se trata aqui de defender ou apoiar os métodos do MRTA, ou de discutir sequer a sua representatividade, ou falta dela, na sociedade peruana. Mas não se trata, tão pouco, de escamotear a legitimidade de múltiplas formas de luta, ditadas pela especificidade de cada país, desde sempre rotuladas de antidemocráticas pelos detentores do Poder quando travadas fora do quadro em que são os únicos a ditar as regras. Vale a pena lembrar, a título de exemplo, que não há muito tempo o actual Presidente sul-africano, Nelson Mandela, era considerado «terrorista» pela muito democrata primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher; ou que o igualmente muito democrata primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, continua a ter franqueadas todas as portas da não menos democrática civilização cristã e ocidental, não obstante continuar a decretar massacres e a sancionar ocupações de terras palestinianas, por acaso no mais completo desrespeito por sucessivas deliberações da ONU. O que se trata, isso sim, é deste conceito de democracia reinante, que o cíclico ritual das idas às urnas pretende tornar inquestionável. Como se bastasse o direito de voto para a efectiva igualdade de direitos. Como se a miséria, a desinformação, o obscurantismo, as pressões económicas (e outras) nada tivessem a ver com o assunto. Como se um governo, lá por ser eleito, fosse por definição democrático.

Umhas réstias de pudor levaram a adjectivar de «democracias musculadas» os regimes como os de Fujimori. Pouco importa que metade da população peruana (doze milhões de pessoas) viva abaixo do limiar da pobreza, ou que os presos políticos (e comuns que fossem) se encontrem em condições desumanas. Pouco importa que se arrastem conversações ditas de procura de soluções pacíficas enquanto se estende o rastilho que tudo há-de fazer explodir. Pouco importa que os «terroristas» fossem jovens revoltados com um sistema injusto. Menos importa ainda que estivessem desarmados no momento do assalto e tivessem procurado render-se.

A ordem era para matar e essa foi, desde a primeira hora, a opção de Fujimori.

O mundo civilizado aplaudiu e respirou de alívio. Inebriado com o sucesso, Fujimori diz-se pronto a exportar os seus métodos científicos. No Brasil já tem seguidores: um latifundiário aconselhou o Presidente Henrique Cardoso a aplicar a receita aos Sem-Terra.

As democracias musculadas preparam-se para dar as boas vindas ao maravilhoso século XXI que aí vem.

■ AF

«A festa do futuro» CGTP reafirma fidelidade ao espírito do 1º de Maio

No manifesto em que apela à participação nas iniciativas que amanhã leva a cabo em todo o País, assinalando o Dia do Trabalhador, a CGTP-IN realça que, «111 anos depois dos trágicos acontecimentos de Chicago, esta data continua a surgir perante o mundo inteiro como um grito contra a opressão e como uma poderosa afirmação dos valores da justiça social, da liberdade e da democracia».

Deste ponto de vista, «o 1º de Maio, mais do que uma comemoração do passado, é a festa do futuro» e «ganha mais força, assume um carácter mais combativo quando as dificuldades são maiores». Afirmando-se «fiel ao espírito do 1º de Maio», a central apela: «Vamos todos sair às ruas, enchendo-as com as nossas reclamações mais sentidas. Vamos exigir o cumprimento das 40 horas semanais, mais e melhor emprego, melhores salários e segurança social para todos. Vamos afirmar a nossa firme disposição de continuar a lutar pela dignificação do trabalhador, pela merecida segurança para os reformados e idosos, por um futuro certo para os jovens.»

O 1º de Maio é comemorado pela Inter em praticamente todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas. Em Lisboa, a concentração está marcada para as 15 horas, no Campo Pequeno, de onde sai o desfile para a Cidade Universitária. No Porto, também às 15 horas, os trabalhadores concentram-se na Praça General Humberto Delgado. Ainda às 15 horas, encontram-se no Quebedo os trabalhadores de Setúbal, que depois desfilam pela Avenida Luísa Todi. Em Beja a concentração está convocada para as 12.30 e em Évora para as 11 horas, na Praça do Giraldo. O desfile do 1º de Maio em Faro parte às 16 horas da Alameda João de Deus. Os sindicatos de Coimbra mar-

caram a concentração para as 15 horas, na Praça da República. À mesma hora, estarão reunidos trabalhadores do distrito de Leiria na Praça do Vidreiro, na Marinha Grande. As estruturas da CGTP no distrito de Braga realizam uma manifestação em Guimarães, com partida do Jardim da Alameda às 16 horas. A manifestação de Aveiro sai do Largo da Estação às 15.30 horas.

Estão ainda anunciadas iniciativas da CGTP em Pias, Aljus-

trel, Odemira, Covilhã, Castelo Branco, Tortosendo, Unhais da Serra, Lousã, Figueira da Foz, Funchal, Guarda, Manteigas, Gouveia, Seia, S. Romão, Horta, Torres Vedras, Ponta Delgada, Santa Maria, Elvas, Montargil, Foros do Arão, Entroncamento, Alcácer do Sal, Casabres, Grândola, Sines, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Valença, Chaves, Vila Real, Régua, Lamego, Mangualde e Viseu.

«Correr com o racismo»

Foi anteontem apresentada publicamente a terceira edição da «corrida da tolerância - correr com o racismo», prova não competitiva que tem lugar em Lisboa, no dia 10 de Maio, e conta com o alto patrocínio do Presidente da República.

A corrida é levada a cabo por diversas organizações juvenis, como a Interjovem, o Corpo Nacional de Escutas, a Frente Anti-Racista, a Juventude Operária Católica, a Morna, a Associação

Guineense, a Casa do Brasil, a Casa de Moçambique, a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

Apoiam a iniciativa - que decorre no Ano Europeu contra o Racismo - nomes como Carla Sacramento, Mia Couto, Sebastião Salgado, Carlos do Carmo, Domingos Castro, Luís Figo, Fonseca e Costa, João Pinto, Nuno Gama, João de Melo, Maria de Medeiros, Rosa Motá e Chico Buarque.

Emigrantes elegem Conselho das Comunidades

Cerca de 2,5 milhões de portugueses residentes no estrangeiro estavam inscritos para votar nas eleições para os cem elementos do novo Conselho das Comunidades (CC).

O CC terá a sua primeira reunião em Setembro, altura em que serão eleitos os 15 membros do Conselho Permanente, que se reunirá uma vez por ano na Assembleia da República.

«Os dados disponíveis referentes à participação dos emigrantes portugueses nas eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas - realizadas no passado dia 27 de Abril - confirmam uma

fraca afluência às urnas», comenta a Direcção da Organização na Emigração do PCP, que considera, entretanto, tal facto previsível, «cabendo ao Governo do PS a principal responsabilidade por esta situação: primeiro, por não ter tomado atempadamente as medidas necessárias à informatização generalizada dos cadernos eleitorais, de forma a permitir o desdobramento das mesas de voto; segundo, pela má organização dos cadernos eleitorais impossibilitar a votação de muitos eleitores que nos locais de voto verificaram que o seu nome não constava nos referidos cader-

nos; por último, a muito pouca informação relacionada com todo este processo».

O PCP considera que «a falta de isenção, nalguns países, por parte de entidades oficiais - consulados, embaixadas - assim como por parte da Secretaria de Estado, nas várias fases deste processo, contribuíram para a desmobilização dos eleitores. Este processo eleitoral evidenciou também a clara desactualização e inadequação entre o número de eleitores de cada círculo e o número de membros a eleger (de que é exemplo maior o facto de a França que representa cerca de 50% dos elei-

tos, eleger apenas 16% dos lugares). Este exemplo, entre outros, coloca a necessidade da revisão de vários aspectos da Lei do CCP, pelo que o PCP conta contribuir com a apresentação de iniciativas próprias na AR».

«A próxima fase» - refere o comunicado do PCP - «é a realização da primeira reunião do Conselho em Portugal. Reunião esta a ser convocada pelo Governo português, que no nosso entender deverá realizar-se a breve prazo.

«A Direcção da Organização na Emigração do PCP - conclui o comunicado - saúda todos aqueles que participaram com civismo neste processo. Saúda muito particularmente os emigrantes comunistas e os outros emigrantes que com eles participaram em listas de unidade que, com dedicação e empenho, muito contribuíram para compensar, pela sua militância própria, o défice de informação oficial sobre este processo eleitoral. Listas estas que, tal como deixam entender os resultados provisórios, conseguiram ultrapassar as expectativas em relação ao número de eleitos».

Saúde em Lisboa preocupa Assembleia Metropolitana

A Assembleia Metropolitana de Lisboa decidiu anteontem solicitar uma reunião à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo para tentar conhecer mais a fundo a reestruturação dos serviços de saúde na região. Para o efeito foi constituída uma comissão que integra representantes do PCP, PS, PSD e CDS.

Na reunião - de acordo com uma nota divulgada à comunicação social no final dos trabalhos -

foi manifestada preocupação quanto à participação da AML na Expo '98, pois «não está completamente ultrapassada a indefinição, por parte da administração central, quanto às condições de participação e financiamento das duas áreas metropolitanas». Após uma informação prestada pelo presidente da Junta Metropolitana, Daniel Branco, a Assembleia adiou a sua decisão sobre a participação na exposição universal do próximo ano.

Foi aprovada uma moção em que os deputados da Assembleia Metropolitana expressam a sua solidariedade para com «aqueles que, por todo o País, se empenham na concretização dos desígnios democráticos do 25 de Abril» e apelam aos órgãos de soberania para a institucionalização das regiões administrativas e para o reconhecimento da importância das autarquias locais na estrutura do Estado.

